

Fórum Social Mundial

A história de uma invenção política



José Corrêa Leite


EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

BRASIL URGENTE

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL é uma das grandes inovações políticas do começo do século XXI, o lugar em que desde janeiro de 2001 boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas seguindo um método inovador.

Ele estabelece uma nova forma de fazer política, que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração.

É um espaço aberto e não uma organização ou uma instituição, em que a quase totalidade das atividades são auto-organizadas pelos participantes, os partidos políticos são deslocados do centro da cena para a condição de coadjuvantes e nenhuma assembleia ou resolução final pretende falar pelo conjunto dos presentes.

O Fórum instaura uma sucessão de eventos que conformam um processo mundial. Nestes eventos, centenas de milhares de ativistas de todas as partes têm se encontrado em um ambiente de troca e emulação, que deixa uma marca indelével em seus participantes. Eles estão conectando as resistências, construindo as alternativas ao neoliberalismo e tendo um papel protagonista na organização da esquerda do século XXI.

É a invenção e o aprimoramento desta nova forma de ação política que este livro de José Corrêa Leite, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, nos mostra.















Fórum Social Mundial

A história de uma invenção política

BRASIL URGENTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leite, José Corrêa.

Fórum Social Mundial : A história de uma invenção política /
José Corrêa Leite; com a colaboração de Carolina Gil. – São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

Bibliografia

ISBN 85-86469-87-4

1. Forum Social Mundial 2. Globalização
3. Política – História – Século 21 I. Gil, Carolina. II. Título.
III. Série.

03-5009

CDD-320.900601

Índices para catálogo sistemático:

1. Fórum Social Mundial : Política : História 320.900601

José Corrêa Leite

Fórum Social Mundial

A história de uma invenção política

Com a colaboração de
Carolina Gil



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente) – Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora) – Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Editora Assistente

Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Márcio Guimarães de Araújo

Capa e projeto gráfico

Gilberto Maringoni

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Foto da capa

Veraz/Fabírcia Osanai

Impressão

Bartira Gráfica

1ª edição: setembro de 2003

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a home-page da Fundação Perseu Abramo
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2003 by José Correa Leite
ISBN 85-86469-87-4

**Aos companheiros e
companheiras da Secretaria
do Fórum Social Mundial**

José Corrêa Leite

Professor universitário e membro da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), integra a Secretaria e o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Foi editor do jornal *Em Tempo*. Organizou as coletâneas *Marxismo, modernidade e utopia*, com textos de Michael Löwy e Daniel Bensaïd (São Paulo, Xamã, 2000), e, com Isabel Loureiro e Maria Elisa Cevasco, *O espírito de Porto Alegre* (São Paulo, Paz e Terra, 2003).

Sumário

Introdução	9
1. O Espírito de Seattle: o mundo neoliberal encontra seu fantasma	13
A globalização neoliberal, uma nova fase do capitalismo	17
<i>Fundo Monetário Internacional</i>	18
<i>Banco Mundial</i>	20
<i>G-8 – O grupo dos ricos</i>	22
Vertigem, crise ideológica e permanência das aspirações utópicas	26
<i>Quarta Declaração da Selva Lacandona</i>	26
As raízes do movimento global	31
<i>União Européia</i>	32
<i>O Acordo Multilateral de Investimentos</i>	38

2. De Seattle a Gênova: o ciclo dos protestos	43
Seattle como acontecimento fundador	44
<i>O pensamento único</i>	46
Os protestos, de Washington a Gênova	51
<i>Organização Mundial de Comércio</i>	58
3. O Fórum Social Mundial: uma invenção política	61
O I Fórum Social Mundial	66
<i>Davos e Porto Alegre, dois projetos antagônicos</i>	70
Plenárias e oficinas	75
Limites e problemas	77
O Conselho Internacional e a Carta de Princípios	78
<i>Acreditando no fim do fim da história</i>	80
Anexo: Carta de Princípios do FSM	86
4. O Fórum como espaço de convergência do movimento global	91
O II Fórum Social Mundial	92
Expressão da diversidade, convergências e internacionalização	94
As tensões com os partidos e parlamentares	97
Um mapa de propostas	98
O Fórum como evento global – O III FSM	102
Porto Alegre perante a globalização armada	105
5. A mundialização e o futuro do Fórum Social Mundial	109
O processo de internacionalização do FSM	111
Rumo à Índia	117
FSM: uma síntese inicial	121
Bibliografia selecionada	127
Convocatórias dos movimentos sociais	137
Cronologia	151
Organizações e entidades envolvidas no movimento global	157
Créditos das imagens	173



Simone Brando/www.simonebrando.com

Introdução

Sob os escombros do Muro de Berlim e da União Soviética jaziam, dizia-se, a história, as utopias, o trabalho regulamentado, os Estados nacionais. O capitalismo triunfara sobre o socialismo, tornara-se irresistível e garantiria à humanidade um futuro radiante. A promessa de que todos terminariam se integrando à sociedade de consumo e prosperariam sob democracias liberais em um mundo pacificado ecoava em uníssono pelas mídias cada vez mais onipresentes. Este pensamento único parecia invadir todos os poros da sociedade, dominar todas as instituições, excluir toda alternativa. Para ele, a esquerda tal como se formara no século XX tornara-se uma força do atraso e fora afastada da política mundial; só sobrevive-

riam aqueles que se modernizassem e passassem a considerar o mercado uma condição natural da humanidade.

Graças à força civilizadora da globalização que o capitalismo deslanchava, a humanidade estaria, afinal, abandonando seus particularismos e se integrando em uma sociedade mercantil planetária. Impulsionada pelo progresso técnico, então se materializando na revolução da comunicação e da informática, a globalização produzia uma sociedade do conhecimento que estaria mesmo decifrando, com a genômica, o código da vida. Uma “nova economia” alicerçaria esta sociedade e permitiria ao capitalismo até escapar de suas crises e recessões cíclicas.

As políticas neoliberais, ditas de mercado, que vinham prevalecendo desde 1980 – quando foram introduzidas pelos governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra –, eram apresentadas como a única orientação capaz de permitir o progresso. Abertura de mercados e liberalização econômica, redução da intervenção do Estado na economia e desregulamentação, privatização e garantia da propriedade intelectual, redução dos gastos sociais e aumento da competitividade global tornaram-se mandamentos inquestionáveis, sancionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM), pela Organização Mundial de Comércio (OMC), pelo G-8 e pela União Européia (UE). As infrações ao modelo eram punidas por fugas de capitais ou ataques especulativos às moedas nacionais.

Algumas vozes recalcitrantes ainda se erguiam contra a globalização e a ciência econômica neoliberal, como os zapatistas e os grevistas do serviço público francês, outros pressionavam para influenciar decisões de organizações internacionais, mas eram dissonâncias pontuais em um gigantesco coral afinado com o pensamento globalista (globalitário, diria Milton Santos) que continuou firme até o final dos anos 1990.

Então, um novo protagonista entrou em cena com a força e o simbolismo necessários para produzir uma reviravolta na situação política. Em 30 de novembro de 1999, quando da reunião ministerial da OMC em Seattle, nos Estados Unidos,

50 mil manifestantes bloquearam a cidade. O encontro teve que ser suspenso e a abertura de uma nova rodada de negociações para a liberalização comercial adiada. O fracasso da reunião da OMC era o resultado não só dos protestos populares como também de conflitos de interesses entre países-chave. O cenário, entretanto, mudara; pelos dois anos seguintes, até a reunião do G-8 em Gênova, em julho de 2001, todos os encontros importantes dos organismos multilaterais que legitimavam o domínio dos mercados presenciaram grandes mobilizações e protestos do novo movimento.

Havia anos estava se desenvolvendo em vários países um movimento por justiça global, coalizão de uma série de movimentos, entidades, organizações e redes que lutavam contra o que chamavam, nos países de fala inglesa, de *corporate globalization* (globalização das corporações), ou que na França eram *altermundialistes* (por uma outra mundialização). Em contraposição às forças hegemônicas que impulsionavam a mercantilização de todas as esferas sociais, formara-se um movimento de movimentos que sustentava que “o mundo não é uma mercadoria” e que “o mundo não está à venda”. A globalização neoliberal fora, afinal, apresentada ao seu outro reprimido, ao fantasma capaz de assombrá-la, que sua propaganda chamaria pejorativamente de movimento “antiglobalização”.

O movimento global, o movimento dos movimentos, não se confronta, todavia, apenas com a globalização neoliberal – golpeada, depois de 2000, por um cenário recessivo, que esvaziou a “bolha especulativa” dos anos 1990 e a miragem de uma “nova economia”. Com a guinada unilateralista, belicista e neocolonialista que o governo George W. Bush e seus aliados deram à política mundial, particularmente depois de 11 de setembro de 2001, o novo internacionalismo vem se transformando também em um movimento contra a guerra e o império. Este movimento antimilitarista cresceu rapidamente entre as guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003) e tende a se tornar uma dimensão permanente da política mundial. A articulação entre o combate à globalização neoliberal e à militari-

zação das relações internacionais imprime uma marca cada vez mais política ao movimento global, como demonstrou a gigantesca jornada mundial de protestos contra a guerra de 15 de fevereiro de 2003. O movimento passa a ser visto como “a outra superpotência”, única capaz de se contrapor ao império norte-americano.

O Fórum Social Mundial é uma das grandes inovações políticas deste cenário, o lugar em que desde janeiro de 2001 boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas com um método inovador. Ele estabelece uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto, e não uma organização ou uma instituição, em que a quase totalidade das atividades são auto-organizadas pelos participantes, os partidos políticos são deslocados do centro da cena para a condição de coadjuvantes e nenhuma assembleia ou resolução final pretende falar pelo conjunto dos presentes. A diversidade é aí respeitada e valorizada como uma força, e não uma debilidade do movimento; se “um outro mundo é possível”, será “um mundo onde caibam muitos mundos”.

O Fórum instaura uma sucessão de eventos que conformam um processo mundial. Nesses eventos, centenas de milhares de ativistas de todas as partes têm se encontrado em um ambiente de troca e emulação, que deixa uma marca indelével em seus participantes. Eles estão conectando as resistências, construindo as alternativas ao neoliberalismo e tendo um papel protagonista na organização da esquerda do século XXI.

É a invenção e o aprimoramento dessa nova forma de ação política que vamos acompanhar. Neste texto, recupero muito da elaboração coletiva da Secretaria do Fórum Social Mundial. Mas, naturalmente, a responsabilidade pela interpretação aqui apresentada é estritamente pessoal.

São Paulo, 15 de julho de 2003



1. O Espírito de Seattle: o mundo neoliberal encontra seu fantasma

Qual é o solo histórico do qual brotam o movimento global e o Fórum Social Mundial?

Esta questão nos remete para o diagnóstico do presente e o debate de em que medida o mundo atual é uma ruptura e uma continuidade do passado. Sobre isso há, em grandes linhas, um razoável consenso entre os analistas. O quadro pode ser traçado em dois níveis.

De um lado, na descrição das grandes épocas da evolução do capitalismo. Se o capitalismo do século XIX caracterizava-se pelo liberalismo, por uma economia concorrencial sob a hegemonia do imperialismo inglês, a passagem para o século XX assistiu ao crescente protecionismo e a conflitos interimperial-

listas cada vez maiores, que produziram as duas guerras mundiais. Nesse terreno, a globalização neoliberal que se desenvolve desde 1980 representa um terceiro grande momento, a retomada de uma tendência à mundialização do capital interrompida no século XX pela cristalização de economias nacionais capazes de se protegerem das pressões do mercado mundial. O neoliberalismo foi corretamente caracterizado por Paulo Nogueira Batista Jr. como “uma revolta contra o século XX”. O capital escapa dos controles político-sociais que lhe haviam sido impostos e volta a ganhar ampla liberdade de circulação e investimento – mobilidade que não atinge a força de trabalho, cuja liberdade de circulação é muito menor do que no século XIX. Muitos analistas, mesmo discordando entre si das suas características particulares, aceitariam utilizar de maneira descritiva os termos capitalismo concorrencial, capitalismo imperialista e capitalismo tardio para designar três diferentes momentos da evolução da economia mundial nos últimos dois séculos.

De outro lado, o acordo na descrição do panorama histórico pode ser aprofundado para o entendimento político do século XX. Eric Hobsbawm o resume bem, ao estabelecer sua periodização do que chamou de “o breve século XX”, isto é, o período iniciado em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e encerrado em 1991, com o colapso da União Soviética. Para o historiador inglês, o primeiro momento foi a “era das catástrofes”, de 1914 a 1945, do início da Primeira Guerra Mundial ao final da Segunda; o segundo foi a “era de ouro”, de 1947 até 1973, quando o capitalismo conheceu o momento de maior prosperidade de sua história; e o período final, desde meados dos anos 1970, foram as “décadas de crise”, que se prolongariam até os dias de hoje. Se o colapso da União Soviética representa o fim dos grandes marcos políticos dentro dos quais se moveu o século XX, e nesse sentido o fim de uma época histórica, as décadas de crise abrem uma transição para o mundo em que vivemos, cujos contornos ainda estão sendo estabelecidos.

As mudanças em curso ficam mais evidentes em confronto com o período posterior à Segunda Guerra Mundial, período de expansão econômica em todos os quadrantes do planeta – Estado do bem-estar social nos países centrais, desenvolvimentismo em boa parte da periferia, economias planejadas que buscavam industrializar as sociedades que tinham rompido com o capitalismo. Então a estruturação do mercado mundial se dava a partir de economias nacionais com um certo grau de autonomia, em um mundo bipolar, com os Estados Unidos e a União Soviética nucleando a política internacional, a descolonização dos impérios europeus, um capitalismo baseado em políticas econômicas anticíclicas keynesianas (intervenção estatal, busca do pleno emprego, expansão dos direitos sociais etc.) e em regimes de produção fordistas (linha de montagem, grandes unidades fabris, expansão da classe operária industrial). É nesse mundo que vicejam a esquerda social-democrata e comunista, os movimentos de libertação nacional, a cultura política de esquerda focada no papel histórico do proletariado e a idéia da revolução como conquista do poder político no Estado nacional.

Mas, na medida em que a “era de ouro” avançava, novos direitos sociais eram conquistados e o capitalismo modelado pelas políticas keynesiano-fordistas esquecia de seu passado de crises catastróficas, a taxa de lucro começava a cair e a afetar a taxa de crescimento dos países – a taxa de lucro nos países centrais passa gradualmente, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 22,5 em 1966 para 14,3 em 1982. A partir de 1973, as recessões, banidas desde a guerra pela atuação anticíclica dos governos nacionais, retornam, sem serem mais debeladas pelo crescimento dos gastos públicos.

A resposta à queda dos lucros tornou-se clara com a recessão de 1980-1982. A desregulamentação financeira, a abertura das economias nacionais e as privatizações foram conduzidas pelas políticas neoliberais dos governos Reagan e Thatcher e logo se tornaram o modelo para todos os governos dos países cen-

trais. Esta reestruturação capitalista ganhou impulso e promoveu uma vasta recomposição das relações de classe, reduzindo o peso tanto do proletariado como das burguesias industriais da periferia do sistema. Ela potencializa e é acelerada pela nova vaga de internacionalização da economia capitalista e, antes de tudo, das finanças.

Estas mudanças deslocam as relações de forças em favor dos setores do capital que operam na arena mundial, os mais dinâmicos e poderosos, em detrimento do conjunto dos que contra eles se chocam. Ao longo dos anos 1980 observamos uma pressão cada vez maior sobre as sociedades burocratizadas nucleadas pela União Soviética, um arrefecimento cada vez maior da luta antiimperialista na periferia (refluxo da revolução centro-americana e dos processos asiáticos) e das lutas dos trabalhadores nos países centrais. Apenas nos países mais industrializados da periferia, como o Brasil, a Coreia do Sul e a África do Sul, os assalariados mantêm nos anos 1980 um protagonismo político.

O neoliberalismo ganha um novo alento, na virada para os anos 1990, com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, que tornam o deslocamento da correlação de forças avassalador e têm conseqüências políticas e ideológicas de curto prazo catastróficas para boa parte da esquerda. Deixa de existir o sistema mundial de Estados que estruturou as relações internacionais no século XX, temporariamente estabilizado pela bipolaridade imposta ao final da Segunda Guerra Mundial. O mundo formado sob o impacto da Revolução Russa de 1917 também desaparece: deixou de existir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o mundo dividido entre duas superpotências, os movimentos de libertação nacional surgidos neste quadro, o movimento socialista dominado por duas correntes que se alimentavam mutuamente (social-democratas e comunistas). Como nos lembra Daniel Bensaïd, assistimos, só na Europa, na primeira metade da década de 1990, à formação de 17 novos países e de 14 mil quilômetros de novas fronteiras.

A globalização neoliberal, uma nova fase do capitalismo

O processo mais evidente nesta passagem de época histórica é a globalização, a nova vaga de mundialização do capital. Depois de quase um século de protecionismo e estruturação de economias com dinâmicas fundamentalmente nacionais, voltamos a presenciar um novo período de predomínio do capital financeiro internacionalizado, como bem nos recordam Hirst e Thompson, análogo ao que existia sob hegemonia inglesa no século XIX. Como então, o neoliberalismo e a globalização de hoje representam um esforço consciente de um poder central, um movimento de retomada da hegemonia norte-americana (a “diplomacia do dólar forte”), e estão, desde o início, associados à montagem do que Fiori chama de um novo “sistema imperial”. A mundialização do capital é fortemente respaldada pelos governos dos países centrais, e a partir daí se força a abertura dos mercados nacionais (que o Brasil conhece com Fernando Collor, em 1990), a sua desregulamentação, a compra pelas grandes corporações multinacionais de empresas menores antes protegidas em seus países, a privatização de empresas públicas e a crise dos instrumentos de política econômica keynesianos, solapados pelo endividamento público e pela desoneração fiscal dos ricos.

O deslocamento da relação de forças sociais e políticas desencadeia uma série de processos que retroalimentam esta dinâmica: as fusões de corporações, que evidenciam a aceleração da centralização e concentração de capitais em escala mundial; a redução do tempo de rotação do capital (investimentos com retornos em prazos mais curtos), que viabiliza uma elevação da taxa de lucro; a diversificação dos investimentos das grandes corporações, que passam a atuar também na esfera financeira, integrando-se na “economia cassino”; as mudanças na organização do trabalho, que produzem uma queda na porcentagem da classe operária sobre o total dos assalariados e o aumento de sua heterogeneidade social; a substituição do pleno emprego pelo crescente desemprego estrutural e pelos ataques aos sistemas de seguridade social.

As taxas de lucro sobem gradativamente, mas as taxas de crescimento econômico dos países centrais continuam baixas e o processo é pontuado por recessões globais (1974-1975, 1980-1982, 1990-1992, 2001-?). Acirra-se a concorrência em um mercado mundial composto por economias mais abertas. O desenvolvimento deixa, neste quadro, de ser o horizonte

Fundo Monetário Internacional

Com o objetivo de reconstruir a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial foi definida, em 1944, a criação de três instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Internacional de Comércio (OIC). Com o final da guerra em 1945, o FMI e o Banco Mundial foram estabelecidos mas a OIC não foi fundada, sendo criada somente em 1995, com o nome de Organização Mundial de Comércio.

O FMI foi estabelecido em julho de 1944 com a assinatura da Ata Final da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods, nos Estados Unidos, um dos primeiros tratados de conteúdo econômico e financeiro.

O órgão tem como função regular o sistema monetário internacional e defende que o equilíbrio da balança de pagamentos é a melhor maneira de estabilizar a economia de um país. Sua criação foi baseada na lógica de livre circulação de capitais e mercadorias entre os países.

No momento de sua formação, era constituído por 29 países, mas esse número chega hoje a 182 membros. A partir da década de 1970, com a crise da dívida, houve um crescimento da adesão dos países em desenvolvimento ao Fundo, que fazia empréstimos para os países que adotassem os chamados "programas de ajuste estrutural". A eles são feitas recomendações para a política econômica, e assim é garantida uma transferência de recursos, hoje cerca de 300 bilhões de dólares.

O FMI elaborou algumas diretrizes a serem seguidas pelos países membros: cooperação monetária internacional, promoção da expansão e do crescimento equilibrado do sistema fi-

provável e mesmo possível para a imensa maioria dos países da periferia, como destaca Arrighi; apenas uns poucos países, os mais fortes, podem ser vencedores na corrida pelas melhores posições no mercado mundial.

Os fundamentos econômicos da reorganização das relações de classe são, antes de tudo, as mudanças nos métodos de ges-

nanceiro no cenário internacional, estabilização do câmbio, colaboração para o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, determinação de um padrão ouro-dólar e a criação de um fundo financeiro. Esse modelo impõe também as privatizações das empresas estatais, a estabilização da economia e a reforma do Estado seguindo as diretrizes neoliberais. Os recursos do Fundo Monetário Internacional provêm de um fundo comum que cada país é obrigado a subscrever quando entra para a instituição. Dessa forma, cria-se uma conta geral que recebe o nome de Direitos Especiais de Saque (DES). Todos os países que fazem parte do FMI contribuem com uma determinada cota estabelecida de acordo com a situação financeira em que cada país se encontra. Para obtenção de empréstimos do DES foram criadas algumas normas. Entre elas, que todos os empréstimos deverão se limitar a 60% da cota com a qual o país contribui. E se o país solicitar menos de 25% de sua cota não será obrigado a realizar nenhum programa especial. Se ultrapassar esse percentual, entretanto, o governo do país tem de se comprometer a tomar algumas medidas econômicas exigidas pelo Fundo expressas na sua Carta de Intenção.

O sistema de cotas condiciona o poder de voto de cada país dentro do FMI: cada país membro possui 250 votos e um voto adicional por cada 100 mil dólares depositados na conta geral. Esta forma de votação desigual dá a cada membro peso e poder de decisão assimétricos dentro da instituição. Países como os Estados Unidos, que possuem uma grande parcela das cotas, detêm uma grande parcela dos votos, conseguindo impor qualquer decisão que lhes seja conveniente.

tão. A produção “enxuta” (*lean production*) apóia-se, de um lado, nos círculos de controle de qualidade e trabalho em equipe, e, de outro, na flexibilização, na precarização, na intensificação dos ritmos de trabalho, na terceirização e na reengenharia, todas medidas destinadas a aumentar a taxa média de exploração. O desemprego estrutural, apresentado pelo neoliberalismo como fruto necessário do progresso técnico, é de fato consequência da baixa taxa de crescimento da economia como um todo e da pequena redução da jornada média de trabalho.

As instituições ligadas à globalização tornaram-se cada vez mais presentes e ativas, seja no campo do comércio mundial

Banco Mundial

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, foi criado oficialmente em 1945, como uma agência especializada da ONU para reconstruir a Europa Ocidental e o Japão do pós-guerra. Financiou nesses países projetos de infra-estrutura, como rodovias, ferrovias e telecomunicações. Desde então, vem alterando suas metas em virtude das mudanças no cenário mundial. A partir dos anos 1970, direcionou suas ações para países em desenvolvimento, onde privilegia a agricultura e programas educacionais, vinculando-as às privatizações e à abertura de mercados. Atualmente 182 países são membros do banco. No início da década de 1990, voltou-se para o Leste Europeu, priorizando projetos ambientais e financiando agricultores e empresários. Recentemente, a preocupação central tem sido a crise financeira internacional. Ao conceder créditos, o Banco Mundial presta assistência técnica aos países membros, realiza pesquisas e produz relatórios periódicos, indicando como estes recursos devem ser aplicados. Junto com o FMI, aplica programas de ajuste econômico nos países em desenvolvimento. Os recursos para a operação do BIRD são gerados por aplicações no mercado financeiro e pagamentos efetuados por países beneficiados pelos financiamentos.

(OMC), da articulação política (G-8), da gestão da dívida (BIRD-FMI), da ecologia (ECO-92, Tratado de Kyoto). A passagem do GATT para a OMC corresponde ao desenvolvimento de novas formas de subordinação dos Estados, dos poderes eleitos e das legislações nacionais aos senhores do mercado mundial. Sob o impulso do FMI e do Banco Mundial, a dívida externa continua desempenhando uma função disciplinadora dos países dependentes. Estas instituições, ainda que débeis em comparação com os Estados centrais e as grandes corporações, são suficientemente poderosas para enquadrar os países do Terceiro Mundo e do Leste Europeu que transitam para o capitalismo.

Mas a tendência à globalização é, em parte, contra-restada pela formação de blocos regionais ou continentais, mediante processos muito variados, do proto-Estado europeu, que recebe muitas das atribuições antes depositadas sobre Estados nacionais, ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que é apenas um bloco comercial ao redor dos Estados Unidos, passando pelo Mercosul, cujo destino está ainda indefinido.

É um cenário de desordens e grande instabilidade, em que operam tendências contraditórias, obedecendo a lógicas multilateralistas e/ou neocoloniais. Diante do colapso de alguns Estados, foram montadas intervenções internacionais de estabilização, em todos os casos iniciativas dos Estados Unidos com o aval dos organismos multilaterais. Ao mesmo tempo, a lógica da globalização multilateral tende a estabelecer novas normas de direito internacional, como no caso do Tribunal Penal Internacional. Mas, depois de 2001, a política norte-americana ganhou um claro caráter neocolonial, acirrando as contradições interimperialistas.

Por meio dos processos em curso, as relações mercantis continuam penetrando em todos os poros da sociedade, subvertendo as tradições, rompendo os laços comunitários, destruindo as antigas identidades coletivas e promovendo o individualismo consumista. A expansão do mercado mundial é o cerne de modificações avassaladoras no tecido social, um processo em que, parafraseando Marx, “tudo que é sólido desmancha

no ar”. Ela promove uma desarticulação tendencial das esferas econômica e política, destaca Bensaïd. A maioria das economias nacionais deixam de ser conjuntos relativamente coerentes, articulando mercado, território e Estado quando a desregulamentação internacional e a concorrência introduzem fraturas entre a lógica econômica e a soberania política. As desigualdades se aprofundam entre ganhadores e perdedores na corrida pela globalização em escala internacional, mas também entre regiões no interior dos próprios países. Com a reconcentração do poder, estabelece-se uma nova hierarquia, mais centrada em cidades mundiais que em países. Estas crescentes desigualdades estimulam guerras fiscais, aumen-

G-8 – O grupo dos ricos

O G-8 foi criado em 1975 com apenas seis países: Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Japão. No encontro de 1976, em San Juan, Porto Rico, o Canadá foi incorporado ao grupo, que ficou conhecido como G-7, o grupo dos países mais ricos do mundo. A partir de 1994, com a cúpula de Nápoles, o G-7 passou a se reunir com a Rússia, no que ficou conhecido como Política dos 8. Na cúpula de Birmingham, Inglaterra, em 1998, a Rússia foi integrada ao grupo, que passou a ser o G-8, embora o G-7 continue a funcionar paralelamente. A entrada da Federação Russa no grupo se deu em troca de concessões inéditas na ampliação da OTAN aos países da extinta União Soviética.

As cúpulas anuais de chefes de Estado e de governo discutem o gerenciamento macroeconômico, o comércio internacional e as relações com países em desenvolvimento. Outras questões em debate são as relações econômicas entre Ocidente e Oriente, energia, terrorismo, emprego, tecnologias de informação, crime organizado e drogas, direitos humanos e controle de armas. Seu objetivo declarado é coordenar a política econômica e monetária mundial.

Além das cúpulas anuais, o G-7/8 também criou os encontros ministeriais, que permitem que os ministros, como os das Fi-

tando as disparidades regionais. Questionam também os compromissos que fundamentam o Estado do bem-estar social, levando a políticas sociais focalizadas sobre situações críticas, que não mais pretendem ter alcance universal. O alcance dos serviços públicos de saúde, educação e previdência é reduzido e muitos deles são privatizados.

Com a redução da função redistributiva do Estado e a perda de legitimidade das instituições estatais derrotadas pelos efeitos das privatizações (que reforçam os poderes econômicos privados) e da globalização (com a perda de controle das relações econômicas e monetárias), a coesão social se reduz. A reestruturação, o endividamento público, o deslocamento re-

nanças e do Meio Ambiente, continuem o trabalho acordado em cada cúpula.

As cúpulas pretendem dar a direção para a comunidade internacional, estipulando prioridades, definindo novos temas e dando diretrizes para as organizações internacionais. Na reunião de Denver, em 1997, ficaram expostas divergências entre os modelos econômicos norte-americano e dos países da União Européia, mais protecionistas. Os Estados Unidos pressionaram os governos europeus para uma abertura maior de suas economias em busca de maior espaço para os produtos e serviços dos norte-americanos nos mercados do continente. Também ficaram expressas as discordâncias quanto às políticas ambientais, já que Estados Unidos, Japão e Canadá resistem à proposta européia de redução da emissão de gases nocivos na atmosfera. Na cúpula de 2000, em Okinawa, no Japão, os integrantes do G-7 não chegaram a um acordo para a criação de uma política cambial coordenada.

As políticas liberalizantes e as questões ambientais são alguns dos pontos de protestos contra o G-8, além do objetivo de coordenar as políticas econômicas e monetárias mundiais segundo os interesses destes países. Desde o encontro de Birmingham na Inglaterra, os movimentos globais têm protestado contra as reuniões e suas decisões.

gressivo da carga tributária em prejuízo dos pobres e a crise das finanças públicas solapam a possibilidade de o Estado-providência (ou do que subsiste dele) preservar salários, serviços públicos e proteção social. Nos países dependentes, isso provoca crise generalizada dos sistemas populistas. Em casos mais graves, em que elites locais não conseguem se integrar no novo cenário, acentua-se a redistribuição clientelista de benefícios e a tendência ao deslocamento clânico/étnico/religioso de certos Estados, particularmente na África e na Ásia. Em todos os casos, há como tendência geral uma crescente perda de legitimidade dos sistemas políticos, manifesta nas abstenções em processos eleitorais e em uma crise de representatividade dos partidos políticos de esquerda, que vêm sua justificativa histórica de existência questionada.

A reestruturação capitalista promove uma grande reorganização do proletariado. A participação dos assalariados empregados na manufatura declinou até estabilizar-se, na década de 1990, em torno de 20% da força de trabalho dos países centrais (nos Estados Unidos, onde o processo é mais antigo, é menor). Cresce a participação feminina na força de trabalho, mas em empregos precários ou de tempo parcial. A maior parte do proletariado está vinculada ao setor de serviços; a rede McDonald's emprega hoje nos Estados Unidos mais gente que a siderurgia. Ao mesmo tempo, as iniciativas empresariais destinadas a aumentar a produtividade do trabalho ampliam a heterogeneidade social dos assalariados, erodindo seus laços anteriores de identidade e de solidariedade, o que por sua vez dificulta a resistência a estas medidas. Mas, globalmente considerado, há um grande aumento quantitativo do proletariado, ainda que em bases mais precarizadas do que antes. A urbanização acelerada e caótica também promove, por todo o planeta, o crescimento da massa de excluídos nas grandes metrópoles, principalmente na periferia do sistema. Com o aumento das disparidades nacionais e continentais ou o retrocesso de economias periféricas, volta a crescer o movimento internacional de populações. Se antes ele se deu da Europa

(ou, de maneira forçada, da África e da Ásia) para a América, agora ele se dá da periferia para os países centrais, frequentemente em condições ilegais e em um clima de crise, com crescente marginalização e xenofobia.

A globalização apresenta, porém, alguma capacidade de estruturar uma nova rede de poder, envolvendo elites desenraizadas, articuladas hierarquicamente em torno das burguesias centrais. Elas compartilham inserções estruturais e interesses semelhantes, modos de vida, valores e, até certo ponto, uma cultura em comum, descolando-se das massas das sociedades onde vivem. O que no passado representava a adoção do modo de vida do colonizador pelo colonizado, hoje é apresentado como a adesão a uma cultura planetária, que a mídia global difunde por toda parte. Isso altera a forma como estes setores se relacionam com as demais classes sociais. Se uma parte das classes dominantes responde ao retorno da questão social criminalizando as novas “classes perigosas”, outra ainda procura integrá-las social e culturalmente. A aceitação e a difusão do multiculturalismo respondem, pelo menos em parte, a este objetivo, incorporando expressões das identidades de setores não-hegemônicos nos circuitos expandidos da indústria cultural.

Identidades ancestrais e obscuras nascem ou renascem, por meio de fundamentalismos religiosos e nacionalismos xenóforos, na medida em que se fragilizam os vínculos de solidariedade de classe e nacionais. De outro lado, em um circuito perverso, resistências ao novo universalismo mercantil “globalitário” também podem alimentar o racismo, novas formas de exclusão, a violência social e política. As iniciativas de solidariedade e universalização da cidadania, conduzidas por alguns movimentos políticos e sociais, não são a tendência dominante.

A recomposição capitalista tem, assim, uma forte dimensão de contra-reforma econômica, social, política e cultural regressiva. O casamento entre o mercado livre de qualquer rédea e a democracia parlamentar não está cumprindo nenhuma das promessas feitas pelo neoliberalismo.

Vertigem, crise ideológica e permanência das aspirações utópicas

O deslocamento das referências que organizavam a percepção do mundo e da ação política é enorme. O capitalismo apresenta-se como a única civilização e o neoliberalismo como pensamento único. Entram em crise as diferentes visões de mundo e ideologias políticas que coexistiram, se confrontaram e se complementaram durante a expansão do capitalismo no pós-guerra. Deixam de existir simultaneamente, como tem destacado Samir Amin, as três grandes respostas ideológicas do pós-guerra, o comunismo burocrático produtivista, o “terceiro-mundismo” desenvolvimentista e as alternativas socialistas; subsiste apenas, muito descaracterizada, uma social-democracia aderida, em diferentes graus, ao liberalismo. Reduz-se o espaço do universalismo da democracia liberal e das ilusões de progresso. A presença do capital organizando todas as esferas de atividade subverte as coordenadas que disciplinam o tempo e o espaço, a consciência e a ação política, produzindo uma sensação de vertigem.

Quarta Declaração da Selva Lacandona

[...] Irmãos:

Muitas palavras caminham no mundo. Muitos mundos se fazem. Muitos mundos nos fazem. Há palavras e mundos que são verdades e verdadeiros. Nós fazemos mundos verdadeiros. Nós somos feitos por palavras verdadeiras.

No mundo dos poderosos, não cabem mais que os grandes e seus servidores. No mundo que nós queremos cabem todos.

O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que queremos construir é uma onde caibam todos os povos e suas línguas, que todos os passos a caminhem, que todas a riam, que a amanheçam todos.

Falamos a unidade inclusive quando calamos. Baixinho e chovendo, nós falamos as palavras que encontram a unidade que nos abraça na história e para rejeitar o esquecimento que nos enfrenta e destrói.

A globalização coloca junto sociedades que antes pareciam distantes, a compressão do tempo-espaço acelera a velocidade com que se processam as relações econômicas e sociais e a rede universal de mídia satura todas as populações de informações e imagens. O conteúdo difundido pela indústria cultural tornou-se mais abrangente, ganhando um caráter cada vez mais mercantil, com a padronização do tratamento da informação e do entretenimento difundido por um setor altamente concentrado em escala planetária. O padrão hollywoodiano de entretenimento está intimamente associado à difusão de um modo de vida e um ideal de consumo. As transformações culturais se dão em estreita sintonia com a globalização, justificando-a e frequentemente expressando suas dimensões mais regressivas. A mídia globalizada integra simbolicamente o mundo, esgarçando as fronteiras culturais. Não há mais possibilidade de isolamento cultural e o fundamentalismo é muitas vezes a forma de resistência e reafirmação de identidades que estão sendo solapadas, originando idéias como “guerras de cultura” ou “choques de civilizações” ou, ainda, mais globalmente, a percepção (radicalizada

Nossa palavra, nosso canto e nosso grito são para que já não morram mais os mortos. Para que vivam, lutamos; para que vivam, cantamos. Vive a palavra. Vive o Já Basta! Vive a noite que se faz manhã. Vive nosso digno caminhar junto a todos aqueles que choram. Para destruir o relógio de morte do poderoso, lutamos. Para um novo tempo de vida, lutamos.

A flor da palavra não morre, ainda que em silêncio caminhem nossos passos. Em silêncio se semeia a palavra. Para que floresça a gritos, se cala. A palavra se faz soldado, para não morrer no esquecimento. Para viver, se morre a palavra, semeada para sempre no ventre do mundo. Nascendo e vivendo, morremos. Sempre viveremos.

Não nos renderemos. Zapata vive e, apesar de tudo, a luta segue.

Desde as montanhas do sudeste mexicano,

Comitê Clandestino Revolucionário Indígena

Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional

1º de janeiro de 1996.

pelo pós-modernismo) de que a cultura teria se transformado na instância decisiva da sociedade.

Quando os modelos de explicação da realidade não parecem mais funcionais para dar significado à inserção existencial de cada indivíduo na sociedade, generaliza-se a sensação de fragmentação. No vazio, cresce a ideologia neoliberal, que constrói os valores hegemônicos e referencia as práticas dominantes, legitimando as desigualdades crescentes entre indivíduos e classes sociais, regiões e países e buscando retirar a possibilidade de tematizar o mercado. Ela desqualifica a perspectiva de outra sociedade como irrealista ou mesmo totalitária, sustentando a generalização de um ideal capitalista de felicidade, como se ele pudesse ser alcançado por qualquer indivíduo como consumidor no mercado – consumidores do século XXI e cidadãos do século XVIII, dirá Canclini.

Há uma paradoxal multiplicação e crise das utopias. Aspirações utópicas eclodem por toda parte, destacando a abundância material atingida pela humanidade e a possibilidade do bem-estar geral, a igualdade ou equivalência de gêneros, o reconhecimento das diferentes culturas, o gozo das diversas expressões da sexualidade, a busca da saúde perfeita, da comunicação total ou de uma sociedade reconciliada com a natureza. Ao mesmo tempo, a sociedade almejada, que poderia propiciar a efetivação destes objetivos, parece mais distante do que nunca. As promessas das utopias socialistas estão desacreditadas pelo colapso das experiências burocráticas e despóticas; os projetos social-democratas retrocedem drasticamente; a idéia de revolução tende a desaparecer do horizonte. Mesmo a nação perde seu conteúdo progressista, segundo o ideal republicano, deixando de se apresentar como uma comunidade baseada na fraternidade entre seus membros para se transformar em fonte de nacionalismos excludentes e xenófobos. Muitos analistas têm destacado estes fenômenos como manifestações de uma forma moderna de barbárie que traz enormes riscos para a humanidade e se avoluma sem que se vislumbre a perspectiva de sua eliminação.

Isso tem efeitos profundamente destrutivos, já que a emancipação humana, a “busca da felicidade” ou da “liberdade pública” têm sido os valores mais elevados a nortear a ação política e a constituição de sujeitos políticos desde que o Iluminismo formulou a questão. O século XX perseguiu, sob diferentes formas, estes objetivos emancipadores: na sua primeira metade, por meio da revolução política, que abria a transição para o socialismo e a utopia terrestre do amanhã; da cultura modernista, cuja crítica à modernidade capitalista era empreendida a partir do horizonte utópico já atingido pela humanidade; e, em geral, por meio da conquista da democracia política de massa. E quando as aspirações utópicas reemergiram, principalmente nos países centrais, nos anos 1960, o fizeram de forma tão rica e multifacetada que pareciam antecipar um duradouro período em que todas as expressões de contestação poderiam se manifestar com legitimidade. Assim, a experiência fundamental que constitui o passado existente na política da esquerda pressupõe o horizonte normativo da plena emancipação humana – até as experiências associadas a esse norte político serem brutalmente abaladas, nas últimas duas décadas, pelo deslocamento deste horizonte, pela crise da utopia que viabilizaria todas as utopias.

De outro lado, as últimas décadas presenciaram a radicalização da tendência ao florescimento de subjetividades. Mulheres, negros, povos indígenas, homossexuais, nacionalidades oprimidas, imigrantes, estudantes, jovens, idosos, grupos ecológicos, movimentos culturais, populações sem terra e sem teto e muitos outros setores reivindicam suas demandas, autonomia e identidade. Por todo o planeta, apoiando-se nos exemplos uns dos outros, buscam afirmar suas aspirações. O termo “movimentos sociais” procura dar conta desta miríade de sujeitos, antigos e novos.

Mas, ao mesmo tempo, os dois grandes sujeitos em torno dos quais se organizou a política desde o século XIX refluem: de um lado, os movimentos nacionais e partidos que buscavam

conformar a nação em Estado, o Estado em nação (no caso do Brasil) ou afirmá-la em face de outras nações; de outro, o movimento socialista que se identificava com a organização de classe dos trabalhadores assalariados. A globalização deslocou o espaço onde podiam se mover a maioria dos Estados nacionais, o colapso do sistema burocrático na União Soviética eliminou o contrapeso aos Estados Unidos e a modificação da relação de forças que sustentava o Estado do bem-estar questionou outro limite à ação do mercado capitalista. Nenhuma instituição política estabelecida parece ter condições de conter as forças estruturantes do mercado mundial e atenuar o peso do poder imperial dos Estados Unidos e das grandes corporações multinacionais de variadas origens que se movem na sua esteira. Já a crise do movimento socialista expressa não só a alteração geral da correlação de forças, mas é também o resultado de uma crise do projeto posto em prática no século XX e do discurso constitutivo do próprio movimento. A recomposição social do proletariado contribui para desarticular sua antiga organização de classe. O sindicalismo perde o lugar de destaque e tende a ser visto como mais um movimento social. Os socialistas encontram, por toda parte, enormes dificuldades de aplicar uma política anticapitalista.

Finalmente, o mundo globalizado está muito distante de permitir o pleno desenvolvimento do indivíduo como sujeito político, defendido pela utopia liberal clássica. A produção do indivíduo liberto das amarras que o prendiam às coletividades tradicionais é impulsionada pela expansão do mercado, que dissolve as antigas comunidades e os laços de solidariedade que as sustentam. Mas o novo capitalismo solapa as condições de exercício da cidadania como participação em uma esfera pública vigorosa. Os indivíduos atomizados – incapazes de forjar em seu cotidiano coletivos fortes o suficiente para direcionarem as instituições políticas centrais – são transformados em simples consumidores, engrenagens dos mecanismos de poder estabelecidos, aprisionados por processos que escapam a qualquer controle democrático. O reencantamento instrumen-

tal do mundo pela indústria cultural e a difusão do espetáculo amplificam esta crise do sujeito autônomo cantado pelo liberalismo. Reforça-se o que tem sido caracterizado como personalidade narcisista (Lasch) ou depressiva (Roudinesco).

Dessa forma, quando quase todos os agenciamentos parecem possíveis e uma infinidade de sujeitos emerge, nenhum agenciamento parece estratégico e nenhum sujeito eficaz para questionar os fundamentos da estrutura social estabelecida ou conquistar uma autonomia real em face do poder. Vivemos uma situação de multiplicação e simultânea crise dos sujeitos políticos. É deste solo que emerge o movimento global e, no seu interior, o Fórum Social Mundial.

As raízes do movimento global

Na medida em que as políticas neoliberais ganhavam consistência, ao longo dos anos 1980, transformando-se em um projeto articulado, resistências sociais emergiram rapidamente, mas foram sendo desbaratadas com truculência. Foi o caso da derrota da longa greve dos mineiros na Inglaterra e do movimento em defesa da escala móvel de salários pelos trabalhadores italianos. Mas o neoliberalismo só ganhou contornos de uma proposta de governança global depois de 1992, com o exercício pelos Estados Unidos de uma hegemonia mais pactuada com os demais centros capitalistas. Em 1990, Thatcher deixou o poder e a Inglaterra aproximou-se do processo europeu e, em 1993, Bill Clinton substituiu George Bush pai na Presidência dos Estados Unidos, depois de 12 anos de governos republicanos. Para uma segunda geração de governos neoliberais, a gestão da globalização mercantil era exercida fundamentalmente pelas instituições multilaterais. A formação da Organização Mundial de Comércio, em 1995, foi um importante passo neste sentido, compondo com o FMI e o Banco Mundial a tríade central de instituições econômicas mundiais. A OMC regulava não apenas o comércio de mercadorias, mas também incorporou um Tratado sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPs) que amplia-

va o prazo de validade de patentes, restringia a produção de medicamentos fora do controle dos grandes laboratórios e permitia o patenteamento dos genes. Ela deveria também negociar a liberalização dos serviços e um novo acordo sobre a agricultura. E estabelecia um tribunal para a arbitragem de disputas comerciais do qual não cabe apelação. A constituição da OMC era acompanhada de outras iniciativas liberalizantes: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), entre os Estados Unidos, o Canadá e o México, firmado em 1993, e o Tratado de Maastricht, que impulsionaria a União Européia em moldes neoliberais (baseado em critérios de austeridade fiscal, uma moeda única e um Banco Central Europeu), assinado em outubro de 1993.

Este processo de governança era acompanhado, por todas as partes, por ofensivas contra os direitos sociais, de um lado, e pelo aumento da miséria, das desigualdades e das exclusões, de outro. Em contrapartida, emergiam em todo o mundo, in-

União Européia

A União Européia foi estabelecida em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, sucedendo a Comunidade Econômica Européia (CEE), instituída em 1957 pelo Tratado de Roma. O embrião da CEE foi a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, formada por Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

O Tratado de Maastricht cria um bloco sem barreiras à circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas, do qual fazem parte 15 Estados membros. A integração se deu sob uma clara orientação neoliberal e se intensificou com a adoção de uma moeda única, o euro. Ao mesmo tempo, há uma política da França e da Alemanha de fortalecimento de instituições supranacionais como o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu e o Banco Central, dirigidos por burocracias fora de qualquer controle público. Está em curso também o debate sobre uma Constituição européia, apontando para uma possível unificação política.

clusivo nos países centrais, novas resistências, freqüentemente com um caráter político muito inovador.

Dois movimentos iniciais de resistência foram particularmente notáveis. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), da região de Chiapas, a mais pobre do México, promoveu uma sublevação popular inesperada e espetacular no dia em que entrava em vigor o NAFTA, 1º de janeiro de 1994. O EZLN é um movimento original, que mobiliza recursos de várias fontes, como destaca Michael Löwy: recolhe a herança do guevarismo, da luta de Emiliano Zapata, da teologia da libertação, da cultura maia e das demandas democráticas da sociedade mexicana. Defendendo que é possível mudar o mundo sem tomar o poder, os zapatistas encontram eco em vários movimentos. Em julho e agosto de 1996, eles realizam, na selva Lacandona, em Chiapas, o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que reúne 4 mil participantes.

Em 1999, 11 países aderem ao euro (a Grécia foi admitida na “zona do euro” em 2001). A moeda única é adotada apenas como unidade de referência nas transações comerciais e financeiras, em um primeiro momento. Em 1º de janeiro de 2002, as cédulas de euro entram em circulação. Apenas Dinamarca, Reino Unido e Suécia continuam mantendo moedas nacionais.

Junto ao processo do fortalecimento da união já existente, há um processo de ampliação da União Européia, que tem seu início nas negociações abertas pela Cúpula da União em 1998. Entretanto, o processo de adesão ao organismo é lento, pelas exigências econômicas feitas aos novos membros. O Banco Central Europeu exige contas públicas equilibradas, que o déficit não seja maior que 3% do PIB e que o endividamento seja menor que 60%. Além disso, a inflação deve ser baixa e manter-se em equilíbrio e são exigidas alterações nas legislações trabalhistas e previdenciárias.

De outra parte, os trabalhadores estatais franceses realizaram, em dezembro de 1995, uma ampla paralisação dos serviços públicos, com grande respaldo popular, que recolocou, na Europa, a discussão sobre o significado das políticas neoliberais, que estavam sendo aplicadas sem questionamento. Mas indícios de uma mudança de clima começam a surgir também na Ásia, com a greve dos trabalhadores das empresas privadas da Coreia do Sul, em janeiro de 1997, e mesmo nos Estados Unidos, com o crescente envolvimento dos sindicatos, dos estudantes e dos movimentos ambientalistas na luta contra as consequências do NAFTA. Aí, estas mudanças levaram à vitória de John Sweeney para a presidência da AFL-CIO, em outubro de 1995, e a greves como as da UPS, General Motors e Boeing.

As novas resistências que começam a se avolumar emergem em um cenário moldado pelo amadurecimento das grandes mudanças societárias produzidas, em diferentes partes do mundo, por um largo período de globalização neoliberal.

Em primeiro lugar, as últimas décadas presenciaram o que David Harvey chamou de uma vaga de “compressão do tempo-espço”, uma série de transformações econômicas, sociais e tecnológicas complementares, que tornam o mundo menor e mais integrado e aceleram o ciclo de rotação do capital, as relações sociais, os contatos e as mudanças culturais. A informática, a internet e os meios de comunicação de massa globalizados fornecem a base técnica para o novo salto na mundialização do capital, novos métodos de gestão e organização do trabalho, novas práticas culturais e novas formas de apreensão do mundo. Esta é a raiz social da cultura midiática, fragmentada, multicultural, individualista, consumista e desengajada que frequentemente recebe o nome de pós-modernismo.

Em segundo lugar, ampliaram-se, ao longo de todo este período, os problemas globais e a percepção deles como tais por importantes camadas da população. Grande parte das questões ambientais, de direitos humanos, democráticos e trabalhistas, da produção cultural, do combate a atividades mafiosas, do controle dos mercados financeiros e da especulação cam-

bial, do comércio internacional e do desenvolvimento, passou a ser concebida como problemas que só poderiam ser enfrentados com iniciativas articuladas no terreno internacional. Elas têm suas raízes no aprofundamento radical da mercantilização da vida nestas décadas, vinculado à internacionalização dos capitais, dos mercados e das finanças, à redução do peso relativo da maioria dos Estados nacionais na vida social, à inter-relação desigual e sem paralelo de culturas, modas e hábitos de consumo e ao desenraizamento de uma elite tecnocrática capitalista de suas sociedades. Junto com a compressão do tempo-espaço, isso produz nas novas gerações uma subjetividade distinta, mais afeita à disputa dos simbolismos da sociedade do espetáculo globalizada.

Em terceiro lugar, apoiando-se nestas mudanças, aprofunda-se radicalmente uma dinâmica de articulação internacional de campanhas e lutas que já vinha se desenvolvendo havia tempos. As conferências temáticas da ONU desde a década de 1980 eram alvo de encontros cada vez maiores de ativistas e membros das organizações não-governamentais, mas a Eco-92 simbolizou uma mudança de qualidade no engajamento da nascente sociedade civil mundial. As reuniões do Banco Mundial passaram a ser acompanhadas não apenas pelos encontros de ONGs lobistas, mas também por protestos de grupos radicalmente contrários a suas políticas. As reuniões do G-7 começaram a ser acompanhadas de manifestações. Entidades como *Greenpeace* ou Anistia Internacional havia muito atuavam nestes marcos, estabelecendo coordenadas de um campo de lutas no terreno propriamente internacional. E ativistas começaram a procurar colocar em xeque empresas como Monsanto, McDonald's, Exxon ou Nike, estabelecendo uma importante rede de organizações que hoje monitora suas atividades.

Em quarto lugar, um novo processo de radicalização vai pouco a pouco tomando corpo na juventude, principalmente dos países capitalistas centrais, mas também da periferia. Depois de décadas de apatia, fragmentação e consumismo, emerge uma nova geração política de esquerda, a primeira desde 1968.

Mas, depois de tanto tempo de paralisia política e reação, ela aflora em boa medida fora e contra o conjunto das referências políticas estabelecidas.

O movimento estudantil em solidariedade aos trabalhadores precarizados ou envolvido em causas ambientalistas cresceu rapidamente nos Estados Unidos nos anos 1990, principalmente na luta contra os *sweat shops* (as “fábricas de suor”, indústrias têxteis com condições de trabalho precárias que fazem roupas de grife, freqüentemente empregando trabalhadores imigrantes ilegais), e levou uma parcela dos jovens a perceber que o poder das corporações transnacionais e dos organismos internacionais por elas controlados estava no centro de grandes tragédias. Na Europa e na América do Norte, movimentos de ação direta crescem há anos – vagamente inspirados pelas idéias da Internacional Situacionista dos anos 1960 (referenciada na obra de Guy Debord), pelo anarquismo ou pelo autonomismo. Desde 1995, o grupo inglês *Reclaim the Streets*, que promovia *street parties* (festas de rua) e outras iniciativas de desobediência civil, organizava mobilizações anticapitalistas, que culminaram na gigantesca invasão à City londrina de junho de 1999. Na Itália, o movimento dos centros sociais originou os *Tute Bianche* ou *Desobedienti*, que têm tido um papel destacado em todos os protestos europeus. O protagonismo da juventude se espalha pelos países da periferia, na Cidade do México (a grande greve da UNAM, em 1999), em Seul (em aliança com os sindicalistas da KCTU) ou em Buenos Aires (nos protestos dos piqueteiros).

É a inserção da juventude na luta que dará ao movimento global boa parte do seu dinamismo e, em diversos países, capacidade de catalisar antigos setores militantes e parcelas dos movimentos sociais. A radicalização da juventude quase sempre prenunciou mudanças mais profundas: ela não carrega nas costas o peso das derrotas sofridas pelas gerações anteriores e se coloca em movimento a partir de sua própria experiência. É uma distância histórica cada vez maior a separa do final do século XX político, encerrado em 1989-1991. Este é um dado exis-

tencial para a geração que vertebrará o movimento que ganha impulso em Seattle, pessoas em geral na faixa dos 20 anos. Elas cresceram ouvindo as promessas do discurso neoliberal e as viram frustrarem-se, vivendo as conseqüências concretas da mercantilização da terra, da água, do ar, da educação e da vida. O ressurgimento de um anticapitalismo aparece, aí, como parte de uma desconfiança mais geral em relação ao sistema, às instituições e às práticas políticas estabelecidas, inclusive pela esquerda tradicional, integrada ao sistema. Assim, a mobilização de massas, a ação direta e a desobediência civil se apresentam como caminhos lógicos no protesto e na luta por alternativas, o que aumenta a distância entre a esquerda forjada antes dos anos 1990 e aquela que hoje se desenvolve.

E, por fim, mudaram significativamente as referências a partir das quais as oposições à globalização neoliberal compreendiam a si mesmas e articulavam suas iniciativas. Na segunda metade dos anos 1990, toda uma série de movimentos sociais, organizações não-governamentais e setores de esquerda já seguia uma discussão crítica sobre a globalização bastante distinta da existente até então. A constatação de que se vivia uma nova época histórica foi difundida a partir de dois enfoques: de um lado, pelos que já acompanhavam as transformações em curso no capitalismo, como David Harvey e Fredric Jameson, e, de outro, pelos que debatiam o significado histórico do colapso da União Soviética – a obra de maior impacto na esquerda foi certamente *Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm, publicada em 1994. Esta convicção abriu espaço para uma série de reflexões críticas e autocríticas das visões e estratégias mais centradas no terreno nacional do período anterior; a crise simultânea dos movimentos de libertação nacional, do comunismo burocrático e do reformismo social-democrata alimentava agora teorizações internacionalistas de um novo tipo. O cenário em que a revolução não se colocava mais (ao menos por um período) na ordem do dia, como posto com veemência pelos zapatistas, também abria caminho para novos experimentos políticos. Assim, as

duras críticas ao neoliberalismo davam espaço tanto a figuras como Noam Chomsky, Susan George e Toni Negri, ativas desde os anos 1960 e 1970, mas que agora encontrariam uma audiência renovada, como a outras que surgiram nos anos 1990 e que, como Naomi Klein, eram poucos anos mais velhas que a média dos ativistas que começavam a protestar. Uma nova agenda estava sendo construída, não só nas iniciativas políticas, mas também nas formulações teóricas de pessoas como o filipino Walden Bello e o jornalista inglês George Monbiot, no engajamento político radical de Pierre Bourdieu ou pelos autores que veiculavam suas idéias nas páginas do *Le Monde Diplomatique*.

O surgimento de uma grave crise financeira na Ásia, no segundo semestre de 1997, que se espalharia em 1998 para a Rússia e o Brasil, revelaria os limites da propagandeada prosperidade neoliberal para parte importante do mundo. Parale-

O Acordo Multilateral de Investimentos

O Acordo Multilateral de Investimento (AMI) começou a ser negociado em 1995. Ela foi feita secretamente pelos países mais ricos do mundo, tendo à frente os membros do G-7, sem o conhecimento nem dos cidadãos nem dos parlamentares. Havia uma clara vontade de manter a opinião pública na ignorância. Nos primeiros meses de 1997, cerca de 90% do projeto já tinha a forma que poderia vir a ser definitiva.

O AMI criaria uma legislação internacional dos investimentos estabelecida a partir dos interesses dos países centrais e de suas corporações transnacionais, retirando de cada país a possibilidade de legislar sobre as questões relativas aos investimentos. O acordo pretendia ser uma espécie de Constituição mundial do capital, dando praticamente todos os direitos aos investidores, sem que fosse cobrado nenhum dever.

Nesse sentido, a OCDE foi escolhida como sede para o trabalho, e não a OMC, pois é uma organização discreta e não contaria com a participação de países em desenvolvimento ou de outros espectadores, já que a imprensa mundial segue de per-

lamente, a difusão dos primeiros esboços do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no início de 1997, acende o sinal de alerta para todos já sensíveis às conseqüências adversas do neoliberalismo, estimulando novas mobilizações. A instabilidade e a fragilidade do modelo começavam a ficar evidentes, bem como o contraste entre sua falência na periferia e a “exuberância irracional dos mercados”, como disse Alan Greenspan, referindo-se à bolha especulativa das bolsas norte-americanas, que duraria até o ano 2000. Era cada vez maior a consciência do fracasso do neoliberalismo como proposta de desenvolvimento e dos efeitos devastadores da anarquia dos mercados. A ideologia da globalização neoliberal começava a ter sua legitimidade questionada.

Presenciamos, depois de 1997, a uma aceleração das resistências. Entre abril e junho daquele ano, tivemos a primeira Marcha Européia contra a precariedade e as exclusões, que

to as negociações travadas na OMC, o que poderiam colocar empecilhos a elas.

Os primeiros alertas sobre o acordo foram dados por organizações não-governamentais de Ottawa, Washington, Nova York, São Francisco e Genebra, ativas nas esferas do desenvolvimento econômico e social, da defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. A partir daí, uma rede de associações começou a dissecar o texto do acordo e a se engajar em campanhas de informação e mobilização. Foi no início de 1998 que a proposta do Acordo Multilateral de Investimentos veio a público. A denúncia foi feita pelo movimento *Public Citizen*, em um artigo assinado pela advogada Lori Wallach. A partir de então, o jornal francês *Le Monde Diplomatique* veiculou amplamente esta primeira denúncia. A reação aos termos exorbitantes propostos no acordo possibilitou a criação de um movimento social de protesto, que levou a França a se retirar do projeto, impedindo a continuidade do processo de negociação, embora muitas de suas cláusulas permaneçam em negociação no âmbito da OMC e da ALCA.

terminou em junho, em Amsterdã, na Holanda, por ocasião da Cúpula Européia, com uma manifestação de 50 mil pessoas. Em maio, a reunião da III Cúpula Sindical paralela à reunião ministerial da ALCA, em Belo Horizonte, formou a Aliança Social Continental. Entre junho e agosto, um novo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo ocorreu em Barcelona, propondo a formação de uma Ação Global dos Povos, efetivada oito meses depois. Em outubro, no contexto da crise financeira na Ásia, é formado o Jubileu 2000, constituído por organizações cristãs e sociais que iniciam uma campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países pobres.

Em fevereiro de 1998, ao mesmo tempo que a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo. Em abril, é realizada, como atividade da Aliança Social Continental, a Cúpula dos Povos das Américas, paralela à II Cúpula Presidencial das Américas. Nesse mês temos também os primeiros protestos por ocasião da reunião da OCDE em Paris que decide impulsionar a aprovação do AMI. Em seguida, durante o II Encontro Anual do G-7, em Birmingham, na Inglaterra, temos uma manifestação de 70 mil pessoas, puxada pelo Jubileu 2000, pela anulação da dívida dos países pobres. Protestos se repetem no II Encontro Ministerial da OMC realizado em Genebra. Em 3 de julho é formado na França a ATTAC, movimento cidadão visando promover uma campanha pela taxação das transações financeiras internacionais (a taxa Tobin). Depois, no segundo semestre, são realizados protestos em diversos países contra o AMI, até que a OCDE decide, em outubro, suspender as negociações sobre o acordo.

O ano de 1999 começa com a realização em Zurique, na Suíça, do encontro internacional “O outro Davos” simultaneamente à reunião do Fórum Econômico Mundial, reunindo empresários e governantes. ATTAC, Fórum Mundial das Alternativas, Coordenação contra o AMI e Structural Adjustment Participatory Review International, que promoviam o encontro alternativo, já trabalhavam, nessa reunião, com a idéia de “uma

outra mundialização”. Esses mesmos setores voltaram a se encontrar, junto com outros, em junho, no Encontro Internacional “Um outro mundo possível”, realizado em Paris. Em 18 de junho, em Londres, o *Reclaim the Streets* organizou uma manifestação de 10 mil jovens contra o domínio do capital financeiro – o que surpreendeu a polícia e foi capaz de paralisar, pela primeira vez desde 1850, a City, o centro financeiro inglês. Em 12 de outubro temos o Primeiro Grito dos Excluídos Latino-Americano, cujo lema era “Por trabalho, justiça e vida”, e que já começava a expressar a mudança do clima político-ideológico e a retomada das mobilizações sociais na região. E de 18 a 21 de novembro ocorre o Encontro Internacional pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo e da Cúpula Sul-Sul sobre a Dívida, em Johannesburgo, na África do Sul.

Estas são apenas as atividades de maior repercussão de uma situação que, em todos os continentes, começava a fazer pulular campanhas internacionais, marchas, jornadas de luta e protestos. O que ocorreria em Seattle não seria um episódio isolado, mas antes um fenômeno catalisador de processos profundos e duradouros.



2. De Seattle a Gênova: o ciclo dos protestos

O movimento global, um “movimento” para o qual convergem todos os movimentos, é o resultado de práticas políticas novas. Ele se constituiu por meio de um ciclo de crescentes protestos internacionais contra as instituições que buscam gerir a globalização neoliberal. Eles foram organizados horizontalmente por vastas coalizões e redes de entidades e movimentos espalhados pelo planeta. Ao mesmo tempo, buscavam construir uma identidade afirmativa, reunindo-se em muitos encontros e contracúpulas, até o Fórum Social Mundial congregá-los.

Mas nada disso teria sido possível sem um evento catalisador inicial, os protestos de Seattle contra a Organização Mundial de Comércio.

Seattle como acontecimento fundador

Em 30 de novembro de 1999, 50 mil manifestantes tomaram as ruas de Seattle, protestando contra a terceira reunião ministerial da OMC, que deveria consolidar as discussões antes travadas nas reuniões de Cingapura (dezembro de 1996) e de Genebra (maio de 1998). A conferência deveria inaugurar a chamada Rodada do Milênio, um novo ciclo de negociações para a liberalização comercial, focado na agricultura e nos serviços (educação, saúde, atividades ambientais e culturais). Mas os manifestantes bloquearam as ruas de Seattle e impediram a realização de partes importantes da reunião, tornando visível para todo o mundo a existência não só de uma oposição à globalização neoliberal mas também a possibilidade de contestá-la e revertê-la. Produziram um grande evento midiático e um acontecimento político maior na conjuntura, que catalisou os mais distintos movimentos e organizações e possibilitou que daí em diante eles se vissem como parte de um mesmo processo.

Para esta ação, 1.449 organizações de 89 países tinham assinado o apelo, coordenado pela seção inglesa da rede ecologista *Friends of Earth*, por uma moratória nas negociações, pedindo que não se dotasse a OMC de novos poderes sem um prévio balanço da aplicação das políticas de livre comércio implantadas desde a assinatura dos acordos de fundação da OMC, em Marrakech, em 1994 – inclusive no que dizia respeito aos acordos de propriedade intelectual, que regulavam as patentes e revelavam-se cada vez mais decisivos. Foram os militantes destas centenas de organizações que prepararam e travaram a Batalha de Seattle.

Os protestos foram preparados com empenho e antecedência. Como afirma Susan George,

“o sucesso do movimento cívico em Seattle não constitui um mistério senão para aqueles que não contribuíram para ele. Graças sobretudo à internet, dezenas de milhares de adversários da OMC estavam organizados no

terreno nacional e internacional, sem exclusões, ao longo de todo o ano de 1999. Com a condição de ter acesso a um computador e dominar um pouco de inglês, qualquer um podia ter acesso aos lugares da primeira fila e participar do avanço rumo a Seattle”.

No contexto norte-americano, um fator-chave favorecia o sucesso das mobilizações, a aliança chamada de *Sweeney-Greenie*, representando a nova liderança da AFL-CIO sob a presidência de John Sweeney, e os ecologistas (verdes, *greens*), que em 2000 lançariam Ralph Nader como candidato presidencial pelo Partido Verde, com uma votação importante para uma candidatura fora do esquema bipartidário dos Estados Unidos. Outro elemento estratégico foi o crescente engajamento dos estudantes universitários dos Estados Unidos no que eles chamam de Movimento por Justiça Global, cujo foco mais visível de ativismo vinha sendo a campanha *Clean Clothes* (roupas limpas) – que combatia as *sweat shops*.

Uma lista na internet, *Stop WTO Round* (Pare a rodada da OMC), revelou-se um importante instrumento articulador internacional e nacional da ampla e flexível coalizão que organizou as demonstrações, inédita em sua diversidade. Militantes da *Public Citizen*, a organização de Ralph Nader e Lori Wallach, prepararam por meses a infra-estrutura para receber os manifestantes. A *Direct Action Network* (e a *Ruckus Society*) treinou milhares de ativistas em técnicas de ação direta não-violenta, utilizadas nos protestos – o perímetro do centro de conferências foi dividido em 13 zonas e para cada uma delas existiam grupos encarregados de bloquear a passagem, com pessoas que, se necessário, se deixariam prender. Grupos culturais produziram grandes marionetes e bonecos, apresentaram danças, teatro de rua e músicas hip-hop e rap, que davam um ar festivo aos protestos, seguindo os novos padrões da mobilização radical da juventude. De 26 a 29 de novembro, em São Francisco, o *International Forum on Globalization* (IFG) promoveu um grande seminário in-

ternacional sobre o tema, com 2.500 participantes, contribuindo para esquentar o debate.

Todos os setores sociais podiam ser sensibilizados para debater a OMC pela própria abrangência das decisões que esta organização toma, afetando cada aspecto da vida social. O caso das tartarugas-marinhas é exemplar: o movimento ambientalista norte-americano estava muito consciente da grande ameaça que

O pensamento único

Aprisionados. Nas democracias atuais, mais e mais cidadãos livres se sentem aprisionados, dominados por uma espécie de doutrina viscosa que, insensivelmente, envolve todo raciocínio rebelde, o inibe, o perturba, o paralisa e termina por o asfixiar. Esta doutrina é o pensamento único, que detém autorização exclusiva de uma polícia da opinião invisível e onipresente. Depois da queda do Muro de Berlim, do colapso dos regimes comunistas e da desmoralização do socialismo, a arrogância e a insolência desse novo Evangelho atingiram um tal grau que se pode, sem exagero, qualificar esse furor ideológico de dogmatismo moderno.

O que é o pensamento único? A tradução em termos ideológicos com pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capital internacional. [...]

O primeiro princípio do pensamento único é tão forte que um marxista distraído não o renegaria: *o econômico se impõe sobre o político*. É com base em tal princípio que, por exemplo, um instrumento tão importante nas mãos do Executivo como é o Banco da França foi, sem oposição significativa, tornado independente em 1994 e, de alguma forma, “colocado ao abrigo dos azares políticos”. [...]

Em nome do “realismo” e do “pragmatismo” – que Alain Minc formula da seguinte maneira: “O capitalismo não pode entrar em colapso, é o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim” (*Cambio* 16, 5/12/1994) –, a economia é colocada no lugar de co-

a OMC representa para as leis ambientais porque uma decisão da organização baniu, como barreira comercial injusta, uma cláusula da legislação norte-americana sobre espécies ameaçadas, que exigia que a pesca de camarão fosse feita com dispositivos que impedissem a captura acidental de tartarugas. Isso resultou em um dos emblemas dos protestos de Seattle: como a reunião ministerial começava no dia do meio ambiente, o *Earth*

mando. Uma economia desembaraçada do obstáculo do social, que caminha por si, uma espécie de ganga patética cujo peso seria causa de regressão e de crise. Os outros conceitos-chave do pensamento único são conhecidos: o *mercado*, ídolo cuja “mão invisível corrige as asperezas e as disfunções do capitalismo”, e particularmente dos mercados financeiros, cujos “sinais orientam e determinam o movimento geral da economia”; a *concorrência e a competitividade*, que “estimulam e dinamizam as empresas, conduzindo-as a uma permanente e benéfica modernização”; o *livre comércio* sem limites, “fator de desenvolvimento ininterrupto do comércio, e portanto das sociedades”; a *globalização* tanto da produção manufatureira quanto dos fluxos financeiros; a *divisão internacional do trabalho*, que “modera as reivindicações sindicais e baixa os custos salariais”; a *moeda forte*, “fator de estabilização”; a *desregulamentação*; a *privatização*; a *liberalização* etc. Sempre menos Estado, uma arbitragem constante em favor dos rendimentos do capital em detrimento daqueles do trabalho. E uma indiferença para com o *custo ecológico*. Este catecismo é constantemente repetido em todas as mídias, por quase todos os políticos, tanto de direita como de esquerda [...] Isso lhe confere uma tal força de intimidação que ele asfixia toda tentativa de reflexão livre e torna muito difícil a resistência contra esse novo obscurantismo. [...]

Ignacio Ramonet

Editorial do *Le Monde Diplomatique* de janeiro de 1995

Island Institute preparou mais de 500 fantasias de tartarugas-marinhas para os manifestantes, com um grande impacto visual na cidade por toda a semana. Um dos principais cronistas dos protestos, Jeffrey St. Clair, disse que uma das frases que para ele melhor simbolizaram a novidade de Seattle foi a que ouviu de um sindicalista, nos protestos ambientalistas que inauguraram as manifestações: *Teamsters and Turtles Together At Last!* (“Caminhoneiros e tartarugas finalmente juntos!”).

A abrangência do novo movimento, e seu caráter aberto e internacionalista podem ser bem visualizados nesta lista que Paul Hawken fez, em sua avaliação de Seattle, das pessoas que estavam inspirando os manifestantes nas ruas: “Martin Khor, do *Third World Network* da Malásia, Vandana Shiva, da Índia, Walden Bello, do *Focus on the Global South*, Maude Barlow, do Conselho dos Canadenses, Tony Clarke, do Instituto Polaris, Jerry Mander, do *International Forum on Globalisation*, Susan George, do Instituto Transnacional, Daven Korten, do *People-Centred Development Forum*, John Cavanagh, do *Institute for Policy Studies*, Lori Wallach, do *Public Citizen*, Mark Ritchie, do Instituto para Agricultura e Política Comercial, Anuradha Mittal, do Instituto para Alimentação e Política de Desenvolvimento, Helena Norberg-Hodge, do *International Society for Ecology and Culture*, Owens Wiwa, do *Movement for the Survival of the Ogoni People*, Chakravarthi Raghavan, do *Third World Network* em Genebra, Debra Harry, do *Indigenous Peoples Coalition Against Biopiracy*, José Bové, da Confederação Camponesa Européia, Tetteh Hormoku, do *Third World Network* na África”.

Estavam, assim, dadas todas as condições para a Batalha de Seattle, que a mídia apresentaria para todo o mundo como o ato inaugural do movimento que ela chamaria de antiglobalização.

Acompanhemos a descrição que dela fizeram José Seoane e Emilio Taddei em seu livro *Resistências mundiais*:

“No dia 30 de novembro se travava nas ruas a ‘Batalha de Seattle’. Milhares de estudantes marchavam para o

centro da cidade. Milhares de ecologistas, feministas, camponeses e agricultores, ativistas de direitos humanos se somaram ao protesto contra as políticas da OMC. As ruas foram bloqueadas pelas ‘tartarugas de Seattle’; os estudantes realizavam *sit-ins* em frente aos hotéis das delegações oficiais e, sobretudo, em torno do Centro de Convenções, onde estava prevista a cerimônia de abertura da Rodada do Milênio. A polícia reprimiu selvagemmente com balas de borracha e gases-pimenta, e as famosas imagens dos manifestantes disfarçados de tartarugas verdes percorreram o mundo. O Memorial Stadium foi cenário do gigantesco ato *Labor Rally*, em que participaram 30 mil militantes sindicais. Ao finalizar o ato, 50 mil pessoas marcharam pelas ruas de Seattle fazendo fracassar a abertura da reunião da OMC e bloqueando as reuniões nos hotéis. Durante toda a noite, se travou uma verdadeira batalha nas ruas, onde milhares de ativistas foram detidos. O protesto de rua e a repressão se prolongaram até o dia 3, momento em que eclodiram as diferenças no seio da OMC e numerosos representantes de países do Terceiro Mundo elevaram sua voz contra as negociações dos países industrializados e a ‘farsa do milênio’. O fracasso da reunião exacerbou as controvérsias comerciais entre os Estados Unidos e a União Européia. Na quinta-feira, 4 de dezembro, o diário local *The Seattle Times* intitulava: ‘Fracassam as conversações: a reunião termina’. A Rodada do Milênio havia naufragado”.

Seoane e Taddei lembram que

“a ‘Batalha de Seattle’ foi um grande marco do protesto social nos Estados Unidos. Foi a mais importante manifestação que a sociedade norte-americana conheceu desde os anos das manifestações contra a Guerra do Vietnã. Mas, além disso, Seattle cristalizou a convergência, mesmo com matizes e diferenças, do movimento ope-

rário norte-americano com movimentos ecologistas, camponeses, de defesa dos consumidores, estudantis, de mulheres, contra a dívida no Terceiro Mundo. A convergência do movimento sindical dos Estados Unidos com sindicatos estrangeiros e com diversos movimentos sociais se materializou nas ruas. Numerosos dirigentes sindicais norte-americanos marcharam lado a lado com delegados da CGT e SUD francesa, da CUT brasileira, da KCTU coreana, da COSATU, da CGT sul-africana, com representantes camponeses, de mulheres, estudantes e ecologistas. Este constitui um fato inédito na história sindical norte-americana do pós-guerra, marcada pelo furioso 'anticomunismo' da AFL-CIO e a profunda suspeita em relação a qualquer movimento radical.

Nesse sentido, os dias de protesto contra a OMC mostraram ao mundo a emergência de um movimento radical e democrático nos Estados Unidos que, sobre novas bases e temáticas (ecologia, denúncia do *dumping* social praticado no Terceiro Mundo pelas transnacionais norte-americanas etc.), reatualiza a experiência dos movimentos das décadas de 1960 e 1970.

Em escala mundial, Seattle foi o 'batismo de fogo' e o momento de consolidação deste vasto, diverso e novo movimento planetário contra a injustiça. Seattle é impen-sável sem as lutas prévias e sua súbita 'irrupção midiática' contrasta com o amplo e metódico trabalho militante realizado há meses 'para surpreender o mundo e adiantar a chegada do milênio'.

Seattle representa o salto de qualidade na trajetória das resistências à globalização neoliberal, o momento em que uma parcela dos ativistas perde a ilusão quanto à possibilidade de trabalhar em sintonia com as instituições multilaterais e suas iniciativas deixam de ter um caráter colaborativo. Ao se radicalizarem, as mais distintas iniciativas puderam convergir em um movimento contra a globalização em curso. Não é à toa

que o foco desta ruptura tenha sido a reunião-chave da OMC, a instituição mais impermeável a qualquer mudança de discurso, cuja formação em 1995 simbolizou a libertação dos capitais dos controles nacionais e a tirania de um capitalismo global enlouquecido por sua ganância.

O resultado superou as expectativas mais otimistas dos organizadores. Os cinco dias de protestos levaram à suspensão da cerimônia de abertura da Conferência, impediram que Clinton discursasse aos delegados da OMC na noite de gala, criaram um grande constrangimento na mídia, que teve que reconhecer o respaldo popular das manifestações contra a organização, forçaram a OMC a cancelar a cerimônia de encerramento sem uma agenda de continuidade e catalisaram as contradições e divergências entre os países cujos delegados participavam do encontro. O impacto midiático dos protestos foi gigantesco. Seattle se transformou em um símbolo de uma virada na situação política e em um acontecimento fundador, que instala o movimento global como ator permanente em cena.

Os protestos, de Washington a Gênova

Seattle abriu um ciclo de protestos cada vez mais vigorosos, que consolidaram um movimento global. A cada nova reunião do FMI, do Banco Mundial, do G-7 ou do G-8, da OCDE, do Fórum Econômico Mundial, das cúpulas da União Européia, da ONU ou das negociações da ALCA, os governantes e as elites capitalistas globalizadas passaram a ser sitiados em suas fortalezas e em seus palácios por movimentos que buscavam justiça e direitos. Os protestos sempre renovados contra a tirania dos mercados tiveram poderoso impacto político e efeito simbólico, deslegitimando as instituições responsáveis pela globalização neoliberal, impulsionando a convergência das lutas em um grande movimento prático, plural, multifacetado, mas com uma capacidade de iniciativa unitária cada vez maior. Cada nova jornada de mobilização tendia a reforçar o movi-

mento, ampliando suas bases sociais e fornecendo condições para novos protestos, ainda mais fortes.

Ao mesmo tempo, formavam-se novos movimentos ou movimentos já existentes ganhavam uma dimensão internacional e realizavam-se contracúpulas, conferências ou assembléias alternativas, além de conferências de redes e organizações. Multiplicaram-se as discussões de temas específicos (como água, comércio, AIDS, paraísos fiscais, segurança alimentar ou controle do movimento de capitais financeiros). E o movimento passou a promover também encontros amplos, dos quais o Fórum Social Mundial se tornou central, passando a referenciar todo o processo.

Walden Bello afirmou que 2000 foi o ano do protesto global contra a mundialização capitalista, mas a marcha das mobilizações instaurada por Seattle seguiu em um crescendo até os gigantescos protestos por ocasião da reunião do G-8, em Gênova, na Itália, em julho de 2001. Este ciclo ascendente só foi rompido com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 – quando se preparavam os protestos contra a reunião conjunta, em Washington, do FMI e do Banco Mundial, no final de setembro, e as jornadas de luta contra a IV Conferência Ministerial da OMC no início de novembro, em Doha, no Catar – deslocadas para lá para dificultar as manifestações. Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono propiciaram uma mudança importante na situação política mundial, que alterou tanto o foco como as condições para os protestos – que passaram a se combinar com a luta contra a militarização e a guerra.

Nesse íterim, dezenas de mobilizações significativas deram seqüência aos protestos de Seattle. Algumas já estavam encaminhadas antes mesmo de Seattle, como o encontro em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos (o “Outro Davos”), em janeiro, e por ocasião da 10ª Cúpula da UNCTAD, em Bangcoc, na Tailândia. E em 8 de março tem início a Marcha Mundial de Mulheres 2000, que se desenvolveu até 17 de outubro, quando entregou um abaixo-assinado na sede da ONU

com 5 milhões de assinaturas em apoio às suas reivindicações, ligadas ao combate à pobreza e à violência sexista. A Marcha promoveu manifestações importantes em Bruxelas (50 mil mulheres), em Ottawa (mais 50 mil), em Brasília (20 mil trabalhadoras rurais) e no ato final, em Nova York (com 10 mil mulheres).

Mas o segundo grande ato do movimento global foi o protesto de 16 de abril, em Washington, por ocasião da “reunião de primavera” do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Nessa ocasião, mais de 30 mil manifestantes estiveram presentes, representando uma coalizão de movimentos que procurou recriar o processo de Seattle. Novamente tiveram papel destacado os sindicalistas da AFL-CIO, principalmente metalúrgicos e do setor de comunicação, e a juventude, organizada por grupos de afinidade, coordenados em assembleias de porta-vozes. Também tiveram papel ativo os militantes do *Jobs with Justice*, uma organização criada para articular os movimentos de universitários, desempregados e trabalhadores precários, e as diversas ONGs envolvidas com a luta contra a *corporate globalization*.

Nos meses posteriores, novos protestos: em Chiang Mai, na Tailândia, em maio, na reunião anual do Banco Asiático de Desenvolvimento; em Genebra, na Suíça, de 22 a 25 de junho, com a Cúpula Alternativa à II Cúpula Social organizada pelas Nações Unidas, quando se lançou a proposta de realização de um Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em contraposição ao encontro anual em Davos do Fórum Econômico Mundial; em Millau, na França, em 30 de junho e 1º de julho, quando 30 mil pessoas protestaram contra os processos de José Bové e de outros militantes da Confederação Camponesa, por terem desmontado um McDonald's; em Okinawa, Japão, de 21 a 23 de junho, durante a reunião do G-7, reivindicando a anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo e a retirada das bases militares norte-americanas do país.

Mas o auge dos protestos de 2000 foi no mês de setembro. Eles começaram em Nova York, em 8 de setembro, durante o

Encontro do Milênio das Nações Unidas. No dia 11, em Melbourne, Austrália, foi realizada uma grande manifestação contra uma reunião regional do Fórum Econômico Mundial, que impediu parte das delegações de entrar no local do encontro, cercado por 20 mil manifestantes. E no dia 26, em Praga, na República Checa, por ocasião da reunião anual do FMI e do Banco Mundial que congregava 20 mil banqueiros e burocratas internacionais, 20 mil manifestantes participaram de protestos que levaram à antecipação em um dia do término da reunião. Foi uma manifestação europeia, com delegações de jovens de quase todos os países do continente, incluindo mil espanhóis e 500 alemães e suecos, mas com uma pequena presença de sindicalistas. Houve um forte comparecimento dos anarquistas e dos militantes dos mais importantes grupos de esquerda e partidos verdes e comunistas. Foi a primeira vez na Europa que se utilizaram as táticas desenvolvidas para Seattle: forte organização prévia via internet, a montagem de um centro de convergência organizando os manifestantes por grupos de afinidades, tentativas de bloquear a reunião e confrontos sistemáticos com a polícia. As organizações presentes, como as Euromarchas contra o desemprego, o Jubileu 2000, ATTAC, *50 Years Is Enough!* e *Focus on the Global South*, adotaram na contra-reunião que aí realizaram uma declaração que afirmava:

“Enquanto esse modelo continuar a ser imposto pelos ricos e poderosos, organizações como as nossas continuarão a protestar e a fazer tudo aquilo que está em seu poder para desmascarar as falhas patentes do sistema. Por todos os lados onde aqueles que se apoderaram do poder de tomar as decisões pela economia global se reunirem, nós estaremos para testemunhar, desmascarar e protestar”.

Em 26 de setembro, ocorreram também protestos em 40 outros países.

E ainda em 2000, em 5 e 6 de dezembro, a Cúpula da União Européia reunida na Acrópole de Nice, na França, foi palco de grandes manifestações de protesto contra a política neoliberal de unificação do continente. Aí, pela primeira vez, houve uma forte presença dos sindicatos de toda a Europa, lado a lado com movimentos sociais, organizações da juventude e partidos de esquerda. É significativo que, quase simultaneamente, em Haia, na Holanda, fracassava a Conferência sobre Mudança Climática, que tentava salvar o Tratado de Kyoto e conter as tendências ao aquecimento global pela emissão de gases fazendo concessões cada vez maiores aos Estados Unidos.

O I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, galvaniza os diferentes movimentos e redes, que a ele acorrem buscando debater o mundo neoliberal e as alternativas a ele, bem como coordenar suas ações e seus protestos. Aí se reúne uma Articulação Internacional dos Movimentos Sociais, que formula um documento intitulado “Porto Alegre convoca para as mobilizações”, que aprova uma agenda de protestos. Seu texto termina afirmando:

“Temos o compromisso de apoiar todas as lutas de nossa agenda coletiva que mobilizem a oposição ao neoliberalismo. Entre as prioridades para os próximos meses, vamos nos mobilizar globalmente contra: o Fórum Econômico Mundial em Cancun, México, em 26-27 de fevereiro; a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Buenos Aires, Argentina, em 6-7 de abril e em Quebec, Canadá, em 17-22 de abril; o Asian Development Bank, em maio em Honolulu; a cúpula do G-8 em Gênova, Itália, em 15-22 de julho; o FMI e o Banco Mundial, sua Assembléia anual em Washington DC, de 28 de setembro a 4 de outubro; a OMC, em 5-9 de novembro (Carta)” (ver o texto completo nos anexos).

A cronologia dos protestos centrais do ano não foi exatamente essa, mas Porto Alegre potencializou a capacidade de

articulação e o sentido de identidade e propósito comum do movimento. Em 15 de março, mais de 40 mil pessoas protestavam em Nápoles contra o terceiro encontro do Fórum Global sobre a transformação do Estado e a *e-governance*, mostrando a sensibilidade dos italianos para a luta contra a globalização neoliberal. Em 5 e 6 de abril, 12 mil manifestantes se reúnem em Buenos Aires contra a reunião da ALCA e, no final do mês, muitos mais fazem um grande protesto em Quebec, Canadá, contra a Cúpula das Américas, encontro dos presidentes dos países das Américas, ocasião em que não apenas os manifestantes pela primeira vez se confrontam com uma grande cerca rodeando o local da reunião, como também realizam a Segunda Cúpula dos Povos das Américas. Entre 22 e 25 de junho, é realizado o Fórum Social de Barcelona, que deveria ocorrer simultaneamente à reunião cancelada do Banco Mundial, mas que presencia uma importante manifestação. Quase ao mesmo tempo, mais de 20 mil ativistas protestam por ocasião da reunião dos chefes de Estado da União Européia e da visita do presidente dos Estados Unidos, George Bush, à cúpula de Gotemburgo, Suécia.

Quando o G-8 se reúne em Gênova, no início de julho, estava preparado o maior protesto até então realizado, envolvendo cerca de 300 mil manifestantes. De outro lado, o governo Berlusconi, de direita, estava firmemente resolvido a enfrentar o movimento, preparando uma forte repressão aos manifestantes, na seqüência da linha dos governos centrais de criminalizar as manifestações, apresentando-as como atos de minorias de vândalos. Os organizadores do Fórum Social de Gênova, realizado imediatamente antes das manifestações e já inspirado no Fórum Social Mundial (seus articuladores tinham se reunido em Porto Alegre), foram capazes de construir uma ampla coalizão de todo tipo de movimentos, empreendendo uma vasta mobilização em escala européia. Ela contrastou fortemente com a brutalidade policial e o isolamento dos governantes, que nada puderam apresentar de concreto de sua reunião (a primeira de que participou Bush e que já refletia a

inflexão unilateralista do governo norte-americano). A repressão aos protestos terminou no assassinato de um jovem manifestante, Carlo Giuliani, pela polícia italiana. O movimento enfrentou e venceu uma batalha pela opinião pública longamente preparada pelos governos neoliberais.

Já estamos, então, muito longe da situação em que o pensamento único exalado por um neoliberalismo agressivo parecia asfixiar toda crítica e impor a passividade perante a mercantilização da vida, da cultura e do mundo. Desde Seattle, o movimento mundial contra a globalização capitalista empolgava a juventude, despertava esperanças, restabelecia utopias e reconstruía o sentido de uma história aberta, feita pelos próprios seres humanos, por suas escolhas e lutas. Contra o obscurantismo da idolatria do mercado, que entorpecia a consciência humana ao colocar o capitalismo como o estado natural da sociedade, o novo movimento e uma nova geração militante instauram um campo de idéias e um espaço de ação política em que um outro mundo poderá ser possível, se lutarmos por ele.

A correlação de forças sociais ainda era, no seu conjunto, adversa aos setores populares: o capitalismo mantinha capacidade de iniciativa e parte significativa da burguesia alinhava-se com lideranças ultraconservadoras como Bush e Berlusconi. Mas o tempo histórico não é homogêneo e uma *virada histórica* já tinha se dado nas ruas de Seattle. No desenvolvimento do movimento estavam inscritas as potencialidades para alterações muito maiores da correlação de forças, para a instauração de uma crise aberta da globalização neoliberal e para a construção de alternativas globais.

Neste processo emergia uma agenda político-programática radicalmente nova, com contornos ainda imprecisos, mas alguns eixos e reivindicações claros, expressando sentimentos anticapitalistas difusos e estabelecendo as bases para o debate de alternativas concretas. Esta agenda resultava de temas próprios da globalização neoliberal, como a anulação da dívida dos países pobres, questionamentos dos direitos de proprie-

dade intelectual, defesa da diversidade cultural, controle do fluxo de capitais internacionais, desmercantilização de esferas da vida social e estabelecimento de espaços de direitos e gratuidade. Mas era produto também das novas forças que participavam do movimento, ligadas seja aos movimentos sociais nascidos nos anos 1960 (ambientalistas, anti-racistas, feministas), seja à nova geração política que emergiu nos anos 1990 na oposição ao capitalismo neoliberal globalizado.

Em 2001, antes ainda dos atentados de 11 de setembro, era visível que o movimento global representava, em alguns países, uma recomposição significativa da paisagem política da

Organização Mundial de Comércio

A Organização Mundial de Comércio (OMC) foi instituída em 1º de janeiro de 1995, ao final da Rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio), que durou de 1986 a 1994. Este acordo funcionava por meio de rodadas de negociações entre as nações, estabelecendo acordos nos quais os países negociavam bilateralmente ou em blocos. Nas primeiras rodadas no pós-Segunda Guerra Mundial as principais negociações giraram em torno da redução de tarifas alfandegárias, e só mais tarde passaram a incluir temas como *antidumping* e restrições não-tarifárias. As negociações estavam voltadas para a liberalização do comércio, mas, diferentemente da OMC, o GATT era uma instância de negociação entre as nações que podiam chegar a um acordo ou não.

Com a instituição da OMC, pelos Acordos de Marrakech, assinados por 120 países em 14 de abril de 1994, cria-se uma verdadeira organização internacional que atua como administradora de acordos comerciais, fórum para as negociações e espaço para acordos de disputas comerciais, e que revê políticas nacionais de comércio. A OMC é uma organização com poder de sanção sobre os países que não atuam conforme suas normas e também indicadora de diretrizes comerciais que visam à diminuição de tarifas e à abertura de mercados, atuando em cooperação com o FMI e com o Banco Mundial.

esquerda. Nos Estados Unidos, isso já se expressava no ativismo da juventude, na multiplicação de redes associativas e na vasta coalizão que sustentou a campanha presidencial de Ralph Nader. Na Itália, a radicalização política se expressava no ativismo de massa, mas reforçava o protagonismo do Partido da Refundação Comunista. Na França ou na Inglaterra, combinavam-se a formação de novas organizações como o ATTAC, a crise de representação política da esquerda e a maior audiência de organizações da chamada esquerda radical. Por toda parte o movimento federava e reagrupava todo tipo de organizações existentes em redes mais ou menos amplas.

Com a intensificação do processo de globalização, a atuação da OMC cresceu na última década. A expansão das trocas comerciais em nível internacional transformou a OMC em um dos mais influentes organismos supranacionais da atualidade. Entretanto, as diferenças de poder entre os Estados membros permanecem.

Na questão agrícola, os países da periferia pedem o fim dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos e pela União Européia ao setor agrícola, que impedem que as mercadorias dos países pobres sejam competitivas nos mercados europeu e norte-americano. Entretanto, os países pobres tiveram que retirar os subsídios à exportação de produtos agrícolas, diminuindo ainda mais sua competitividade. O sistema de sanções está subordinado a diferenças de poder entre os países: a OMC retira o centro de gerenciamento das políticas comerciais das mãos dos governos nacionais da periferia para colocá-lo em um espaço subordinado aos interesses dos países centrais. Estas disputas levaram ao fracasso da 3ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Seattle (Estados Unidos), no final de 1999. Seu objetivo era dar início à Rodada do Milênio, na qual se discutiria a liberalização total do comércio mundial. Na 4ª Conferência, em Doha (Catar), em novembro de 2001, foi afinal imposta a abertura da nova rodada, que deve ser avaliada na 5ª Conferência, em Cancun (México), em setembro de 2003.



3. O Fórum Social Mundial: uma invenção política

No início de 2000, quando as ondas de choque dos eventos de Seattle ainda ecoavam pelo mundo, alguns brasileiros lançaram uma proposta para ajudar o movimento de resistência ao neoliberalismo a passar para uma nova etapa, com a realização de um Fórum Social Mundial. Várias iniciativas de articulação dos movimentos de resistência estavam sendo tomadas, mas esta tinha em mente, como parâmetro, uma experiência particular, o Fórum Econômico Mundial de Davos e seu papel-chave para a formulação da teoria e da prática da dominação do mundo pelo capital.

Francisco Whitaker relatou a elaboração da proposta em um artigo no final de 2000:

“Mais além das manifestações de massa e protestos, pareceria possível passar-se a uma etapa propositiva, de busca concreta de respostas aos desafios de construção de ‘um outro mundo’, em que a economia estivesse a serviço do ser humano, e não o inverso. Economistas e outros universitários contrários ao neoliberalismo já vinham realizando, na Europa, encontros que chamavam de Anti-Davos. O que se pretendia no entanto era mais do que isso. Propunha-se realizar um outro encontro, de dimensão mundial e com a participação de todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa, voltado para o social – o Fórum Social Mundial. Esse encontro teria lugar, para se dar uma dimensão simbólica ao início dessa nova etapa, nos mesmos dias do encontro de Davos em 2001, podendo a partir daí se repetir todos os anos, sempre nos mesmos dias em que os grandes do mundo se encontrassem em Davos.

Mais exatamente quem teve essa notável idéia – não sei se a teria discutido anteriormente com outras pessoas – foi nosso amigo Oded Grajew, que a colocou para mim quando nos encontramos na França, em fevereiro deste ano. Resolvemos levá-la juntos ao diretor do *Le Monde Diplomatique*, que é também o presidente da ATTAC na França, Bernard Cassen, para vermos se a idéia seria bem aceita fora do Brasil.

Cassen se entusiasmou e fez a proposta de realizarmos o Fórum no Brasil. Para ele, teria que ser no Terceiro Mundo – pelo seu efeito também simbólico – e o Brasil estava entre os países com melhores condições de acolher um Fórum desse tipo. Foi dele também a proposta de sediá-lo em Porto Alegre, capital de um estado que vem se tornando cada vez mais conhecido em todo o mundo pelas suas experiências democráticas e de luta contra o neoliberalismo. Cassen nos lançou então de volta o desafio: se fôssemos capazes de organizar o Fórum, teríamos não somente o apoio de seu jornal como certamente o das

organizações que pelo mundo afora vêm se manifestando contra o domínio do capital.

De volta ao Brasil começamos a verificar quais entidades se dispunham a aceitar esse desafio e assumir essa enorme tarefa. Em 28 de fevereiro se reuniam em São Paulo representantes das oito entidades que hoje já têm firmado um 'Acordo de cooperação' para a realização do Fórum Social Mundial, cuja primeira edição será realizada em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001: ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos; CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB; Cives – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; CUT – Central Única dos Trabalhadores; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; CJG – Centro de Justiça Global; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em março uma comitiva dessas entidades viajou a Porto Alegre, para consultar Olívio Dutra e Raul Pont – na época governador do Rio Grande do Sul e prefeito de Porto Alegre, respectivamente – sobre a disposição dos governos do estado e do município de acolher o Fórum, a partir do princípio de que quem o promoveria não seriam esses governos mas as entidades da sociedade civil que assumiram a proposta. Com a resposta positiva do governador e do prefeito, passou-se a trabalhar com a maior rapidez possível para organizar e viabilizar efetivamente esse novo encontro mundial, convidando inclusive outras organizações da sociedade civil a constituírem um Comitê Brasileiro de Apoio ao Fórum.

Por sugestão de Cassen, em fins de junho uma comitiva das entidades viajou a Genebra, onde estariam reunidas, numa 'cúpula' alternativa à Cúpula Social da ONU Copenhague mais 5, grande parte das organizações que estavam se articulando pelo mundo afora nas manifestações contra o neoliberalismo. Abriu-se espaço para apre-

sentarmos nossa proposta, que foi muito bem aceita – o vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto, viajou igualmente a Genebra para confirmar o acolhimento que o Rio Grande do Sul daria ao Fórum – e já se constituiu, nessa ocasião, um Comitê Internacional de Apoio ao Fórum”.

De 22 a 24 de junho de 2000, em Genebra, antes dos protestos do dia 25 contra a Cúpula Social, foi realizada uma conferência da qual participaram 500 representantes de movimentos de resistência à globalização neoliberal. Ela tinha sido convocada pela reunião de 12 de fevereiro, em Bangcoc, por ocasião dos protestos durante a UNCTAD, e estava sendo preparada por um Comitê de apoio suíço e pela ATTAC França.

O Comitê Organizador Brasileiro levou à reunião um texto em que apresentava a proposta:

“O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais”.

Voltado para ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, o Fórum Social busca “a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil”. Na proposta, o Fórum surge como decorrência das manifestações em curso, da luta contra o AMI aos protestos de Seattle, que “colocaram definitivamente em evidência a emergência de um movimento cívico além das fronteiras nacionais”. Milhares de movimentos e entidades, que travavam lutas isoladas,

“tomaram consciência de que, juntos, constituíam um arquipélago planetário de resistência à globalização neoli-

beral. Passaram então a se conhecer, trocando regularmente informações, unindo-se em ações comuns ou convergentes, começando a concretizar a vocação que têm para se tornar um contrapoder planetário dos cidadãos”.

Na parte organizativa do documento, o formato da proposta começa a ser desenhado:

“O FSM compreenderá três tipos de atividades: I) uma série de sessões plenárias diárias com palestras e exposições de personalidades convidadas; II) o maior número possível de encontros para apresentação de iniciativas em curso e troca de experiências; III) reuniões de entrosamento e articulação entre organizações sociais que desenvolvem o mesmo tipo de luta. As plenárias serão programadas pelos organizadores do FSM, segundo temário que será definido; os encontros e reuniões serão programados a partir dos interesses e solicitações dos participantes do FSM”.

Também se estabelece que participarão do FSM “representantes das ONGs, sindicatos, movimentos sociais, grupos de cidadãos, palestrantes e portadores de mandatos eletivos”, inscritos pelas suas organizações, deixando de lado os partidos políticos. E define-se o que depois se chamará de caráter de espaço, e não de organização do Fórum:

“O Fórum Social Mundial não é uma instância de deliberação sobre as teses e propostas nele apresentadas. Os participantes, contudo, terão plena liberdade de tomar decisões e divulgar propostas e tomadas de posição que resultarem das suas reuniões específicas de articulação”.

O documento previa também a constituição de um Comitê Internacional do FSM nesta reunião de Genebra – que somente foi formado um ano depois.

A proposta ganhou, em Genebra, uma ampla adesão dos movimentos já envolvidos em uma dinâmica de articulação internacional das lutas, integrando entidades como a ATTAC francesa e o jornal *Le Monde Diplomatique*, o Fórum Mundial das Alternativas, o *Focus on the Global South* e a Via Campesina. Esta sustentação foi ampliada com o apoio de movimentos e grupos da América Latina, como, por exemplo, a Aliança Social Continental, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e a ALAI.

O processo de preparação foi em frente com muitas incertezas sobre as dimensões do evento. Mas o respaldo dos governos estadual e municipal ajudou a reforçar o poder convocatório do evento, além de viabilizar uma excelente infra-estrutura nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Com a aproximação do Fórum, uma grande rede de apoio militante foi se alastrando no estado, permitindo que o Comitê Organizador, com o apoio dos governos locais, superasse todas as dificuldades. O Fórum se transformou numa iniciativa amparada pela sociedade civil do estado, por organizações e movimentos representativos da ampla base social da esquerda gaúcha, com a formação de um grande Comitê Organizador Gaúcho.

A proposta surgia na hora certa para o movimento em plena trajetória ascendente, com o formato adequado: um evento aberto em uma cidade do Terceiro Mundo, identificado com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o que era considerado por muitos o local das experiências mais avançadas de construção de alternativas ao neoliberalismo até aquele momento, que fornecia uma forte retaguarda política e organizativa.

O I Fórum Social Mundial

Entre 25 e 30 de janeiro de 2001, sob o lema “Um outro mundo é possível”, 4 mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas (sendo 386 estrangei-

ros), além de um número desconhecido de participantes eventuais, compareceram às atividades do I Fórum Social Mundial no *campus* da PUC, em Porto Alegre. Eles participaram de 16 plenárias, 400 oficinas e 20 testemunhos do Fórum Social no sentido estrito e de um grande número de atividades autônomas, realizadas simultaneamente na cidade, como o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, o Acampamento Intercontinental da Juventude (com 2.400 participantes), o Acampamento dos Povos Indígenas (com 700 participantes) e muitas reuniões paralelas, marchas, manifestações, concertos, atividades culturais e festas.

Essa surpreendente presença, muito acima da esperada pelos organizadores, foi um dos indicadores do sucesso do evento. O resultado do conjunto de atividades realizadas, que marcavam o caráter multifacetado e plural do Fórum, foi um importante reforço da moral e do espírito de luta do movimento mundial contra o neoliberalismo. Representava uma quebra com o pensamento único e o contato com uma enorme diversidade de atores sociais e políticos e de debates. Reforçava a articulação das lutas e construía uma maior identidade política entre aqueles que buscavam uma alternativa ao neoliberalismo. Aos membros da ATTAC da França, militantes do MST, sindicalistas da Coréia do Sul, anarcopunks gaúchos, nacionalistas de Quebec, a todos aqueles que combatiam a ALCA na América Latina, o Fórum mostrava que eles não estavam sozinhos em suas preocupações e lutas.

O Fórum catalisava o espírito dos protestos que vinham assombrando as reuniões dos organismos internacionais e ajudava a reverter o clima político e ideológico internacional. Apesar de a grande maioria dos participantes ser de brasileiros, os principais grupos envolvidos nos protestos pelo mundo afora enviaram representantes a Porto Alegre e foram eles que deram a dimensão mundial do Fórum Social e na prática atuaram como sua coluna vertebral.

Uma intensa agenda de discussões e encontros políticos marcou o Fórum. Foram feitas reuniões por continentes (exceto

para a América Latina) para a articulação de novas lutas contra a mundialização capitalista, bem como reuniões setoriais. A Via Campesina, coordenando mais de 80 organizações camponesas de todo o mundo, fez uma grande plenária. As organizações sindicais também se reuniram durante o Fórum. O movimento de mulheres compareceu ao evento com grande visibilidade. As ONGs que participavam do Fórum, particularmente as brasileiras, foram oxigenadas pelas discussões. Como afirmou Jorge Durão em um artigo de balanço,

“para as ONGs, Porto Alegre e sua continuidade representam uma oportunidade extraordinária de arejamento intelectual [...] Para o bem ou para o mal, as ONGs têm estado com freqüência enredadas no discurso ideológico sobre o desenvolvimento [...] e muito têm a ganhar com o diálogo com uma ampla pluralidade de interlocutores, sobretudo com aqueles oriundos de um campo intelectual que não renuncia à crítica ao capitalismo e não se deixa intimidar por seus epígonos neoliberais”.

Uma importante novidade foi a formação do que viria ser conhecida como Articulação Internacional dos Movimentos Sociais. A partir de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina), diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização – como os comitês da ATTAC e a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas européias de desempregados, o Jubileu Sul, a Aliança Social Continental, a campanha *50 Years Is Enough!*, o *Focus on the Global South* etc. – discutiram e aprovaram o documento “Porto Alegre convoca para as mobilizações” em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades. Este texto era uma contundente crítica à globalização neoliberal e um apelo à ação de massa durante 2001 (ver p. 137). Nele ganhavam destaque o protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a mobilização durante a cúpula do G-8 em Gênova.

va. Este documento, que definia também outras iniciativas de luta e protesto para o ano, apontava para uma convergência prática de todas as iniciativas contrárias à globalização neoliberal no planeta.

O Fórum ultrapassou todas as expectativas iniciais, impôs-se perante a mídia internacional e contestou a legitimidade do encontro de empresários e governantes em Davos. Apresentar o Fórum Social Mundial como anti-Davos, como contra-posição afirmativa e frontal ao Fórum Econômico Mundial reunido na Suíça, lhe deu uma marca de nascença muito forte. Ao mesmo tempo, a palavra de ordem “Um outro mundo é possível” soube materializar seu caráter de espaço propositivo de troca de experiências, debate de alternativas e articulação de lutas, tão necessário ao heterogêneo movimento global que se conformava. Como afirmou Michael Löwy em sua conferência, “Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis”.

O Fórum foi um êxito também por ocorrer em Porto Alegre, e não em qualquer outro lugar. Esta cidade e o estado do Rio Grande do Sul tinham se afirmado como um ponto do planeta onde se realizava uma sólida experiência social de formulação de alternativas concretas à mundialização capitalista (orçamento participativo, luta contra transgênicos, iniciativas cooperativas do MST, apoio ao movimento pelo *software* livre etc.). Além disso, a presença do PT nos governos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul permitiu que um grande peso político e importantes recursos pudessem ser direcionados para a realização do Fórum e do conjunto de atividades que o conformavam.

Deve ser ressaltada também a atuação da ATTAC francesa e dos grupos nela envolvidos, decisiva na divulgação internacional da proposta do Fórum (com destaque para o jornal *Le Monde Diplomatique*) e cuja atividade foi importante no próprio evento. Totalizando mais de 130 pessoas, a delegação francesa envolveu-se inclusive em tarefas organizativas e em iniciativas

Davos e Porto Alegre, dois projetos antagônicos

Algumas almas bem-intencionadas têm tentado reconciliar Davos e Porto Alegre, com o argumento de que ambos perseguem o mesmo objetivo: a humanização da economia global. Lamento ter que discordar deste ponto de vista. Para mim – e acho que não sou o único aqui que pensa assim – Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis. O novo século que começa em janeiro de 2001 deve optar entre estes dois caminhos: uma suposta “terceira via” não existe.

Davos usa com freqüência a palavra “diálogo”. A discussão via satélite entre representantes dos dois fóruns demonstrou a impossibilidade desse diálogo: simplesmente não havia linguagem comum. O pessoal do Fórum de Porto Alegre vive neste vale de lágrimas, os porta-vozes de Davos parecem vir de um outro planeta, no qual o livre mercado desregulamentado traz felicidade e prosperidade para todos, e as políticas neoliberais acabam com o desemprego.

Em Davos está representada a elite econômica e política do sistema capitalista globalizado. Ali estão banqueiros, tecnocratas, empresários, especuladores, altos funcionários e ministros que – salvo poucas exceções – representam os interesses da oligarquia financeira que domina o mercado global. Apesar de suas divergências, partilham o mesmo pensamento único, o mesmo fetichismo da mercadoria, aquilo que Leonardo Boff e Frei Betto chamam de “idolatria do mercado”, um ídolo voraz que exige sacrifícios humanos. Eles representam um sistema, o capitalismo neoliberal, intrinsecamente perverso, inumano, responsável pelo “horror econômico” do desemprego e pela monstruosa desigualdade social. Basta lembrar uma cifra: três bilionários norte-americanos, que possivelmente estarão em Davos, têm uma fortuna equivalente ao Produto Interno Bruto de 42 países pobres, onde vivem 600 milhões de habitantes. Um sistema responsável pelas políticas neoliberais de ajuste estrutural, que sacrificam os orçamentos de saúde e educação em prol do pagamento da dívida externa. Um sistema responsável pela destruição acelerada do meio ambiente, pela poluição do ar, da terra e do mar, e pelo efeito estufa, que pode

produzir, dentro de poucos anos, uma catástrofe ecológica de proporções inimagináveis. Um sistema regido pela lei da selva: guerra de todos contra todos, e que vença o mais forte, o mais feroz, o mais impiedoso.

Diante disso, o que representa este primeiro projeto de contrapoder global, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre? Ele representa a esperança, o projeto realista e possível de um outro mundo, de uma outra economia local, nacional e mundial, voltada para a satisfação das necessidades sociais, respeitosa do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O projeto realista e possível de uma outra sociedade, de uma outra civilização, baseada nos valores de igualdade, solidariedade, fraternidade, cooperação, ajuda mútua. Somos muitos, neste Fórum, que acreditamos no socialismo como única alternativa autêntica e radical à ordem de coisas existente; mas estamos unidos, com nossos amigos que não partilham essa opção, no combate por reivindicações concretas e imediatas: taxa Tobin sobre o capital especulativo, supressão da dívida externa, abolição dos “paraísos fiscais”, reforma agrária, moratória sobre os transgênicos. [...]

Agora, este contrapoder global só pode se construir, crescer, dar ramos, folhas, flores e frutos se tiver raízes na realidade concreta local, em experiências locais de gestão democrática, mas também de luta. Só mencionarei dois exemplos de movimentos sociais que estão entre os mais ativamente comprometidos com o projeto deste Fórum: a Confederação Camponesa da França (José Bové) e o MST brasileiro. Os dois só têm a força que conhecemos porque possuem base nas experiências locais, nas necessidades locais, nas lutas locais. São movimentos radicais, isto é, vão à raiz dos problemas; deram-nos há poucos dias uma bela lição de radicalismo, ao arrancar pela raiz o que estava podre – neste caso, as plantas transgênicas da multinacional Monsanto.

Para concluir: uma certa imprensa neoliberal, para confundir as coisas, nos chama de “antiglobalização”. Isto é uma tentativa deliberada de desinformação. Este movimento, este Fórum, não é “antimundial”: ele é contra *este mundo* capitalista, neoliberal, injusto e inumano, e busca um *outro mundo*, solidário e fraterno. Esse mundo novo talvez esteja começando em Porto Alegre, em janeiro de 2001.

(Intervenção de Michael Löwy no I Fórum Social Mundial)

como o debate via televisão, ao vivo, “Porto Alegre – Davos”, que contribuiu para a repercussão internacional do encontro.

A grande imprensa, particularmente a brasileira, estava inicialmente propensa a caricaturar o evento como uma reunião de gente ultrapassada pela “modernidade” representada pela globalização, mas foi vencida pela magnitude e pelo perfil do Fórum, que colocava em evidência aquilo que Davos e o neoliberalismo representam de regressivo para a humanidade e a existência de forças expressivas engajadas na busca de alternativas. Apesar de, em geral, ser incapaz de assumir a novidade política do Fórum – destacando principalmente episódios como a destruição da soja transgênica da Monsanto, liderada por João Pedro Stedile e José Bové, e um protesto pacífico de grupos de ação direta em um McDonald’s –, a mídia não pôde ocultar sua dimensão e sua importância.

O Fórum ganhou seu alcance final porque acabou se transformando em algo muito maior e um pouco diferente do que originalmente previsto, configurando uma realidade nova. O Fórum Social Mundial, inicialmente um encontro de 2.500 delegados dos movimentos e organizações sociais (que afinal chegaram a cerca de 4 mil), terminou por vertebrar um espaço físico e político muito mais amplo, em que diferentes iniciativas puderam não só coexistir mas se somar sem se tornarem contraditórias. A ampliação da participação e dos enfoques se deu sem nenhum prejuízo e com muitos ganhos para os delegados dos movimentos e organizações sociais. O ambiente de festa ajudava a empolgar os participantes. No Fórum coexistiam e podiam se articular diferentes tipos de iniciativas, permitindo que a riqueza das lutas de resistência e de todo tipo de experiências de construção de alternativas pudesse se expressar. Muitos eventos paralelos, inicialmente não previstos, enriqueceram o Fórum Social Mundial sem se confundir com ele, como o Fórum dos Parlamentares e o Acampamento da Juventude.

Os parlamentares pela primeira vez realizaram uma articulação durante uma conferência internacional de resistência à

globalização neoliberal. Ao adotarem uma declaração final de apoio às mobilizações, mais de 210 parlamentares de 29 países se comprometeram a lutar pelas principais reivindicações do movimento global no interior das instituições eletivas de que participavam e a formar uma rede internacional para coordenar esta ação. Tal iniciativa, que não ficava amarrada aos complexos acordos diplomáticos entre partidos, permitia uma articulação flexível dos movimentos sociais com forças políticas que podiam ajudar nas mobilizações, colocando-se a serviço das lutas. Os partidos políticos estavam, assim, presentes no processo, mas de uma maneira mediada, sem dar a tônica ao evento.

Uma parte considerável das pessoas que compareceram ao Fórum eram jovens, identificados com o novo internacionalismo. Ainda que boa parte dos grupos de ação direta que vinham se desenvolvendo no movimento global não tivesse ido a Porto Alegre, o Acampamento Intercontinental da Juventude teve uma forte presença dos setores brasileiros mais engajados nas lutas, representados por delegações dos estudantes das universidades públicas paulistas (que tinham realizado uma longa greve vitoriosa em 2000), e uma importante participação de jovens do Mercosul. Embora longe das condições ideais, em um local distante das oficinas, e em parte ainda permeado pela dinâmica do movimento estudantil, o Acampamento permitiu que estes setores comparecessem ao evento, fossem energizados pela sua dinâmica e contagiassem-no com sua presença alegre e contestadora.

E o acampamento dos povos indígenas do Rio Grande do Sul permitiu dar visibilidade às grandes vítimas da modernização secular que o mercado mundial impulsiona, trazendo à cena um sujeito freqüentemente ignorado nestes eventos.

A programação de grandes *shows* e atividades artísticas (bem como seu apoio pela estrutura de lazer e serviços urbanos de Porto Alegre) foi, na medida em que o Fórum transformou-se em um grande evento, indispensável. Mas tinha também uma dimensão política, já que para o novo movi-

mento as alternativas que apontam para outro mundo são construídas também a partir das expressões culturais e da atuação dos artistas. As atividades culturais foram um aspecto importante do I FSM, ainda que sua face político-cultural não tenha sido enfatizada.

O I FSM trouxe o movimento mundial contra a globalização neoliberal de forma concreta para o Brasil. Até então, o envolvimento da esquerda brasileira com as iniciativas internacionais tinha sido relativamente pequeno, mas o Fórum permitiu sensibilizar parte significativa do movimento democrático e popular principalmente para a necessidade de lutar contra a ALCA. Foi lá que se lançou a campanha pelo plebiscito popular sobre a ALCA, realizado em setembro de 2002. Houve muitas oficinas e debates em que entidades como a Aliança Social Continental e a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul tiveram um papel ativo, explicitando a ameaça que a ALCA representa. As mobilizações de Buenos Aires e Quebec mostrariam a eficácia da discussão realizada em Porto Alegre.

O Fórum teve um papel importante na articulação das lutas contra a globalização na América do Sul e principalmente no Cone Sul do continente. Participaram do I FSM mais de 700 argentinos, de variados movimentos e correntes políticas, pessoas que não atuavam juntas em seu país e para as quais o Fórum representou um momento de encontro, de enlace e um ponto de apoio para futuras lutas comuns, como se veria ao longo da crise de 2001.

O Fórum teve, além disso, um grande impacto na dinâmica política do Rio Grande do Sul. Desde o momento de sua eleição, em 1998, o governo Olívio Dutra enfrentava uma cerrada oposição das elites locais em uma situação econômica catastrófica, herdada da gestão anterior. Tendo suas políticas bloqueadas no Legislativo ou no Judiciário, com dificuldades, inclusive, com sua base social, o Fórum permitiu pela primeira vez que o terreno da disputa com a burguesia local fosse deslocado para o debate de projetos de sociedade. A direita

local tentou questionar o evento e protestar contra o governo do PT, mas logo teve que bater em retirada, colocada em uma situação defensiva com o evento.

Plenárias e oficinas

É difícil fazer um apanhado de conjunto das discussões tratadas nas 16 plenárias da manhã e nas 400 oficinas da tarde. Nelas foram tratados os mais variados temas. Uma avaliação mais detida é impossível de ser feita, mas podemos mencionar como debates centrais: a avaliação da situação da economia mundial; a discussão das perspectivas do neoliberalismo diante de seu recrudescimento nos Estados Unidos com George Bush filho e do acúmulo de contradições sistêmicas; o aumento das rivalidades interimperialistas com a busca pela Europa de maior autonomia em relação aos Estados Unidos; os limites para o desmonte dos serviços públicos e o alcance das alternativas privadas; a situação dos organismos internacionais (OMC, BM, FMI) e a perspectiva de serem reformados ou destruídos; as propostas para a redefinição das regras e dos mecanismos de comércio internacional; o debate sobre o cancelamento ou negociação da dívida do Terceiro Mundo (e sobre a diversidade de situações no seu interior); a luta pela Taxa Tobin e a discussão da viabilidade de sua aplicação concreta; a luta contra os mecanismos regressivos de tributação; o combate aos paraísos fiscais e à corrupção; o debate sobre o desenvolvimento para os países dependentes, os mecanismos para uma economia solidária e a luta contra a pobreza, o papel do cooperativismo e do desenvolvimento local e as políticas sociais possíveis no quadro atual; a situação da agricultura e da reforma agrária, o combate à agroindústria e à atual utilização dos transgênicos; a bioética e a luta contra o patenteamento dos seres vivos; o combate aos mecanismos estabelecidos de propriedade intelectual; a difusão do uso de *softwares* livres; o direito à informação, a democratização da comunicação e o controle

social sobre a mídia; o orçamento participativo, as formas de democratização do poder local e as novas formas de exercício de uma democracia substantiva; a organização mundial da luta contra a globalização.

Estes foram apenas alguns dos pontos mais destacados dos debates. As oficinas introduziram um sem-número de outras discussões importantes sobre cidadania, educação, universidade, saúde, AIDS, transportes, energia, saneamento, utilização da água, direitos humanos, combate à tortura, gênero, direitos reprodutivos, situação dos negros e combate ao racismo, povos indígenas, portadores de deficiências, situação da juventude, da criança e do adolescente, trabalho infantil, trabalho escravo, prostituição, segurança pública, imigração, refugiados, abertura de fronteiras, renda mínima, trabalho, previdência social, luta pelo salário mínimo, alimentação, pesca, reforma urbana e situação das cidades, habitação, nacionalismo, regionalismo, multiculturalismo, luta pela paz, combate ao tabagismo, combate às minas terrestres, novas tecnologias, drogas, capacitação de lideranças, rádios comunitárias, arte, utilização de mecanismos de ação direta na luta política, utopia, perspectivas dos movimentos sociais, terceiro setor, papel das ONGs, direitos do consumidor, situação do empresário, jornalismo, internet, mídia independente, filosofia da libertação, filosofias da nova era, psicanálise e política, ética na política, internacionalismo, socialismo, unificação regional, relações Norte-Sul, governança mundial, situação da América Latina, perspectivas da sua unificação, memórias da repressão política no continente, lançamentos de livros etc. É bom destacar que sobre alguns destes temas existiam várias dezenas de mesas e palestras.

Qualquer esforço de sistematização era, pois, impraticável, uma questão que continuaria perseguindo os organizadores nas edições seguintes. E o Fórum também não se propunha a realizar sínteses. O fundamental era a socialização dos debates e disseminar propostas de alternativas ao neoliberalismo e para a construção de outro mundo.

Limites e problemas

O I FSM teve diversos limites e problemas, embora quase todos pudessem ser então relevados, por se tratar de uma primeira experiência desse tipo, muito positiva em seu conjunto. O primeiro era sua ainda precária mundialização. Apesar de boa parte da luta contra a globalização neoliberal estar se dando no mundo anglo-saxão e na Ásia, o Fórum esteve centrado nas delegações e nos movimentos da América Latina e Europa Latina (embora os cerca de 30 delegados da Ásia neste evento tivessem tido uma atuação importante). E foi precária a participação da África.

Em segundo lugar, um Fórum Social Mundial não podia ter seu formato definido apenas por um Comitê Organizador Brasileiro. Nenhuma composição unicamente nacional daria ao Comitê condições de lidar com os complexos problemas postos por um evento que ambicionava ser planetário, ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tinha sido, até então, agente central do processo mundializado de lutas. Esta questão começaria a ser equacionada em junho de 2001 com a constituição de um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, que teria um certo envolvimento na preparação do Fórum 2002 e uma participação real na organização do Fórum 2003.

Um problema de condução política gerou bastante ruído entre os movimentos sociais no I FSM: a inclusão de dois grandes debates gerais com personalidades brasileiras (Lula, Olívio Dutra, Marta Suplicy e Tarso Genro) e francesas (Jean-Pierre Chevènement e Guy Hascoët – que como muitos políticos social-democratas daquele país presentes no Fórum estavam em plena campanha eleitoral) no espaço físico do Fórum na tarde do dia 26 – ocupando, no primeiro dia de discussões, o principal local de oficinas da PUC. A dosagem do espaço dado a figuras de representação institucional em atividades dos movimentos sociais é sempre difícil e, freqüentemente, polêmica. Mas foi então evidente a sobre-representação da visibili-

dade de lideranças partidárias em detrimento da visibilidade das lideranças dos movimentos. Este problema foi amplificado pela inclusão, entre os palestrantes, da figura claramente polêmica de Chevènement, o ministro francês responsável pela repressão aos imigrantes.

E a definição do Fórum seguinte para Porto Alegre gerou tensão. A maioria do Comitê Organizador não queria decidir naquele momento o local do II Fórum. Uma solução de compromisso foi encontrada na madrugada que antecedeu à plenária de encerramento. De concreto, ela estabelecia que ocorreria “um” Fórum em Porto Alegre em 2002, na data do Fórum Econômico de Davos, abrindo a possibilidade de realização de outros Fóruns em outros lugares.

Para todos que haviam estado em Porto Alegre, era evidente que algo novo e muito importante tinha nascido. Naomi Klein definiu o Fórum como uma “festa pelo fim do fim da história”, indicando que a discussão de alternativas, de que “um outro mundo é possível”, voltava a se apresentar. Apesar de boa parte dos participantes do Fórum se identificar com alguma forma de socialismo, a maioria estava muito distante de qualquer tradição vinculada às internacionais socialistas do século XX. O Fórum, concebido como espaço amplo de convergência dos que buscavam uma alternativa à globalização neoliberal, podia prosperar se respeitasse a diversidade de seus componentes, mantivesse sua contundência política, tecesse laços com a juventude e ampliasse sua projeção internacional. Mas ele ainda tinha que ser testado nas alianças, mobilizações e iniciativas que gestara em seu interior. Suas perspectivas se confundiam com as do movimento global do qual nascera.

O Conselho Internacional e a Carta de Princípios

Com o sucesso do I FSM e a definição da realização de um II Fórum em Porto Alegre, o Comitê Organizador Brasileiro tomou dois passos para reforçar o processo. De um lado, sistematizou a experiência do Fórum em uma Carta de Princípios

e, de outro, convocou uma reunião de seus parceiros internacionais visando discutir esta Carta e formar com base nela um Comitê Internacional.

A formação de um Comitê Internacional estava prevista na proposta inicial do FSM: os rumos do Fórum deveriam ser estabelecidos a partir de uma instância internacional, que refletisse o caráter global da luta contra a mundialização capitalista. Esta definição foi parcialmente efetivada em uma reunião ocorrida em São Paulo, em 10 e 11 de junho de 2001, da qual participaram mais de 60 representantes de organizações não-governamentais, redes e movimentos sociais da África, Ásia, Europa e Américas. Entre os participantes internacionais da reunião estavam François Houtart, do Fórum Mundial de Alternativas; Nicola Bullard, do *Focus on the Global South*; Njoki Njoroge Njehu, da *50 Years Is Enough Network*; Bernard Cassen, da ATTAC-França; Hector de la Cueva, da Aliança Social Continental; Eric Toussaint, do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo; Roberto Bissio, do *Social Watch*; Beverly Keene, do Jubileu Sul; e Victorio Agnoletto, do Fórum Social de Gênova (que preparava os protestos contra o G-8).

Foi uma definição parcial porque não ficou claro, em um primeiro momento, se a instância formada era um Comitê ou um Conselho, já que o Comitê Organizador Brasileiro mantinha-se como instância de definições políticas, e não só organizativas. Na prática, desenvolveu-se um processo gradual em que esta instância se via como um Conselho, mas foi pouco a pouco compartilhando debates e responsabilidades com o Comitê Organizador, particularmente depois do II FSM, quando se intensificou o processo de reuniões do Conselho Internacional (CI).

O Conselho estabeleceu como seu principal objetivo consolidar o processo de mundialização do FSM. Ele assumiu a idéia de que o FSM não é apenas um acontecimento, mas parte de um processo em construção, e assumiu a definição de que o II Fórum deveria ter um caráter essencialmente propositivo. A

Acreditando no fim do fim da história

“Estamos aqui para mostrar ao mundo que um outro mundo é possível”, dizia um homem lá no palco a uma multidão de mais de 10 mil pessoas que ruidosamente empenhava seu apoio. O estranho era que não clamávamos por um outro mundo específico, mas apenas pela possibilidade de algum outro mundo. Clamávamos pela idéia de que, teoricamente, pode haver um outro mundo.

Há 30 anos, todos os anos, na última semana de janeiro, um seletivo grupo de dirigentes de corporações e líderes mundiais têm se encontrado no topo dos Alpes suíços, para fazer o que supõem ser eles os únicos capazes de fazer: definir como a economia mundial deveria ser administrada. Nós clamávamos porque era de fato a última semana de janeiro e lá não era o Fórum Econômico de Davos, Suíça. Era o Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no Brasil. E, ainda que não fôssemos dirigentes de grandes corporações ou líderes mundiais, mesmo assim iríamos passar a semana falando sobre como a economia mundial deveria ser governada.

Muitos diziam ter a sensação de que a história estava sendo feita naquela sala. Eu sentia algo mais intangível, como se fosse o fim do “Fim da História”. E, de forma muito apropriada, o *slogan* oficial do evento era: “Um outro mundo é possível”. Depois de um ano e meio de protestos contra a OMC, contra o Banco Mundial, contra o FMI, o Fórum Social Mundial foi tido como uma oportunidade para que esse movimento emergente parasse apenas de gritar contra e começasse a articular a favor. [...]

O resultado do encontro foi algo muito mais complicado – do caos à coesão, da divisão à unidade. Em Porto Alegre a coalizão de forças que freqüentemente caminha sob a bandeira da antiglobalização começou a se lançar, em conjunto, como um movimento pró-democracia. Nesse processo, o movimento foi também forçado a se confrontar com a fragilidade de sua própria democracia interna e a se fazer perguntas difíceis sobre como as decisões estavam sendo tomadas [...] Uma parte do desafio foi o fato de que os organizadores não faziam a menor idéia de quantos ativistas seriam atraídos para o “Davos” daqui. [...] por meses eles pensaram que estavam planejando um encontro

para 2 mil pessoas, quando, de repente, constataram a participação de 10 mil ativistas, ocasionalmente mais que isso, representando mil grupos, de 120 países. A maioria daqueles delegados não tinha a menor idéia de onde estavam entrando: numa ONU modelo? Uma conferência gigante? Uma convenção de ativistas políticos? Uma festa?

No final, o Fórum não falava em uníssono: não houve um documento oficial único (ainda que houvesse dúzias de documentos não oficiais). Ao invés de espalhar panfletos para mudanças políticas, havia a evidência da alternativa democrática local. O Movimento dos Sem Terra levou delegados para visitar seus assentamentos, onde a agricultura sustentável é praticada. E havia também as alternativas políticas da cidade de Porto Alegre. [...] “Esta é uma cidade que está desenvolvendo um novo modelo de democracia, alternativo àquele no qual o povo simplesmente delega o poder ao Estado”, disse a autora britânica Hilary Wainwright, no Fórum. “O desafio é como se poderia estender isso ao nível nacional e ao global”. [...]

Talvez transformando o movimento anticorporações e antiglobalização em um movimento pró-democracia, que defenda o direito das comunidades locais de planejar e gerenciar suas escolas, sua água, sua ecologia. Em Porto Alegre a resposta mais convincente à falência internacional da democracia representativa pareceu ser esta forma mais radical de democracia: a democracia participativa. Ao contrário de outras cidades onde as regras cegas da globalização se transformam na vida cotidiana dos sem-teto, nas águas contaminadas, nas rebeliões dos presídios e nas escolas miseráveis. [...] o que parecia emergir de modo orgânico do FSM (apesar dos grandes esforços de alguns organizadores) não foi um movimento por um governo mundial único, mas sim uma visão de rede internacional, cada vez mais coesa, de iniciativas locais, cada uma delas construída através da democracia direta. [...]

Naomi Klein

In: LOUREIRO; LEITE, e CEVASCO, (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

(Tradução de Marina Camargo Costa e Petter Lenny)

avaliação do I FSM apontou também outros desafios, como a incorporação de temas ausentes ou que tiveram pouco destaque no I FSM e a ampliação da participação de outros continentes, como África e Ásia.

Na ocasião, foram adotadas definições relativas ao caráter, às responsabilidades, à composição e ao funcionamento do CI. O documento que resultou da reunião afirmava que

“a criação do CI expressa a concepção do FSM como um processo permanente, de longo prazo, que visa construir um movimento internacional aglutinador de alternativas ao neoliberalismo e por uma nova ordem social, e que proporciona o encontro da multiplicidade e diversidade de propostas. Para tal, o CI será uma instância permanente, que assegurará a continuidade do FSM para além de 2002, atuando de forma a consolidar o processo de mundialização do FSM. O CI terá um papel protagonista na orientação das diretrizes políticas e na definição dos rumos estratégicos do FSM. Os Comitês Organizadores nacionais terão atribuições organizativas e de facilitação, estando articulados com o CI”.

A discussão já afirmava a especificidade do método do Fórum e, em decorrência, do CI. Ele

“deverá existir como um espaço que se articula de forma permanente e aberta com outros movimentos e lutas sociais. O CI não será uma instância de poder e nele não haverá mecanismos de disputa de representação, nem de votos. O CI deve contemplar em sua composição um equilíbrio em relação à diversidade regional e de setores da sociedade, e não será uma estrutura burocrática com a pretensão de representação da sociedade civil. A representatividade do CI resultará de seus acertos, ou seja, de sua capacidade de mundializar, enraizar, dar organicidade e continuidade ao FSM”.

E reconhecia também as limitações, naquele momento, do processo Fórum e do CI que o expressava:

“O CI constitui-se de um núcleo inicial onde ainda existem desequilíbrios regionais (baixa participação da África, Ásia e mundo árabe) e setoriais: jovens, negros, entre outros, que devem ser solucionados. O CI considera que o enfrentamento destes desequilíbrios e lacunas deve ser visto como uma meta a ser alcançada através de processos de consulta, em que as regiões e atores necessitam de tempo”.

Nesse sentido, o CI marcou sua reunião seguinte para Dacar, no Senegal, em outubro de 2001, para em seguida se encontrar novamente em Porto Alegre, imediatamente antes do início do II FSM.

O Conselho Internacional também aprovou, reformulando-a, a Carta de Princípios que o Comitê Organizador tinha adotado dois meses antes (ver anexo).

A Carta de Princípios definia o FSM como “um espaço aberto de encontro” (não se trata portanto de organização, entidade, instituição ou rede). Ele é delimitado politicamente como espaço “de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”. Suas propostas “contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais”.

Os encontros do FSM têm um caráter não-deliberativo, enquanto FSM. Este ponto de método, freqüentemente questionado, baseia-se na idéia de que o FSM “não se constitui em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros”, e ninguém estará “autorizado a exprimir, em nome do Fórum [...] posições que pretendiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclama-

ção, enquanto conjunto de participantes do Fórum”. Está, todavia, “assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar [...] sobre declarações e ações que decidam desenvolver”, que o Fórum difunde amplamente. O Fórum não tem assembléias que falem ou decidem em seu nome nem aprova resoluções que possam constranger quaisquer setores que dele participem.

O espaço do FSM é “plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário”. O Fórum “reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo”. A Carta de Princípios considera o pluralismo uma fonte de riqueza e de força: “O FSM será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações”. Assume-se que o Fórum conviverá com contradições e será sempre marcado pelo conflito de opiniões entre as entidades e os movimentos que se colocam nos marcos de sua Carta de Princípios. Mas estabelece que “não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares”. Esta formulação genérica foi afinal adotada depois do debate em torno de uma proposição inicial que rejeitava o uso da violência na política.

Diferentes motivos podem ser apontados para a não-participação no Fórum Social Mundial, como organizadores, dos partidos políticos, mas um que sobressai é o quadro que tem sido caracterizado, em muitos debates no seu interior, de crise da representação política da esquerda. Isso é evidente tanto nos limites enfrentados pelas articulações internacionais de partidos (como o Foro de São Paulo, formado para agrupar os partidos de esquerda da América Latina em 1990), que freqüentemente se transformam em espaços diplomáticos, como na relação distante que muitos desses partidos têm com o novo movimento que emergiu nos últimos anos na luta global contra o neoliberalismo. O movimento global tem, freqüentemente, dificuldades de se relacionar com os partidos identificados com o *status quo*.

Mas a Carta de Princípios ressalta que “poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam [seus] compromissos [...]”. O convite a parlamentares e a governantes é, dessa forma, remetido para a análise da conveniência política, em razão da sua relação com o movimento e as lutas. Fora isso, que vale para as atividades promovidas coletivamente pelos organizadores, o FSM é aberto e não opera com base em convites. Ele viabiliza condições para que todos que queiram promover suas atividades, sob qualquer nome (oficinas, seminários, encontros, fóruns etc.), possam fazê-lo.

É exatamente trabalhando neste terreno que o Fórum Mundial de Parlamentares e o Fórum de Autoridades Locais dialogam com o FSM e seus participantes, mas organizados como iniciativas autônomas, o primeiro por uma Comissão de Parlamentares e o segundo pela Prefeitura de Porto Alegre – com o mesmo estatuto que os demais seminários –, e não pelo Comitê Organizador e pelo Conselho Internacional. Há uma relação de colaboração e respeito aos espaços autônomos tanto do Fórum como dos parlamentares e governantes locais.

A Carta de Princípios funciona como “constituição” e baliza política do processo Fórum Social Mundial. Os eventos que desde então passaram a ser promovidos em todo o mundo com o nome Fórum Social Mundial só podem ser assumidos como parte do processo avalizado pelo CI se respeitarem as definições nela estabelecidas. Alguns temas, como a relação com governos, instituições multilaterais, organizações armadas e partidos políticos, têm voltado ao debate episodicamente. Mas os termos da Carta de Princípios foram, até agora, sempre reafirmados. Ela permitiu que a mundialização do processo FSM não significasse, do ponto de vista político, sua fragmentação.

Anexo

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30

de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhados na construção de uma sociedade planetária orientada para uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que “um outro mundo é possível”, ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações, e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições inter-

nacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem

como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente, está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como na da vida privada, a capacidade de resistência social não-violenta ao processo

de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, e aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.



4. O Fórum como espaço de convergência do movimento global

O ano de 2001 foi notável. Depois do I Fórum Social Mundial, em janeiro, a curva ascendente de mobilizações continuou se desenvolvendo até atingir seu clímax nas manifestações de Gênova contra a reunião do G-8. A crise de legitimidade das instituições globais encontrava-se em seu auge. O movimento internacionalista expressava um claro rechaço, por parte relevante da sociedade civil, da globalização neoliberal. Mas o ano foi também marcado pelos atentados terroristas de 11 de setembro e pela ofensiva do novo governo direitista dos Estados Unidos no terreno nacional e internacional, desenvolvendo uma política de restrição de direitos e uma profunda militarização das relações internacionais.

E o final do ano assistia à guerra de uma vasta coalizão de países contra o governo fundamentalista do Taleban, no Afeganistão. Muitos jornalistas comentavam, então, que o movimento global teria perdido seu momento e seria marginalizado no novo cenário político. Foi então que o FSM revelou toda a sua potencialidade como espaço de convergência de todas as resistências.

O II Fórum Social Mundial

A realização do II Fórum Social Mundial, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, representou um momento marcante para o movimento global.

Primeiro grande evento do movimento contra o neoliberalismo depois de 11 de setembro, o II FSM atestou que a “guerra contra o terrorismo” de Bush e aliados, que procurava criminalizar toda oposição ao sistema, não quebrou o ímpeto das mobilizações. A guerra imperial e a tentativa de estabelecer um estado de sítio planetário passaram a ocupar um lugar de destaque na cena política, colocando novos problemas e cobrando respostas. Mas a tônica de Porto Alegre não foi dada pela agenda “norte-americana”, e sim pelo aprofundamento da crítica à globalização neoliberal, dos laços de solidariedade do movimento e dos esforços no sentido da construção de uma nova agenda global. Ela ecoaria, nos meses seguintes, por exemplo, nas gigantescas manifestações de Barcelona e Roma.

Em uma conjuntura extremamente dinâmica, o Fórum pôde também recolher, poucos meses depois do início da ofensiva militar imperial, as grandes energias mobilizadoras liberadas pelo rechaço popular ao neoliberalismo na Argentina, um caso exemplar de destruição de um país pela tirania dos mercados, a síntese da “sabedoria de Davos”, como observou Samuel Pincheiro Guimarães. Pôde igualmente debater, como destacaram os delegados dos países anglo-saxões, a quebra da empresa de energia Enron, nos Estados Unidos, uma mostra inequívoca do despotismo das corporações sobre os cidadãos.

O II Fórum evidenciou a ampliação do movimento, sua mundialização e o avanço da consciência política internacionalista contrária ao neoliberalismo, contribuindo para um salto de qualidade em sua consolidação, em uma conjuntura mais adversa.

O FSM 2002 foi um grande êxito numérico, passando dos 60 mil participantes, o triplo em relação a 2001. Foram credenciadas mais de 53 mil pessoas no Fórum (35 mil ouvintes, 15 mil delegados e 3 mil jornalistas) e 11 mil no Acampamento da Juventude. Mais importante, o número de delegados passou de 4 mil para 15 mil, representando cerca de 5 mil organizações, quase metade do exterior. Os dados atestam a relação do Fórum com as lutas decisivas contra o neoliberalismo: estiveram presentes quase mil italianos, testemunhando o impacto do Fórum Social de Gênova e da mobilização de julho contra o G-8; e compareceu um número semelhante de argentinos, representativo da militância que esteve à frente dos *cacerolazos* de dezembro. Cresceu também a participação das delegações de países da Ásia e da África, embora essas regiões ainda estivessem bastante sub-representadas, e dos Estados Unidos (muito pequena no Fórum anterior).

Houve uma mudança expressiva na composição do Fórum: o enorme crescimento do Acampamento da Juventude e sua internacionalização mostravam o apelo cada vez maior do movimento global junto a uma nova geração política de esquerda que se formava. Foram inscritas 11 mil pessoas, com o credenciamento sendo suspenso numa tentativa, frustrada, de impedir que mais gente acampasse no Parque Harmonia. Em uma prática renovada de como debater e se organizar, a juventude enfrentou o desafio de gerir autonomamente uma verdadeira cidade, com enormes problemas estruturais. Nela, cerca de 15 mil jovens viveram, durante cinco dias, uma experiência de liberdade radical, oposta ao conservadorismo, à passividade, à alienação e ao consumismo – e oposta mesmo a certas tendências mais moderadas e/ou burocráticas presentes no próprio Fórum e inclusive na juventude. Outra modifi-

cação relevante foi a maior participação das organizações dos trabalhadores assalariados, pouco presentes no Fórum anterior, e que estavam agora representadas com força total pelas principais redes sindicais internacionais.

Em seu conjunto, o II Fórum legitimou o FSM como o espaço em que o movimento global se encontrava, dialogava, estabelecia relações de confiança entre seus participantes, podia aprender com diferentes experiências, parcerias e reflexões, encontrar apoio nas múltiplas lutas e consolidar uma agenda comum de mobilizações. Criava assim um espaço de expressão positiva da diversidade, fonte de força e riqueza do movimento. Isso permitia que culturas políticas diferentes convivessem e uma identidade comum fosse sendo forjada nesse horizonte de experiências conjuntas, em um clima de respeito mútuo. O movimento global avançou no método que preside o Fórum, preservando as identidades particulares de seus componentes, mas possibilitando que elas se integrassem em um grande movimento aberto, do qual todos eram artífices – plural do ponto de vista político e ideológico, mas nem por isso menos comprometido com as lutas dos que resistem à exploração, à injustiça e à opressão e buscam liberdade, justiça, igualdade e solidariedade.

Expressão da diversidade, convergências e internacionalização

A compreensão da necessidade do Fórum como espaço mundial de encontro sistemático acabou por se impor de maneira consensual na terceira reunião do Conselho Internacional de 28 e 29 de janeiro de 2002. A mundialização do processo do FSM seria assegurada por meio da realização de vários fóruns regionais e continentais no final de 2002, mas garantindo a realização de um III FSM “centralizado” em Porto Alegre em janeiro de 2003 e apontando para o IV no mesmo período de 2004, em local a ser definido. Decidiu-se também reforçar, ao longo de 2002, a estruturação do Conselho Internacional.

O II FSM foi um espaço prático de construção de convergências. As articulações que ali se processaram consolida-

ram, na prática, um calendário global de mobilizações para os dois anos seguintes, estabelecendo um horizonte comum para as múltiplas lutas. O FSM organizou encontros dos delegados por continentes, reforçando a dinâmica que apontava para os fóruns regionais e continentais. Deu continuidade à articulação internacional dos movimentos sociais – iniciada ainda antes do I FSM e reforçada por uma reunião mundial em agosto de 2001 no México – que lançou neste Fórum um segundo chamado às mobilizações, intitulado “Resistência contra o neoliberalismo, o militarismo e a guerra: pela paz e a justiça social” (ver p. 141).

No Acampamento Intercontinental da Juventude, o “Laboratório de Resistência Global” lançou o projeto Intergalactika – um espaço de “contágio” dos diversos movimentos e mobilizações envolvendo a nova geração política que se forma no mundo inteiro. Definiu também um esforço de recuperação do 1º de maio como “dia de luta e resistência global”, buscando retirá-lo do burocratismo que normalmente domina as manifestações nessa data.

O Fórum propiciou saltos políticos e organizativos nas campanhas contra a ALCA, a OMC, o patenteamento da vida e a disseminação dos transgênicos e pela anulação da dívida externa dos países dependentes e a taxação das transações financeiras internacionais. Permitiu um momento de discussão importante entre os delegados argentinos, que pôde contribuir para a reflexão sobre o processo que vivem em seu país. Debateu a questão da paz com justiça social na conjuntura de militarização das relações internacionais: por meio dos *links* diretos com as manifestações contra Davos em Nova York, pelas quais o movimento global nos Estados Unidos retomou sua iniciativa; no seminário “Um mundo sem guerras é possível”, que discutiu alternativas para a superação dos conflitos de Chiapas, País Basco, Colômbia e Palestina; e na “Assembléia pública mundial do orçamento participativo com gastos de guerra” (que ultrapassam os 800 bilhões de dólares anuais!), uma atividade pedagógica que mostrava concretamente que é

possível eliminar os grandes males que afligem a humanidade. Propiciou uma discussão do socialismo na atividade promovida pela Via Campesina, o seminário “Socialismo: a alternativa da esperança”. E incorporou várias atividades anexas: o Fórum Mundial de Autoridades Locais, o Encontro Preparatório para a Conferência Rio + 10, sobre o meio ambiente, e o Fórum Mundial de Juízes.

O II FSM propiciou dinâmicas agregadoras para os diferentes setores: além da juventude e do mundo do trabalho, o movimento negro, o movimento de mulheres, os povos indígenas e o movimento por livre orientação sexual compareceram ao Fórum e desenvolveram suas iniciativas com amplo respaldo. As perspectivas de desenvolvimento sustentável, democracia participativa, defesa dos bens comuns e desmercantilização do mundo permearam o conjunto dos debates. E duas grandes manifestações de rua, a primeira “Contra a guerra e pela paz, um outro mundo é possível”, no dia 31, e a segunda, a “Marcha contra a ALCA”, no dia 4, também reforçaram o tom mobilizador do FSM.

O procedimento adotado pelo I FSM e pela Carta de Princípios de não tomar deliberações enquanto Fórum ou funcionar por meio de votações se mostrou acertado. Ele permitiu uma discussão mais aberta e frutífera, reduzindo as disputas por poder no processo, e não impediu que todos que quisessem se articular assim o fizessem. É um método particularmente eficaz para a construção de uma nova agenda global em um quadro de dispersão programática, que deve incorporar um leque amplo de experiências, por vezes muito desiguais, sem subordinar umas às outras, mantendo um forte caráter pedagógico. Boa parte da vitalidade do Fórum vem da convivência, nem sempre fácil, de movimentos sociais diretamente engajados no combate à globalização neoliberal, de uma parte, e de centrais sindicais, ONGs e agências de cooperação, de outra. O Fórum unificou sem ser diretivo, preservando a diversidade – um procedimento ainda estranho para parte da esquerda.

As tensões com os partidos e parlamentares

O êxito do Fórum repercutiu como uma vitória dos governos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, que ofereceram o apoio político e material indispensável ao evento, garantindo, junto com a vasta rede de militância local, o clima democrático e acolhedor para todas as atividades. Continuou credenciando o PT como uma esperança de mudança na esquerda internacional, um partido que convivia com o protagonismo dos movimentos sociais e não era considerado por boa parte deles como inimigo.

Um tema complexo, que se expressou com todo o peso neste II Fórum, foi a relação entre movimentos sociais e partidos políticos. O Fórum Mundial de Parlamentares, que contou com a presença de 800 parlamentares de 40 países, constituiu um espaço de acolhida dos diferentes partidos e parlamentares que buscavam uma identificação com o processo do FSM. Ele iniciou, neste Fórum, a estruturação de uma Rede Parlamentar Internacional, mas mediante um processo contraditório, já que o movimento global favorece a reconstrução de uma nova esquerda antiimperialista e anticapitalista, de partidos políticos que se coloquem em sintonia com o movimento, e não a convivência com os governos e partidos comprometidos com as políticas neoliberais, que procuram integrar os movimentos sociais e são hoje amplamente dominantes na institucionalidade. Esta contradição estrutural se expressou no Fórum de Parlamentares na discussão sobre se seria feita uma condenação explícita à guerra contra o Afeganistão, afinal aprovada. Isso reforçou o diagnóstico da necessidade, no atual contexto, de manter o Fórum Parlamentar Mundial e outras iniciativas do tipo, como o Fórum das Autoridades Locais, como iniciativas autônomas e demarcadas perante o FSM, uma forma ambígua mas eficaz de equacionar, naquele momento, esta relação tensa e delicada.

Na medida em que o Fórum se fortalecia e ganhava legitimidade e autoridade política e moral, ele passava a sofrer pressões vindas de setores vinculados à ordem internacional (governos neoliberais, correntes políticas social-liberais, orga-

nismos internacionais), que queriam visibilidade e protagonismo no FSM, mesmo em contradição com o pactuado na Carta de Princípios. Foi o caso do vice-presidente do Banco Mundial, presente no Fórum de Autoridades Locais, realizado imediatamente antes do Fórum, que tentou por várias vias ser convidado ao FSM. E do primeiro-ministro belga, apelidado em seu país de “baby Thatcher”, que se autoconvidou ao Fórum. Ambas as iniciativas foram, por seu simbolismo, recusadas pelo Comitê Organizador Brasileiro (COB) e CI – que rejeitavam as tentativas de diluir a contraposição entre Davos e Porto Alegre e de esvaziá-lo do “espírito de Seattle”.

A sensação de fragmentação e dispersão decorrente do próprio crescimento do Fórum expressava um fenômeno muito positivo: o FSM é uma construção horizontal de inúmeros atores coletivos. O processo de convergência do movimento global por participação, justiça social e solidariedade se dava em torno de temas concretos e delimitados, enfatizados nas conferências do FSM 2002. Mas ficou evidente a necessidade também de se aprofundar os temas integradores, tanto nos diagnósticos gerais de como opera o atual sistema mundial de poder como no que poderia ser uma ordem mundial alternativa, capaz de viabilizar as propostas que o FSM difunde.

Outros problemas foram apontados, como a presença desproporcional de homens brancos ocidentais nas posições de destaque em quase todas as atividades, a dificuldade de se estabelecer um processo mais coletivamente negociado de definição dos espaços, um início de descentralização deste FSM em Porto Alegre sem apoio e preparação prévia para isso e as dificuldades organizativas próprias à magnitude do evento. Mas foram questões que não comprometeram o significado político do Fórum.

Um mapa de propostas

O Comitê Organizador Brasileiro, o Conselho Internacional e redes internacionais prepararam 27 conferências para o II FSM. Elas estavam agrupadas em torno dos quatro eixos defi-

nidos no Fórum anterior: a produção de riquezas e a reprodução social; o acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; e poder político e ética na nova sociedade. Mas tiveram, desta vez, uma metodologia de documentos preparatórios, sínteses das discussões e sistematização das propostas que resultaram num enorme repertório de diagnósticos e propostas. Iniciaram um mapeamento de problemas, análises e alternativas e permitiram um importante salto à frente na formulação e na construção gradativa de um programa de alternativas para o movimento global. Infelizmente, o mesmo registro não se deu no restante das atividades do Fórum: foi possível recuperar apenas uma pequena parcela das discussões travadas nas cerca de 700 oficinas e nos 100 seminários.

Mas inúmeras propostas podem ser destacadas, ainda que de forma muito parcial. Elas confirmam o Fórum Social Mundial como espaço privilegiado para o desenvolvimento da nova agenda global. Vamos mencionar algumas delas, sistematizadas por Thomas Ponniah, que trabalhou como voluntário na relatoria do FSM 2002, em seu livro com William Fisher, *Another World Is Possible* (infelizmente só disponível em inglês):

- *Abolição da dívida externa dos países pobres*: popularizada pelo Jubileu Sul e pelo CADTM, esta proposta visa liberar os recursos, hoje drenados das economias dependentes pelo sistema financeiro internacional, e permitir que sejam utilizados para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento. Várias estratégias políticas, como a aliança de países devedores e a pressão sobre os governos dos países centrais, têm sido debatidas.

- *Controle de capitais e impostos internacionais para a redistribuição de riquezas e o financiamento do desenvolvimento*: a ATTAC popularizou a proposta da taxa Tobin, um imposto internacional sobre a circulação do capital especulativo. O controle da origem e do final das operações financeiras e a instituição de depósitos obrigatórios de reservas e garantias levariam também à redução substancial das operações ilegais e à supressão de paraísos fiscais.

• *Moratória contra a OMC para reorientar o comércio internacional*: os movimentos existentes buscam um protecionismo soberano e altruísta e rechaçam a liberalização do comércio imposta, que aprofunda as desigualdades. Isso exige a revisão de boa parte dos acordos adotados até agora pela OMC. Sobre o futuro desta instituição, há uma divergência sobre se uma OMC reformada deveria subsistir ou se ela deveria ser simplesmente abolida. Um lugar de destaque é dado, nesta discussão, à eliminação dos direitos de propriedade intelectual incorporados no tratado de formação da OMC e na legislação sobre patentes hoje em vigor. Na área da informática, isso é impulsionado pelos movimentos por *softwares* livres.

• *Controle público das empresas transnacionais*: vários observatórios de multinacionais e campanhas propõem legislações internacionais que exijam das empresas transacionais transparência e responsabilidade sobre suas ações, em particular nas áreas de direitos trabalhistas e ambientais. Essas empresas deveriam ser submetidas a auditorias externas periódicas por instituições idôneas.

• *Defesa dos direitos dos trabalhadores*: entidades sindicais atuam há décadas pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e sindicais estabelecidos na OIT e propõem a criação de grupos parlamentares para a proteção desses direitos. Os sindicatos do Sul propõem também um sistema de negociações coletivas mundiais e a articulação de campanhas internacionais em defesa dos trabalhadores dos países pobres. Alguns movimentos defendem o boicote às transnacionais que violem diferentes tipos de direitos.

• *Desenvolvimento de um setor de economia solidária*: uma vasta gama de movimentos defende que se impulsione, desde hoje, um setor da economia baseado em cooperativas e associações que funcionem fora da lógica mercantil. Para alguns este pode ser um embrião de um setor social capaz de complementar, limitar ou substituir, dependendo da perspectiva, a economia capitalista.

• *Reconstrução do meio ambiente e desenvolvimento sustentável*: inúmeras organizações e movimentos ambientalistas por todo

o mundo defendem um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, mediante o cumprimento dos acordos internacionais que limitam o efeito estufa, a implantação de fontes de energias renováveis, a instauração de sistemas de produção limpos, a extensão da agricultura ecológica, a modificação das formas de consumo, principalmente dos países ricos, e o reconhecimento da dívida ecológica. A questão do gerenciamento do uso da água potável tem aí uma grande urgência, em face da situação crítica que já afeta muitas populações. Em seu conjunto, este tema remete a outro modelo de desenvolvimento, baseado no reconhecimento da finitude dos recursos do planeta e na solidariedade entre as gerações.

• *Criação e extensão dos sistemas de saúde e educação públicos e universais*: movimentos populares em todo o mundo defendem esses sistemas, exigindo a garantia de recursos públicos para isso e seu emprego para essa finalidade, combatendo a privatização desses serviços e reivindicando o direito efetivo de acesso aos medicamentos necessários (revendo o sistema de patentes em vigor, como no caso dos remédios contra a AIDS). Na educação, o modelo de ensino público deve favorecer a igualdade e a integração social, difundindo valores democráticos, solidários e ecológicos e combatendo a intolerância e a discriminação.

• *Soberania alimentar*: movimentos como a Via Campesina reivindicam o fortalecimento das cooperativas agrícolas voltadas para a satisfação das necessidades nacionais e para a diversificação da produção de recursos alimentares de cada país, a proteção dos mercados nacionais, o fim do subsídio a produtos agrícolas nos países do Norte, que asfixiam a produção dos países do Sul no mercado internacional, e uma moratória no uso comercial de organismos geneticamente modificados, que estão sendo utilizados em boa parte do mundo pelas grandes transnacionais do *agrobusiness* para destruir a produção agrícola familiar.

• *Democratização dos meios de comunicação de massa*: inúmeras entidades que buscam estabelecer um controle social sobre a mídia corporativa apontam isso como pré-condição, no

mundo atual, para o direito a informação, educação, possibilidade de participação cidadã e preservação da identidade cultural dos povos.

- *Defesa da identidade dos povos*: garantia de direitos de minorias nacionais e povos indígenas e promoção de sua cultura.

- *Direitos dos emigrantes e combate ao tráfico de pessoas*: alteração das legislações restritivas que colocam na ilegalidade dezenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo, garantindo a liberdade de circulação das pessoas e a unificação de famílias.

- *Desarmamento*: as propostas vão desde a redução de até 3% dos gastos com armas de todos os países do mundo para a criação de um fundo de financiamento para projetos de paz e desenvolvimento até o controle internacional de seu comércio.

- *Direitos humanos integrais*: o entendimento de um número cada vez maior de movimentos é que a luta nesta questão deve ser pela integralidade e pela universalidade dos direitos humanos, que não devem ser reduzidos apenas aos direitos civis e políticos e exigem a instauração dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

- *Novas instituições internacionais de governança global*: reformas em curto prazo no Banco Mundial, no FMI e na OMC, segundo alguns, visando impor maior transparência e democratização em seu funcionamento interno. Outros defendem sua abolição. Em todo caso, defende-se a instalação de mecanismos de controle por parte de organizações da sociedade civil e dos parlamentos.

Estes exemplos não constituem nenhuma tentativa de síntese, mas uma indicação da riqueza das alternativas que vêm sendo debatidas nos fóruns sociais pelo mundo afora e que foram apresentadas em Porto Alegre em 2002.

O Fórum como evento global — O III FSM

Depois do grande impacto político do II FSM, a preparação do terceiro se tornou um enorme desafio. Com o funcionamento

efetivo do Conselho Internacional, as definições sobre a organização do FSM 2003 seriam compartilhadas entre o CI e o Comitê Organizador. Uma intensa dinâmica de reuniões foi estabelecida, com o CI reunindo-se três vezes entre os dois fóruns, em Barcelona, Bangcoc e Florença (além da reunião regular, imediatamente antes do III FSM). Grupos de trabalho internacionais participaram da preparação das conferências, dos painéis e de um novo tipo de atividade, chamada de mesas de diálogo e controvérsia – entre a sociedade civil, de um lado, e partidos políticos, governos e instituições multilaterais, de outro.

Essa preparação se deu nos marcos de uma profunda mudança no cenário internacional, com o aprofundamento da crise econômica e principalmente a militarização das relações dos Estados Unidos com os demais países. Os fóruns temáticos da Argentina e da Palestina e os fóruns regionais da Europa e da Ásia captaram essa mudança de agenda e facilitaram a preparação política de Porto Alegre 2003.

Quando o III Fórum Social Mundial se reuniu, de 23 a 28 de janeiro de 2003, foi uma grande vitória para o movimento que com ele se identifica. Foi um Fórum que alcançou uma visibilidade maior ainda que os anteriores, atraindo os holofotes da mídia do mundo todo e deslocando Davos para segundo plano. O Fórum tinha se afirmado como um evento global para a mídia de todo o mundo.

Porto Alegre 2003 cresceu muito no terreno quantitativo. O número de participantes aumentou de 60 mil para cerca de 100 mil: inscreveram-se no *site* do Fórum 20.763 delegados de 130 países, o número de jornalistas credenciados foi de 4.094 e o Acampamento da Juventude registrou cerca de 25 mil acampados. As atividades se multiplicaram: quase 1.700 oficinas e seminários inscritos, 31 painéis, 11 conferências e 4 mesas de diálogos e controvérsias (algumas com 40 mil pessoas), 21 testemunhos e duas grandes marchas, de abertura e de encerramento.

Diferentemente dos anos anteriores, as atividades do FSM 2003 foram amplamente distribuídas pela cidade de Porto Ale-

gre, agrupando-se em três pólos principais: o ginásio Gigantinho, a PUC e os armazéns do cais do porto. No Gigantinho realizaram-se as grandes conferências e as mesas de diálogos e controvérsias; nos armazéns, os painéis; e na PUC, as atividades autogestionadas (oficinas e seminários).

Os painéis (chamados de conferências em 2001 e 2002) foram o ambiente de debate e proposição das redes e organizações da sociedade civil. Eles foram organizados pela secretaria do FSM juntamente com o Conselho Internacional por meio de um grupo de trabalho dividido pelos cinco eixos temáticos (diferentes dos quatro eixos dos anos anteriores): Desenvolvimento democrático e sustentável; Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Mídia, cultura e contra-hegemonia; Poder político, sociedade civil e democracia; e Ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz. Cada eixo teve seis painéis (com exceção do eixo 1, que teve sete), num total de 31 painéis. E, em 2003, houve um momento, no último dia de apresentação dos painéis, reservado para uma síntese das propostas debatidas durante os três dias anteriores. A preparação das atividades do FSM foi mais internacionalizada na medida em que envolveu o Conselho Internacional na definição da metodologia e do temário, o que levou à inclusão de novos temas e possibilitou também maior internacionalização dos expositores e conferencistas.

As grandes conferências pela tarde e as mesas de diálogo e controvérsia pela manhã fizeram do Gigantinho o local de grande concentração de público do FSM, pois reunia as figuras mais conhecidas, que se dirigiam a um público não envolvido nas atividades auto-organizadas, muitas vezes não-militantes. A frequência de público foi de cerca de 20 mil pessoas em todos os dias, chegando a 40 mil nas conferências sobre “Paz e valores” e na de encerramento, intitulada “Como enfrentar o império” (com Noam Chomsky e Arundhati Roy).

Na PUC ficaram concentrados os 21 testemunhos e as 1.286 atividades autogestionadas que foram organizadas pelos delegados. As atividades autogestionadas trataram das mais di-

versas temáticas – algumas inclusive se organizaram em blocos de dezenas de seminários expositivos (como as propostas sob o título “Life after capitalism”, promovido pelo *site* “Znet”).

A programação cultural teve mais destaque neste FSM. Presente como eixo temático, ela foi objeto de um Grupo de Trabalho do Conselho brasileiro, que mobilizou movimentos da área. A programação cultural foi intensa, contando com *shows*, exposições, mostras de cinema e apresentações de teatro.

Além das diversas atividades realizadas no âmbito do Fórum Social Mundial, também foram realizados diversos eventos paralelos, como o Fórum Sindical Mundial, o Fórum Coral Mundial, o Fórum Parlamentar Mundial, o Forunzinho Social Mundial, o Fórum da Diversidade Sexual, o Fórum das Autoridades Locais, o Fórum Mundial de Educação e o Fórum Mundial de Juízes.

Mas tudo isso não se deu sem problemas: com o enorme crescimento do Fórum e a redução do apoio governamental em função da derrota eleitoral do PT no Rio Grande do Sul, as condições de gestão do evento se tornaram mais precárias. Ocorreram problemas organizativos importantes, particularmente na alocação das oficinas e no alojamento dos participantes em Porto Alegre. A questão do gigantismo e da sobreposição de atividades de todos os tipos praticamente todo o tempo também suscitou reflexões críticas dos participantes e dos organizadores, que estão sendo incorporadas na formatação do IV FSM, em Mumbai, na Índia.

Porto Alegre perante a globalização armada

Para além do tamanho, da diversidade e do impacto do evento, o III FSM deve ser politicamente analisado como o espaço e o momento em que a agenda da luta contra o neoliberalismo encontrou-se definitivamente com a agenda da luta contra a militarização e o imperialismo.

Confrontamo-nos cada vez mais, como afirma Claude Sefarti, com a globalização armada, e foi para este mundo que Porto

Alegre debateu alternativas. No II FSM, mesmo depois do 11 de setembro e do ataque ao Afeganistão, a pauta das atividades propostas pelos organizadores contemplava apenas lateralmente a questão da guerra e da militarização; a questão da estrutura de dominação política do mundo ainda era, em grande medida, discutida nos termos do multilateralismo dos anos 1990. Apenas a discussão teórica “império ou imperialismo” ganhara um certo destaque com a difusão do livro de Negri e Hardt, *Império*. Agora, as mobilizações contra a guerra e o império tinham se tornado a questão central da conjuntura e eixo dos debates do Fórum Social Europeu (FSE) e do Fórum Social Asiático (FSA), mostrando que o tema estava se consolidando como parte da agenda de um sem-número de movimentos sociais que se opõem à globalização neoliberal. Esta articulação apenas vinha se mostrando mais problemática nos Estados Unidos, mas, na medida em que a preparação da guerra contra o Iraque avançava no segundo semestre de 2002, mesmo lá o movimento contra a guerra conseguia restabelecer algum diálogo com os movimentos sindical, ambiental etc. O papel econômico da guerra em um contexto de recessão, a nova estratégia de dominação imperial adotada pela classe dominante dos Estados Unidos, o ressurgimento de contradições interimperialistas e o pensamento de “estado de sítio” que estava emergindo com a doutrina Bush (e suas aberrações jurídicas) passaram a figurar cada vez mais nos debates.

No contexto imediato da preparação do III FSM, o CI e os movimentos sociais brasileiros tiveram um papel importante em focar a agenda em torno desse eixo. A conferência de abertura foi sobre a luta contra a militarização e a guerra, e a de encerramento sobre como enfrentar a dominação imperial. Estes também foram os temas das marchas de abertura e encerramento organizadas pelas entidades gaúchas. O Fórum provavelmente teve uma contribuição importante para amplificar a proposta, nascida em Florença, de organizar o dia mundial de protesto contra a guerra em 15 de fevereiro de 2003, que encontrou enorme repercussão em todo o mundo.

Todo esse processo não resolve os complexos problemas de articulação entre “o social” e “o político” por excelência (o império e a guerra), mas expressa, sem dúvida, um maior amadurecimento político do movimento global.

Essa relação entre o social e o político também esteve no cerne do outro ponto de destaque (e de maior controvérsia) do III FSM, a presença dos governantes no âmbito do Fórum. Em um quadro de profunda crise do neoliberalismo nos países da América do Sul, o fortalecimento das alternativas de esquerda tinha sido marcante durante todo o ano anterior, com a derrota dos golpistas anti-Chávez na Venezuela, no período imediatamente anterior ao Fórum, o protagonismo da candidatura de Evo Morales na Bolívia e as vitórias eleitorais de Gutierrez no Equador e, principalmente, de Lula no Brasil.

A presença de Lula (a convite dos organizadores do FSM) e de Hugo Chávez (para outra atividade, autônoma perante o Fórum) foram momentos marcantes do III FSM. Eles vieram atraídos pelo pólo político que o Fórum passou a representar, mas sua presença como governantes impôs um novo tipo de relação entre os movimentos que se encontravam no FSM e governantes. A presença de Lula, que em princípio deveria ter um caráter mais diplomático (como governo anfitrião identificado com o Fórum), ganhou um caráter muito polêmico com sua decisão de ir de Porto Alegre para Davos, onde participaria do Fórum Econômico Mundial. A presença dos governantes fez que Naomi Klein caracterizasse o III Fórum como o “fórum dos grandes homens”, para ela um retrocesso perante os anteriores. Trata-se de uma crítica unilateral, que ignora a vasta teia de articulações horizontais que ali se processaram e continuaram dando a tônica no FSM 2003, mas que expressa uma sensibilidade importante presente no processo FSM.

O que, sem dúvida, se destaca na avaliação do III FSM é que se tratou de um fórum em que a disputa política, no sentido clássico do termo, esteve muito mais integrada nas temáticas

e perspectivas das discussões. As relações entre o social e o político carregam, todavia, tensões e contradições que emergiram abertamente em 2003 e vão continuar presentes na seqüência do processo FSM.



5. A mundialização e o futuro do Fórum Social Mundial

Imediatamente antes do II FSM, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2002, o Conselho Internacional se reuniu para definir as perspectivas futuras do Fórum. Era a terceira reunião do CI e estava claro que o FSM 2002 seria um grande sucesso, mas o Comitê Organizador Brasileiro ainda não tinha uma visão comum de continuidade do processo e a questão foi colocada em debate de maneira bastante aberta. Depois de uma longa e acalorada discussão, chegou-se a uma resolução do CI, que desde então norteia o processo do Fórum Social Mundial.

Ela foi sintetizada, naquele momento, nos seguintes termos:

“A reunião fortaleceu a idéia de que o FSM, muito mais do que um evento, está se consolidando como um proces-

so e um movimento abertos, que se mundializam e criam raízes em todos os continentes. A própria composição do Conselho Internacional demonstra a ampliação das forças sociais que, em todo o planeta, se comprometem de forma permanente com o FSM.

O Conselho Internacional avaliou que a realização de um FSM anual e centralizado é fundamental para o encontro e a articulação da multiplicidade de forças que se opõem à globalização neoliberal. Além disso, o próprio evento tem um impacto público importante para a dinamização do movimento. Finalmente, o Conselho Internacional considerou que o efetivo processo de mundialização e enraizamento do FSM exige uma crescente mobilização nas regiões, de forma a ampliar a participação de todos os continentes.

Considerando este quadro, o Conselho Internacional decidiu o seguinte:

1) No segundo semestre serão realizados, em diferentes partes do mundo, edições continentais ou regionais do Fórum Social Mundial;

2) Realizaremos o III Fórum Social Mundial novamente em Porto Alegre e na mesma data do Fórum Econômico Mundial.

3) O Conselho Internacional do FSM terá um papel decisivo em articular a dinâmica dos Fóruns Regionais ou Continentais e do Fórum Social Mundial centralizado. Este será o tema principal da reunião do Conselho que realizaremos de 28 a 30 de abril de 2002”.

Na reunião seguinte do CI, em abril, em Barcelona, um novo elemento foi agregado a esta proposta: a possibilidade de realização de fóruns não apenas regionais, mas também temáticos – tratando de questões candentes da situação internacional, mas que tivessem um alcance universal.

Esta perspectiva foi, efetivamente, implementada ao longo de 2002. O Fórum tornou-se um processo mundial. Em um

período em que as ondas de choque da nova ofensiva imperial ressoavam por todo o planeta, inúmeros fóruns sociais foram organizados, muitos deles iniciativas autônomas de organizações locais, ou fóruns nacionais, dos quais o CI e a Secretaria freqüentemente tomam conhecimento depois que ocorrem, mas também alguns fóruns preparados de forma articulada com o processo global, com grande poder convocatório e impacto político.

O processo de internacionalização do FSM

O primeiro Fórum Regional havia sido realizado ainda antes de definido o processo: o Fórum Social Africano encontrou-se em Bamako, capital do Mali, em dezembro de 2001. Com um papel protagonista da ONG Enda, ele se realizou segundo um formato mais reduzido, reunindo cerca de 250 representantes de entidades e movimentos do continente.

Mas o evento que, seguindo o método de atividade aberta do FSM, inaugurou a nova fase foi um fórum temático proposto na reunião de Barcelona e rapidamente organizado pelas entidades argentinas que integravam o CI (Clacso, Dialogo 2000-Jubileu Sur, CTA e Alampyme). Tomando como foco a situação da Argentina depois da sublevação popular de 19 e 20 de dezembro de 2001, foi organizado o Fórum Temático “A crise do neoliberalismo na Argentina e os desafios do movimento global”. Realizado em Buenos Aires de 22 a 25 de agosto de 2002, ele contou com mais de 10 mil participantes e pela primeira vez instaurou um espaço de convergência para a fragmentada esquerda daquele país. Foi um momento de encontro dos piqueteiros, dos militantes das assembléias populares, das entidades associativas e das inúmeras correntes de esquerda, envolvendo mais de 600 organizações sociais. Uma marcha de 30 mil pessoas abriu o Fórum, com a participação destacada do líder indígena boliviano Evo Morales. Aí se coordenaram ações contra a Alca e a militarização da América Latina, debateram-se alternativas para a crise nacional, deu-se ampla

visibilidade à questão indígena no país (normalmente ignorada pela esquerda) e alertou-se para o perigo de criminalização do protesto social. Infelizmente, apesar do grande impacto da iniciativa, o Fórum não foi capaz de estabelecer uma dinâmica unitária mais duradoura no movimento popular argentino, que continuou a se pautar por sua cultura política tradicional.

O Fórum Social Europeu recolheu a energia liberada nos protestos contra a reunião do G-8 em Gênova, em julho de 2001, a maior do movimento global. A enorme delegação italiana presente em Porto Alegre, no II FSM, articulou-se com os demais representantes de organizações européias (principalmente os franceses) e acertou a realização do Fórum Social Europeu de 2002 na Itália e o de 2003 na França. Florença, administrada por um governo regional e municipal progressista, foi escolhida como sede do evento, mas sua realização foi tema de uma dura luta política na Itália entre a esquerda e o governo Berlusconi, que buscou impedir sua realização – o que só reforçou seu impacto político. Assim, quando o Fórum se reuniu, de 6 a 9 de novembro de 2002, na belíssima Fortezza da'Basso, contou com 60 mil participantes (o mesmo número de pessoas do II FSM, enquanto em sua primeira reunião o Comitê Organizador Italiano tinha previsto 5 mil participantes).

O I Fórum Social Europeu teve um impacto político gigantesco, em parte devido às condições específicas da situação italiana, marcada desde Gênova por uma forte polarização política entre os movimentos sociais de massa e o governo de direita, mas também porque instaurou pela primeira vez uma dinâmica de convergência das resistências européias ao neoliberalismo e à guerra. Estavam presentes mais de 3 mil franceses e delegações de cerca de 1.500 pessoas da Grécia, da Espanha, do Reino Unido e da Alemanha – mas também 300 húngaros, 150 poloneses e 70 russos. O Fórum foi o momento de afirmação de uma nova geração política que pela primeira vez se impunha como majoritária, em um evento deste tipo, em face de uma esquerda que até então era, naquele continente, em boa medida, fruto da geração de 1968.

O FSE introduziu uma novidade no processo FSM, um modelo de organização do evento em que todas as reuniões preparatórias (que foram realizadas em diferentes países do continente) eram abertas para as mais de 500 organizações que quiseram participar do processo. Esta dinâmica é mais lenta, porque implica um diálogo por vezes difícil, mas tem como resultado final um maior comprometimento de todos os envolvidos. Na ausência de entidades que tenham legitimidade incontestável para tomar as decisões organizativas necessárias sobre que atividades serão organizadas pelos promotores do evento e que espaços serão atribuídos às atividades auto-organizadas, este processo aberto é incontornável. Ainda assim, os organizadores do FSE tiveram que enfrentar enormes problemas organizativos na medida em que o número de participantes foi o triplo do que afinal esperavam. Muitas atividades planeadas para fora do centro de convenções (particularmente as oficinas, distribuídas pela cidade) não ocorreram, repetindo em maior escala um problema que já tinha se registado em Porto Alegre em 2002 e seria agravado em 2003.

O balanço do FSE foi muito positivo. Diversas avaliações falam do nascimento de um movimento social europeu, que começa agora a ter condições de disputar temas no processo de consolidação da União Européia. O FSE ensejou uma manifestação de massa, no sábado, 9 de novembro, com a participação de mais de meio milhão de pessoas. E nele a luta contra a guerra imperial – já se preparava a guerra contra o Iraque – entrou pela primeira vez no centro da agenda política do movimento; foi aí que se articulou a convocação da jornada mundial de manifestações contra a guerra de 15 de fevereiro de 2003. O processo criou raízes sólidas. Um segundo FSE foi convocado para novembro de 2003, em Paris.

O Fórum Social Temático sobre a solução pacífica de conflitos, que reuniu 600 participantes em Ramallah, na Palestina, de 26 a 29 de dezembro de 2002, foi um evento dotado de um simbolismo importante, mas que se confrontou com grandes limites políticos. O governo de Israel não permitiu a entrada de

muitos participantes estrangeiros ocidentais e os dos países árabes foram sumariamente vetados, o envolvimento das organizações da sociedade civil israelense foi limitado e a sociedade civil palestina enfrenta sérias dificuldades, pressionada pelos grupos fundamentalistas islâmicos, de um lado, e pela Autoridade Nacional Palestina, de outro. Mas foi uma oportunidade importante para os movimentos progressistas da região dialogarem com os movimentos internacionais de solidariedade.

Um segundo Fórum Social Africano também se reuniu de 5 a 9 de janeiro de 2003, em Adis-Abeba, na Etiópia, nos mesmos moldes e dimensões do primeiro.

O Fórum Social Asiático, que se reuniu em Hyderabad, no estado indiano de Andrah Pradesh, de 2 a 7 de janeiro de 2003, foi outro momento marcante do processo de internacionalização. Ele contou com a participação de mais de 20 mil pessoas, sendo 14.426 delegados e 800 jovens em um belo Acampamento da Juventude. O Nizam College de Hyderabad foi o local de realização de oito grandes conferências, preparadas de forma centralizada e realizadas em duas grandes tendas capazes de receber 3 mil pessoas, e de 160 seminários e 164 oficinas, nas suas salas de aula. O mesmo espírito festivo do I FSM de Porto Alegre foi observado durante todo o evento, com um atrativo extra, a ligação indissolúvel que a esquerda indiana faz entre política e cultura. Em uma sociedade multicultural, estas atividades são compreendidas como um momento-chave da atuação política, e elas abarcavam uma parte grande da programação do Fórum Social Asiático.

A Índia é, em si, um continente, não só pelo tamanho e pela população, mas também por sua complexidade política, étnica, cultural e religiosa. Mas o Fórum conseguiu também envolver muitas organizações de países vizinhos, como Nepal, Bangladesh e mesmo o Paquistão – apesar das dificuldades impostas pelo governo de direita indiano (estávamos então no auge do conflito entre os dois países, com trocas de tiros na província da Caxemira). No total, 840 delegados de fora da Índia compareceram ao Fórum Social Asiático.

O Fórum Social Asiático permitiu que um grande número de movimentos e organizações asiáticos, e antes de tudo indianos, se integrasse no processo mundial em curso e reforçou a dinâmica convergente da esquerda naquele país. Afinal, a conjuntura política adversa no país, com um governo central de extrema direita que estimula o fundamentalismo religioso hinduísta em uma população que tem vastas minorias religiosas e promove todo tipo de afirmação xenófoba de identidades comunais (o que os indianos chamam de “comunalismo”), já estimulava a fragmentada esquerda indiana a assumir uma postura mais unitária. A legitimidade e o método do FSM facilitaram que isso confluísse para o FSA. Há, todavia, uma história bastante característica da esquerda indiana – com a herança do socialismo gandhiano (partidário e não-partidário) e o impacto do maoísmo no movimento comunista indiano, na década de 1960, como o chamado “naxalismo” (e a multiplicação de partidos que se denominam marxistas-leninistas) –, e os desafios de renovação, respeito à diversidade e construção de convergências são questões permanentes.

Mas o sucesso do Fórum Social Asiático expandiu significativamente o processo FSM para além do eixo América Latina–Europa Ocidental. Ele mostrou que existem condições, na Índia, de realizar o IV FSM como um evento mundial de importância equivalente ao de Porto Alegre, que trará para o processo FSM em seu conjunto importantes elementos de renovação e enriquecimento de agenda, discursos e práticas, além de potencializar a expansão do movimento global na Ásia.

E ainda antes do III FSM foi realizado, em Belém, no Pará, de 16 a 19 de janeiro de 2003, o II Fórum Social Pan-Amazônico (o primeiro se realizou de 25 a 27 de janeiro de 2002). Seus 7 mil participantes debateram um vasto leque de questões decisivas para os movimentos e entidades da região, da situação dos povos amazônicos à questão ambiental, do desenvolvimento à crescente presença militar norte-americana na Amazônia, do plano Colômbia ao combate à ALCA.

Toda a riqueza desta realidade criada pela internacionalização acelerada do *processo* Fórum Social Mundial se expressou na reunião do Conselho Internacional de 21 e 22 de janeiro de 2003 em Porto Alegre. O CI estava diante de um FSM mais plural, que incorporava novos atores e era permeado por novas tensões. Foi a reunião mais concorrida do CI e também a mais conflituosa. As decisões adotadas enfrentaram várias contradições que vinham marcando o processo FSM e alteraram de forma significativa sua arquitetura, tornando a dinâmica do CI mais compatível com o Fórum como processo mundial.

A decisão mais importante (e difícil) foi definir a realização do IV FSM não mais em Porto Alegre mas na Índia, em janeiro de 2004, consolidando definitivamente sua internacionalização. Para muitos, a lógica de não se mexer em time que está ganhando deveria prevalecer. Porém ao final definiu-se por realizar o IV FSM na Índia, mas aprovando também que o FSM de 2005 será novamente realizado em Porto Alegre. Este debate envolvia ainda outros elementos, como posições que sustentavam que a intensificação do processo deveria levar à realização de FSMs centrais a cada dois anos (e não mais anualmente), de modo que se concentrassem mais energias nos fóruns regionais – debate que continua colocado.

Mas foram tomadas outras decisões de longo alcance: não há relação hierárquica entre os eventos do processo, e sim uma horizontalidade (ou seja, não existem fóruns preparatórios de outros); autonomizou-se a data do FSM da data de realização do Fórum de Davos (o Fórum não é apenas mais o anti-Davos); e o Fórum impulsionará um “Dia Mundial de Marcha contra o Neoliberalismo e a Guerra e por um Outro Mundo Possível” em alguma das datas da reunião de Davos de 2004.

Além disso, as experiências realizadas e, antes de tudo, a dimensão de megaevento e os problemas colocados pela organização do III FSM já impunham uma reflexão crítica sobre as questões organizativas dos fóruns: os promotores do processo não poderiam despender tanta energia com a produção de

eventos, de uma parte, e, de outra, as atividades auto-organizadas por seus proponentes devem ter, nos diferentes fóruns, pelo menos igual peso que aquelas propostas pelos organizadores dos fóruns (reforçando seu caráter de espaço aberto e auto-organizado).

Estabeleceu-se uma abordagem do problema básico de “poder” do processo, que vinha sendo debatido desde Barcelona e focado na composição do Conselho Internacional: o CI será aberto aos movimentos e organizações que aceitem a Carta de Princípios do FSM e solicitem sua integração. O Comitê Organizador do IV FSM será composto pelas organizações indianas. A Secretaria do FSM será composta pelas oito entidades brasileiras que compunham o antigo Comitê Organizador Brasileiro e que continuarão atuando como facilitadoras do processo; esta Secretaria deverá ser progressivamente internacionalizada.

E o CI reforçou a definição do FSM como espaço horizontal, e não uma organização piramidal, rejeitando mais uma vez as propostas de que o próprio CI emitisse declarações, isto é, assumisse qualquer função que pudesse ser encarada como de direção do movimento global. O sucesso das mobilizações contra a guerra dos Estados Unidos e da Inglaterra contra o Iraque, realizadas em 15 de fevereiro, que levaram dezenas de milhões de pessoas às ruas em todo o mundo, mostrou que iniciativas políticas de monta podem ser gestadas e amplificadas pelo Fórum sem que um processo diretivo tradicional tenha que ser estabelecido.

Rumo à Índia

O sucesso do IV FSM na Índia tornou-se, a partir das definições adotadas em janeiro de 2003, em Porto Alegre, o desafio central para a etapa seguinte do processo Fórum, a iniciativa que consolidaria definitivamente sua internacionalização.

O processo de organização do FSM na Índia tem uma estrutura complexa, concebida para incorporar o maior número de

entidades mantendo a funcionalidade do processo. Há um Conselho Geral Indiano, composto por cerca de 150 entidades, um Comitê de Trabalho Indiano, com cerca de 65 entidades envolvidas em grupos de trabalho, e o Comitê Organizador Indiano, com cerca de 40 entidades, que é o corpo central do processo e se reúne uma vez por mês.

Definiu-se, em março de 2003, que o Fórum será realizado na cidade de Mumbai (ex-Bombaim), de 16 a 21 de janeiro de 2004, decisão tomada levando em conta a infra-estrutura da cidade, sua acessibilidade para os indianos e para os estrangeiros, o fato de ela ser a cidade mais cosmopolita do país e o equilíbrio político entre os vários setores envolvidos no processo. Daí ter-se formado também o Comitê Organizador de Mumbai. O fundamental do trabalho de preparação é feito horizontalmente em grupos de trabalho abertos: programa, mobilização, juventude, cultura, local e logística, finanças, mídia e comunicação e ligação. E a proposta de formato do evento, formulada pelo Comitê Organizador Indiano, já foi aprovada pelo Conselho Internacional.

O processo de mobilização para o Fórum de Mumbai já foi iniciado, particularmente na Ásia, com a realização em 1º e 2 de junho de 2003 de uma importante reunião de uma rede de apoio de entidades do continente, com a participação de membros de 120 organizações e movimentos.

Mas a mundialização não está focada apenas na realização do IV FSM na Índia. As iniciativas têm se multiplicado, tanto em escala local e nacional (com fóruns sociais por cidades, regiões e países, em um processo impossível de ser acompanhado) como em escala internacional. Entre os dias 16 e 20 de junho de 2003 ocorreu o Fórum Social Temático sobre democracia, direitos humanos, guerras e narcotráfico, em Cartagena de Índias, na Colômbia.

A única reunião do Conselho Internacional entre os III e IV FSMs ocorreu nos Estados Unidos, na cidade de Miami, entre os dias 23 e 26 de junho, aproveitando o grande número de entidades daquele país que estavam reunidas, nos

dias anteriores, para o congresso anual do *Jobs with Justice*. O sentido de realizar a reunião em um local politicamente tão inóspito foi justamente o de ampliar o envolvimento de movimentos dos Estados Unidos no processo FSM, a partir de uma percepção do papel estratégico que deve desempenhar uma maior articulação entre a luta contra o neoliberalismo e contra a guerra entre as organizações e grupos dentro e fora do império.

E um primeiro resultado da reunião foi justamente estabelecer um compromisso entre os diferentes setores do movimento naquele país que se identificam com o processo FSM, visando uma agenda comum de mobilizações nos anos de 2003 e 2004, e a realização de um Fórum Social dos Estados Unidos em 2005. Para 2004, existe também a possibilidade de se realizar um Fórum Temático sobre globalização, militarização e lutas sociais por ocasião da Convenção do Partido Republicano, em Nova York, no final de agosto. Caso se realize, esta iniciativa buscará articular as diversas ações e os vários protestos que já estão sendo preparados.

A reunião de Miami contou com a presença de uma importante delegação do Comitê Organizador Indiano, que apresentou sua proposta para a organização do IV FSM, em janeiro de 2004, em Mumbai. As questões relativas à logística e ao funcionamento foram avaliadas de forma muito positiva e as relativas ao temário e à metodologia incorporaram as propostas apresentadas no CI.

O Comitê Organizador Indiano prevê a realização de três painéis no período da manhã e 200 atividades autogestionadas à tarde, além de testemunhos e vozes de resistência e uma conferência, em cada um dos quatro dias cheios do Fórum (de 17 a 20 de janeiro, excetuando a abertura e o encerramento). A expectativa de público é de 75 mil participantes. Também está prevista a organização de um Acampamento da Juventude com cerca de 15 mil participantes.

Para o FSM 2004, propõe-se cinco temas focais de luta: contra a globalização imperialista, o patriarcado, a militarização,

o sectarismo e o fundamentalismo, e a discriminação de casta e o racismo. A proposta é que as atividades se organizem em torno dos seguintes eixos amplos: Militarismo, guerra e paz; Informação, conhecimento e cultura; Meio ambiente e economia; e Exclusão, direitos e igualdade.

A reunião de Miami também estabeleceu uma nova forma de funcionamento do CI, agora organizado em seis comissões: estratégia, metodologia, conteúdo, comunicação, finanças e expansão. A comissão de conteúdo seguirá, com o Comitê Organizador Indiano, o processo de fechamento das atividades de Mumbai. As atividades de facilitação do processo FSM foram repartidas entre a Secretaria funcionando no Brasil e o Comitê Indiano.

Estão avançando também os processos de preparação dos fóruns regionais. Antes do IV FSM, será realizado o II Fórum Social Europeu, entre os dias 12 e 15 de novembro de 2003, em Paris. Já ocorreram reuniões preparatórias deste evento em Saint-Denis, na França, em Bruxelas, na Bélgica, em Berlim, na Alemanha, e em Tessalônica, na Grécia. Na reunião de Berlim foi adotado um documento que sistematizava uma compreensão comum do processo entre todos os envolvidos em sua preparação, equacionando uma tensão entre visões distintas, polarizadas principalmente por organizações francesas e italianas. Em um contexto em que o processo de unificação europeia em marcos neoliberais se intensifica e o Fórum é o espaço por excelência de encontro, diálogo e articulação daqueles que buscam uma alternativa progressista a ele, tudo indica que o II FSE tende a repetir o êxito político do primeiro.

E vários fóruns estão previstos para depois de Mumbai. O III Fórum Social Pan-Amazônico deverá ocorrer entre os dias 4 a 8 de fevereiro de 2004, em Ciudad Guayana, na Venezuela. A primeira reunião preparatória já ocorreu em Caracas, na Venezuela, em 9 e 10 de abril de 2003, e a segunda em 19 e 20 de julho, em Boa Vista (Roraima), no Brasil. O Fórum Social das Américas está previsto para ocorrer de 8 a 13 de março de 2004, em Quito, no Equador. Uma reunião preparatória ocor-

reu em Miami, nos Estados Unidos, em 27 de junho de 2003, na seqüência da reunião do CI. E o Fórum Social Mediterrâneo deve ocorrer em Barcelona, na Espanha, em março de 2004, já tendo sido realizadas duas assembléias preparatórias nos dias 3 e 4 de maio de 2003, em Casablanca, no Marrocos, e de 4 a 6 de julho em Nápoles, na Itália.

FSM: uma síntese inicial

Todo este imenso leque de iniciativas desenvolvidas ao longo de quase três anos de um grande experimento político já permite delinear, com alguma segurança, uma avaliação de conjunto.

O FSM é um *espaço*, e não uma *organização*. Ele instaura um lugar de encontro, diálogo, debate e difusão de propostas, troca de experiências, emulação mútua, articulação de agendas de lutas e organização de novos movimentos. Embora existam cobranças nesse sentido, o Fórum não é nem o embrião de uma “internacional”, nem uma “direção” dos movimentos que dele participam. O CI, a Secretaria e os Comitês Organizadores dos fóruns funcionam como facilitadores destes espaços; o Fórum não emite posicionamentos enquanto tal, não há assembléias que votem ou resoluções finais. Sua vocação é, assim, incorporar de forma pluralista setores cada vez maiores que se identificam com os objetivos de lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e a guerra. A diversidade é uma força, e não uma fragilidade do FSM, e deve ser defendida e reforçada. Quaisquer grupos ou setores dentro dos fóruns podem se reunir e formalizar quantas declarações, articulações e posicionamentos queiram (como vem fazendo, desde o I FSM, a Rede Internacional de Movimentos Sociais), mas eles não comprometem o Fórum como espaço nem o conjunto dos setores que não o subscreveram explicitamente. Não cabe ao CI (ou à Secretaria) emitir posicionamentos, por mais justos que sejam em seu conteúdo (por exemplo, contra a guerra), mas criar as condições para que

os movimentos e entidades que participem dos fóruns o façam no interior dos espaços que eles estabelecem. Isso possui uma efetividade muito maior para a construção prática dos movimentos, como mostraram as manifestações de 15 de fevereiro contra a guerra.

O FSM é um *processo*, e não só um *evento*, e é *parte de um movimento mais amplo*. Com a multiplicação de fóruns, alguns de grande envergadura e outros que lhe dão capilaridade, o FSM se transformou em um processo mundial. Ele ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, abertamente, desde Seattle, vem se espalhando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal. Uma identidade afirmativa vem se sobrepondo à identidade de um movimento inicialmente apresentado como contra “a globalização” – sem nenhum qualificativo. A multiplicação de espaços FSM faz que as pessoas se encontrem com muito mais frequência, estabeleçam laços e relações de confiança e sintam mais necessidade de articularem suas atuações. Potencializa o ambiente que concretiza a expansão dos movimentos sociais e deste novo internacionalismo. Mas se o FSM se identifica com todas as expressões de resistências e busca de alternativas e quer chamá-las para os espaços que instaura, não pretende representá-las, embora se torne uma referência cada vez mais central para o “movimento global”.

O FSM vem contribuindo para *alterar o clima ideológico* do mundo atual, ajudando a romper com a hegemonia do pensamento e dos valores mercantis, neoliberais e crescentemente militaristas. Expressando a luta contra a mercantilização do mundo e se afirmando na oposição aos organismos multilaterais, tanto o movimento global como o FSM souberam responder à mudança de agenda que a administração George W. Bush, seu unilateralismo e sua “guerra contra o terrorismo” impuseram no cenário internacional. Esta recuperação de espaços para os valores e horizontes políticos libertários vem se dando, nos fóruns, junto com um aprendizado coletivo de como enfrentar os novos desafios que surgem a cada passo na luta por outro mundo.

Isso pode ocorrer porque o FSM está organizado de modo a se constituir em uma experiência pedagógica autônoma para seus participantes. No Fórum todos podem partilhar suas preocupações, organizar suas próprias atividades e participar de inúmeras outras atividades, encontrando-se com pessoas de todos os lugares e setores. Se o número colossal de atividades deixa uma sensação de fragmentação, uma certa imagem caótica, também rompe com a sensação de isolamento, infunde energias em seus participantes, emula e transmite confiança de que as alternativas ali apresentadas expressam os anseios de que outro mundo é possível por parcelas significativas da sociedade e por movimentos de todo o planeta. Este *sentido de vivência* é uma característica marcante de todos os grandes eventos do processo FSM para seus participantes.

Os fóruns vêm se mostrando o lugar por excelência de encontro e incorporação no movimento de uma *nova geração política*, que não conheceu as experiências, os dramas e as derrotas das correntes tradicionais de esquerda do século XX, uma geração que já vertebrava as lutas que constroem a esquerda do século XXI. É o melhor espaço para o desenvolvimento de novas iniciativas políticas e uma incubadora de novos movimentos sociais.

O processo FSM tem, todavia, que lidar com *contradições importantes*, constitutivas do que é o Fórum. Essas contradições estruturantes não podem ser suprimidas, nem superadas, ao menos na atual conjuntura (e provavelmente por um certo período), devendo ser assumidas como tais e administradas passo a passo ao longo do processo, elaborando o que elas têm de produtivo e refreando seus elementos potencialmente destrutivos. Vivemos uma encruzilhada histórica, um período de profundas transformações da sociedade e da política, e o FSM dá voz não só a forças emergentes mas também a processos em continuidade com a etapa anterior.

A mais evidente contradição diz respeito à *relação com os partidos políticos*. A Carta de Princípios estabelece que partidos, governos e organizações armadas não são organizadores

do FSM nem enviam delegados para seus eventos. O Fórum opta, assim, por abrigar expressões da sociedade civil hoje menos permeadas pela disputa de poder político, mas também menos integradas à defesa do *status quo*, e que exatamente por isso são as mais decisivas para uma recomposição estratégica da esquerda mundial. São elas que encaminham as resistências e lutas fundamentais em curso e impulsionam o debate sobre a construção de alternativas – hoje, de fato, muito mais do que os partidos políticos de esquerda que reivindicam esta função. O Fórum pode, dessa forma, dialogar com o quadro de crise da representação política dos setores ativos na luta por outro mundo. A alternativa de ter os partidos integrando hoje o FSM – dado o que é atualmente o quadro partidário mundial – traria conseqüências desastrosas para a dinâmica dos fóruns –, provavelmente introduziria tensões inadmissíveis e tenderia a repetir experiências como a do Foro de São Paulo (estabelecido no início dos anos 1990 pelos partidos de esquerda latino-americanos e atualmente um mero marco de relações diplomáticas).

Mas o Fórum não é isento de contatos com os partidos. Todas as correntes políticas, antigas ou novas, presentes nas organizações e nos movimentos acabam se expressando no FSM. E, quanto mais estão em sintonia com as lutas e com o “movimento global”, mais presença estas correntes têm, por intermédio de seus militantes, nos fóruns. Os Fóruns têm organizado espaços paralelos e alguns tipos de atividades (como as mesas de diálogo e controvérsia no III FSM) nos eventos do processo para o debate com partidos, governos, parlamentares e instituições multilaterais. Mas as tensões existem e permanecerão enquanto subsistir a crise de representação partidária.

De outro lado, a relação afirmativa das diferentes propostas políticas com o processo FSM, atuando segundo as regras estabelecidas pela Carta de Princípios, é um indicador da sua capacidade de se sintonizar e impulsionar hoje o movimento global. Nesse sentido, podemos dizer que uma das virtualidades do Fórum é justamente que ele pode, na atual etapa histórica,

contribuir, e muito, para acelerar a recomposição política da esquerda nos diferentes terrenos e, portanto, para superar a crise de representação partidária da esquerda. Evidentemente, trabalhar essa dinâmica contraditória de forma consciente é diferente de defender que os partidos participem hoje como organizadores dos Fóruns.

Com a crise de representação política da esquerda e os partidos não participando diretamente do FSM, emerge *a demanda de que o próprio Fórum cumpra o papel de direção*. Mas os Fóruns são espaços e o CI, a Secretaria e os Comitês Organizadores são facilitadores para que estes espaços funcionem, apenas podendo apresentar propostas de rumos para o processo FSM e a preparação de seus eventos – o que influencia os rumos do movimento, mas de uma maneira muito indireta, não diretiva. A metáfora adequada para visualizar o movimento atual e o Fórum é a da rede, e não a da pirâmide, ligada a uma etapa histórica passada (do fordismo, da analogia entre partidos e exércitos etc.). São lógicas em grande medida contraditórias.

Nesse contexto, o nexos de articulação política geral do movimento mais amplo (do qual o FSM é parte), e deste com os diversos eventos pelos quais o Fórum se instaura, é cumprido pelas distintas organizações, movimentos e redes que assumem este desafio. Se o FSM, o movimento e seus sentidos políticos são avessos a uma idéia tradicional de direção, isso não elimina a necessidade de se definirem os rumos a seguir. Desde 2001, com o I FSM, o que é agora a Rede Internacional de Movimentos Sociais vem desempenhando um certo papel na articulação do movimento e das lutas. Sua funcionalidade é, no entanto, duplamente limitada: de um lado, no FSM, pela necessidade de não se identificar com o próprio Fórum em seu conjunto, de defender firmemente a diversidade e o pluralismo do processo e de evitar que sua composição se estreite; de outro, no movimento mais amplo, pela atuação das organizações político-partidárias que competem por um papel de direção.

Novamente, temos aqui uma tensão permanente a ser administrada concretamente ao longo do processo FSM, em que as

instâncias do Fórum (CI, Secretaria, COs) têm que ser facilitadoras qualificadas, aceitar concorrências e conflitos de papéis, lidar pacientemente com disputas, estar permeáveis aos influxos do movimento e resistir à tentação de suprimirem as contradições e se assumirem como direção.

O que emerge deste quadro é um vasto, diversificado, paciente e por vezes contraditório trabalho coletivo de reconstrução da capacidade protagonista, desde baixo, da esquerda mundial – cujo destino se liga ao das lutas do multifacético movimento global. O futuro do FSM será, pois, profundamente determinado pelos choques que estão reconfigurando a paisagem política do mundo, vinculados à doutrina de guerra preventiva do governo Bush, à emergência de novas contradições interimperialistas ocupando o espaço do multilateralismo e aos acordos sobre a gestão (e repartição) do mercado mundial (OMC, ALCA e, com outro caráter, União Européia). O gigantesco movimento contra a guerra, que adquire cada vez mais a feição de um movimento contra o império norte-americano, aponta as potencialidades do movimento global e também do processo FSM no próximo período, mas a soldagem entre a agenda de luta contra o neoliberalismo e a de luta contra a guerra tem que continuar sendo refeita em cada contexto.

O que é certo é que novos desafios emergirão a cada momento no processo Fórum Social Mundial. A forma como eles forem sendo equacionados determinará se o Fórum continuará a catalisar as energias de boa parte do movimento global e se será o espaço central da esquerda no século XXI.



Bibliografia selecionada

Um comentário geral

Grande parte dos textos de interesse sobre o Fórum Social Mundial estão disponíveis na internet, principalmente no *site* do próprio Fórum: <http://forumsocialmundial.org.br>. Outros *sites* oferecem acesso a um vasto material sobre o movimento global (ver a seguir).

A bibliografia está organizada por capítulos, mas vale a pena destacar alguns títulos.

No primeiro capítulo, *Era dos extremos*, de Eric Hobsbawm, continua a ser o melhor panorama do século XX político e do impacto do seu fim abrupto em 1989-1991. David Harvey, Fre-

deric Jameson, François Chesnais e Peter Gowan oferecem marcos analíticos importantes para a compreensão das mudanças dos últimos 20 anos (também debatidos por analistas do sistema, como Paul Krugman e Joseph Stiglitz). Immanuel Wallerstein e Pierre Bourdieu já participavam deste debate antecipando orientações e polêmicas do movimento que se desenvolveria depois de Seattle – que também resgataria a obra de Guy Debord. É importante a leitura dos textos zapatistas em *A revolução invencível*, que ofereceriam depois as bases para a teorização de John Holloway. Ignacio Ramonet e Susan George iniciaram o movimento na França nos anos 1990 e seus textos são emblemáticos. Claude Sefarti, Eric Toussaint, Ricardo Petrella e Vandana Shiva já vinham trabalhando havia muito os temas da militarização, da dívida e dos bens comuns.

No segundo capítulo, o melhor panorama da formação do movimento é dado no livro de Christophe Aguiton, mas as obras de Walden Bello, François Houtart e Naomi Klein expressam posições centrais no movimento global. O livro de José Bové, *O mundo não é uma mercadoria*, trata de um de seus aspectos centrais, a luta dos camponeses e a formação da Via Campesina.

Sobre o I Fórum Social Mundial, o melhor livro é o organizado por José Seoane e Emilio Taddei, *Resistências mundiais*. Os documentos e relatórios do Conselho Internacional e do Comitê Organizador do FSM podem ser consultados no *site* do Fórum, bem como as análises e avaliações individuais de seus membros. E uma enorme quantidade de artigos informativos e análises pode ser encontrada tanto em revistas como nos demais *sites* indicados no final da bibliografia.

A bibliografia do quarto capítulo trata de temas muito distintos: a mudança da conjuntura pós-11 de setembro de 2001, os II e III FSM (inclusive as propostas e alternativas neles apresentadas) e os debates teóricos que vêm se destilando nestes últimos anos. *O Espírito de Porto Alegre* agrupa textos que procuram articular estes diferentes aspectos. *The Algebra of Infinite Justice*, de Arundhati Roy, talvez a mais brilhante

ensaísta do movimento, só está disponível em inglês e espanhol. Sobre a nova situação internacional, devem ser destacados os livros de Gilbert Achcar, Tariq Ali, Noam Chomsky e a coletânea de Ana Esther Ceceña e Emir Sader. Sobre o processo Fórum e suas propostas, o melhor trabalho é o de William Fisher e Thomas Ponniah sobre o II Fórum, mas o de Rafael Díaz-Salazar também é muito útil. Autores como Antonio Negri, Holloway e Naomi Klein propõem rumos para o movimento global desde uma perspectiva que poderíamos, esquematicamente, considerar pertencente à corrente libertária. Wallerstein, Walden Bello, Daniel Bensaïd e Atilio Boron intervmem no debate estratégico resgatando concepções que podem ser consideradas mais próximas da tradição marxista, ainda que em alguns casos muito redefinida.

Apresentação e capítulo I

AMIN, Samir. *Capitalism in the Age of Globalization*. Londres, Zed Books, 1997.

ARANTES, Paulo. *Notícias de uma guerra cosmopolita*. Mimeo, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edunesp/Contraponto, 1996.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da globalização. *Estudos Avançados*, nº 32, jan-abr. 1998, São Paulo, USP, p. 125-186.

BELLO, Walden; BULLARD, Nicola and MALHOTRA, Kamal (eds.). *Global Finance: New Thinking on Regulating Speculative Capital Markets*. Londres, Zed Books, 2000.

BENSAÏD, Daniel. *Contes et légendes de la guerre éthique*. Paris, Textuel, 1999.

_____. *Le nouvel internationalisme*. Paris, Textuel, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. *La globalización imaginada*. Buenos Aires, Paidós, 1999.
- CHANDRASEKHAR, C. P. e GHOSH, Jayati. *The Market that Failed: a Decade of Neoliberal Economic Reforms in India*. Nova Delhi, LeftWord Books, 2002.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DI FELICE, Massimo e MUÑOZ (orgs.) *A revolução invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional: cartas e comunicados*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio e RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Fapesp/Boitempo, 2002.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo, Edunesp, 1997.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- FIORI, José Luis e MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- GEORGE, Susan. *O Relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- _____ e SABELLI, Fabrizio. *La religion del credito: el Banco Mundial y su imperio secular*. Barcelona, Intermon, 1994.
- GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1991.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- HUSSON, Michel. *Le grand bluff capitaliste*. Paris, La Dispute, 2001.

- _____ e COUTROUT, Thomas. *Les destins du Tiers Monde*. Paris, Nathan, 1993.
- _____ et al. *Mondialisation et impérialisme*. Paris, Syllepse, 2003.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1997.
- _____. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- KRUGMAN, Paul. *Internacionalismo pop*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- LASCH, Christophe. *O mínimo eu*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.
- LÖWY, Michael e BENZAÏD, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo, Xamã, 2000.
- MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril, 1982.
- MCCHESNEY, Robert; WOOD, Ellen Miksins e FOSTER, John Bellamy. *Capitalism and the Information Age*. Nova York, Monthly Review Press, 1998.
- OHMAE, K. *O fim do Estado nação*. São Paulo, Campus, 1996.
- PASSET, Rena. *L'économique et le vivant*. Paris, Econômica, 1996.
- PETRELLA, Ricardo. *Le manifeste de l'eau*. Bruxelas, Labor, 1998.
- RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____. *A tirania da comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo, Makron, 1996.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SEFARTI, Claude. *La mondialisation armée*. Paris, Textuel, 2001.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, Vozes/LPP/Clacso, 2001.

- STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo, Futura, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (orgs.). *Poder e dinheiro*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo, Ed. Fund. Perseu Abramo/CADTM, 2002.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- WENT, Robert. *Globalization: neoliberal challenge, radical responses*. Londres, Pluto Press, 2000.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2003.

Capítulo II

- AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*. São Paulo, Viramundo, 2002.
- AMAT, Dolores; BRIEGER, Pedro; GHIOTTO, Luciana; LLANOS, Maité e PERCOVICH, Mariana. *La globalización neoliberal y las nuevas redes de resistencia global*. Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación, 2002. Cuaderno de Trabajo nº 8, nov. 2002.
- BELLO, Walden. *The Future in the Balance: Essays on Globalization and Resistance*. Oakland (CA), Food First Books, 2001.
- BOND, Patrick. *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, IMF and International Finance*. Cape Town, University of Cape Town Press, 2001.
- BOVÉ, José e DUFOUR, François. *O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim*. São Paulo, Edunesp, 2001.
- CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo, Conrad/Com-Arte, 2002.
- CRITICAL ART ENSEMBLE. *Distúrbio eletrônico*. São Paulo, Conrad, 2001.

- DAHNAHER, Kevin e BURBACH, Roger (eds.). *Globalize This! The Battle Against the World Trade Organization and Corporate Rule*. Monroe, Maine, 2000.
- GEORGE, Susan. Comment l'OMC fut mise en échec. *Le Monde Diplomatique*, jan. 2000, p. 4 e 5.
- HOUTART, François. *La tiranía del mercado y sus alternativas*. Madrid, Editorial Popular, 2001.
- _____ e POULET, François (coord.). *O outro Davos: mundialização de resistências e de lutas*. São Paulo, Cortez, 2002.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista teoria e prática da revolução*. São Paulo, Conrad, 2002.
- KLEIN, Naomi. *Sem logo*. A tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- MONTESINOS, Miguel Riera (ed.). *La batalla de Génova*. Barcelona, El Viejo Topo, 2001.
- MUNCK, Ronaldo. *Globalization and Labour*. The New "Great Transformation". Londres, Zed Books, 2003.
- PASTOR, Jaime. *Qué Son Los Movimientos Antiglobalización*. Barcelona, RBA Libros, 2002.
- ROMA, Pepa. *Jaque a la globalización: Como crean su red los nuevos movimientos sociales y alternativos*. Barcelona, Random House Mondadori, 2002.
- SAINT CLAIR, Jeffrey. *Seattle Diary: It's a Gas, Gas, Gas!* www.counterpunch.org/seattlediary.html
- TABB, William. *The Amoral Elephant*. Globalization and the Struggle for Social Justice in the Twenty-first Century. Nova York, Monthly Review Press, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. *Le spectre rode toujours*. Paris, Nautilus, 2002.

Capítulo III

- AMIN, Samir et al. *Otro mundo es posible*: Foro Social Mundial. Porto Alegre, 2001. Buenos Aires, Desde la gente, s.d.
- ASSUNÇÃO, Jefferson e MACHADO, Zaira. *O mundo das alternativas*: pequeno dicionário para uma globalização solidária. Porto Alegre, Veraz, 2001.
- GENRO, Tarso e outros. *Por uma nova esfera pública*. A experiência do orçamento participativo. Petrópolis, Vozes, 2000.

- PONT, Raul. *Democracia, participação e cidadania*. Porto Alegre, Palmarinca, 2000.
- _____ e Barcelos, Adair (orgs). *Porto Alegre uma cidade que conquista*. A terceira gestão do PT no governo municipal. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2000.
- SEOANE, José e TADDEI, Emilio (org.) *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- WHITAKER, Francisco. *Fórum Social Mundial: origem e objetivos*. Artigo originalmente publicado no *Correio da Cidadania* e disponível no site www.forumsocialmundial.org.br.

Capítulo IV

- ACHCAR, Gilbert. *The Clash of Barbarisms: Sept 11 and the Making of New World Disorder*. Nova York, Monthly Review Press, 2002.
- ALI, Tariq. *Confrontos de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- BELLO, Walden. *Deglobalization: New Ideas for Running the World's Economy*. Londres/Nova York, Zed Book, 2002.
- BENSAÏD, Daniel. *Résistances*. Paris, Fayard, 2001.
- _____. *Le nouvel internationalisme*. Paris, Textuel, 2003.
- _____. *Un monde à changer*. Paris, Textuel, 2003.
- BORON, Atilio. *Imperio & imperialismo: una lectura critica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires, Clacso, 2002.
- CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (coord). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis, Vozes/Clacso/LPP, 2002.
- CHANDLER, David. *From Kosovo to Kabul*. Human Rights and International Intervention. Londres, Pluto Press, 2002.
- CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. *Droit international et démocratie mondiale: les raisons d'un échec*. Paris, Textuel, 2002.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin? Por que tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo, Edunesp, 1999.
- CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

- _____ e BARSAMIAN, David. *Propaganda e consciência popular*. Bauru, Edusc, 2003.
- COCCO, Giuseppe e HOPSTEIN, Graziela. *As multidões e o império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- DÍAZ-SALAZAR, Rafael (ed.). *Justicia global*. Las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre. Barcelona, Icaria-Intermón Oxfam, 2002.
- FISHER, William e PONNIAH, Thomas (eds.) *Another World Is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum*. Nova York/Londres, Zed Book, 2003.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo, Geousp Labor, 1999.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Buenos Aires, Hierramienta, 2002.
- ISAAC, T. M. Thomas e FRANKE, Richard. *Local democracy and development*. Nova Delhi, LeftWord, 2000.
- JETIN, Bruno. *La taxe Tobin et la solidarité entre les nations*. Paris, Descartes et Cie, 2002.
- LOUÇÁ, Francisco e COSTA, Jorge. *A guerra infinita*. Lisboa, Afrontamento, 2003.
- LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Correa e CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- MADELEY, John. *O comércio da fome*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- NEGRI, Toni et al. *Contrapoder – una introducción*. Buenos Aires, De mano en mano, 2001.
- PATOMÄKI, Heikki; TEIVAINEN, Teivo e RÖNKKÖ, Mika. *Global Democracy Initiatives: The Art of Possible*. Helsinki, NIGD, 2002.
- PRASHAD, Vijay. *War Against the Planet*. Nova Delhi, LeftWord, 2002.
- PURKAYASTHA, Prabir e PRASHAD, Vijay. *Enron Blowout. Corporate Capitalism and Theft of the Global Commons*. Nova Delhi, LeftWord, 2002.
- RIKKILÄ, Leena e PATOMÄKI, Katarina Sehm (eds.). *From a Glo-*

- bal Market Place to Political Spaces: the North-South Dialogues Continues.* Helsinki, NIGD, 2002.
- ROY, Arundhati. *The Algebra of Infinite Justice.* Nova Delhi, Penguin Book, 2002.
- SADER, Emir. *A vingança da história.* São Paulo, Boitempo, 2003.
- TODD, Emmanuel. *Depois do império.* A decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- VV.AA. *Porto Alegre (Foro Social Mundial 2002): Una asamblea de la humanidad.* Barcelona, Inter Press Service/Instituto del Tercer Mundo/Icaria, 2002.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The empire of capital.* Nova Delhi, LeftWord Books, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. *El espinoso sujeto.* Buenos Aires, Paidós, 2001.
- _____. *Revolution at the Gates.* Londres, Verso, 2002.

Revistas

- Actuel Marx.* Paris
- Contretemps.* Paris
- Erre.* Roma
- Le Monde Diplomatique.* Paris
- Mientras Tanto.* Barcelona
- Monthly Review.* New York
- New Left Review.* London
- Observatorio Social de América Latina.* Buenos Aires
- Viento Sur.* Madrid

Sites

- ATTAC – <http://attac.org>
- CADTM – <http://users.skynet.be/cadtm>
- Common Dreams – <http://www.commondreams.org>
- Counter Punch – <http://www.counterpunch.org>
- Focus on the Global South – <http://www.focusweb.org>
- Fórum Social Mundial – <http://forumsocialmundial.org.br>
- Independent Media Center – <http://www.indymedia.org>
- Porto Alegre 2003 – <http://portoalegre2003.org>
- Rebelión – <http://www.rebellion.org>
- Znet – <http://www.zmag.org>



VERA Z. FABRÉCIA OSMANI

Convocatórias dos movimentos Sociais

As reuniões internacionais de movimentos sociais são uma das articulações mais abrangentes que têm ocorrido nos Fóruns Sociais Mundiais. Cada uma delas produziu uma declaração que teve um importante papel como referência para as lutas do movimento global.

Porto Alegre convoca para as mobilizações

2001 – I FSM

Forças sociais vindas do mundo inteiro nos reunimos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas, construímos juntos uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual que coloca o mercado e o dinheiro como a única medida do valor. Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações.

Somos parte de um movimento em crescimento a partir de Seattle. Desafiamos as elites e seus processos antidemocráticos representados

no Fórum Econômico de Davos. Viemos compartilhar nossas lutas, trocar experiências, fortalecer nossa solidariedade e manifestar nosso rechaço absoluto às políticas neoliberais da atual globalização.

Somos mulheres e homens, camponesas e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povos indígenas e negros, vindos do Sul e do Norte, que temos o compromisso de lutar pelos direitos dos povos, a liberdade, a segurança, o emprego e a educação. Somos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento e dos meios de comunicação de massa, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida pelas mãos das corporações transnacionais e das políticas antidemocráticas. A experiência da democracia participativa, como em Porto Alegre, mostra que alternativas concretas são possíveis. Reafirmamos a supremacia dos direitos humanos, ecológicos e sociais sobre as exigências dos capitais e dos investidores.

Ao mesmo tempo em que fortalecemos nosso movimento, resistimos à elite global com o objetivo de melhorar a igualdade, a justiça social, a democracia e a segurança para todos, sem nenhuma discriminação. Nossos métodos e alternativas constituem um forte contraponto às políticas destrutivas do neoliberalismo.

A globalização reforça um sistema sexista, excludente e patriarcal. Incrementa a feminização da pobreza e exacerba todas as formas de violência contra as mulheres. A igualdade entre homens e mulheres é uma dimensão central de nossa luta. Sem essa igualdade, outro mundo jamais seria possível.

A globalização neoliberal desata o racismo, continuidade do verdadeiro genocídio de séculos de escravidão e colonialismo, que destruíram as bases civilizatórias das populações negras da África. Chamamos todos os movimentos a se solidarizar com o povo africano dentro e fora do continente, na defesa de seus direitos a terra, cidadania, liberdade, igualdade e paz, por meio do resgate da dívida histórica e social. O tráfico de escravos e a escravidão são crimes contra a humanidade.

Expressamos especialmente nosso reconhecimento e nossa solidariedade aos povos indígenas em sua histórica luta contra o genocídio e o etnocídio e em defesa de seus direitos, recursos naturais, cultura, autonomia, terra e território.

A globalização neoliberal destrói o meio ambiente, a saúde e as condições de vida do povo. A atmosfera, a água, a terra e também os seres humanos são transformados em mercadorias. A vida e a saúde devem ser reconhecidos como direitos fundamentais e as decisões econômicas devem ser submetidas a esse princípio.

A dívida externa dos países do Sul já foi paga várias vezes. Injusta, ilegítima e fraudulenta, funciona como um instrumento de dominação, negando aos povos seus direitos fundamentais com o único fim de aumentar a usura internacional. Exigimos a anulação incondicional e a reparação das dívidas históricas, sociais e ecológicas, como passos imediatos para a solução definitiva das crises que a dívida externa provoca.

Os mercados financeiros extraem os recursos e a riqueza dos povos e sujeitam as economias nacionais à instabilidade dos especuladores. Reclamamos o fechamento dos paraísos fiscais e a introdução de impostos sobre as transações financeiras.

As privatizações transferem bens públicos e recursos às transnacionais. Opomo-nos a toda forma de privatização de recursos naturais e de bens públicos. Fazemos um chamado para proteger o acesso a eles para dar uma vida digna para todas e todos.

As corporações multinacionais organizam a produção mundial com desemprego em massa, baixos salários e trabalho não-qualificado e se recusam a reconhecer os direitos fundamentais dos trabalhadores, tal como foram definidos pela OIT. Reclamamos o reconhecimento genuíno dos direitos dos sindicatos a se organizar e negociar para conquistar novos direitos para os/as trabalhadores/as. Enquanto bens e capitais podem atravessar livremente as fronteiras, as restrições ao movimento da população exacerbam a exploração e a repressão. Exigimos o fim de tais restrições.

Demandamos um sistema de comércio justo que garanta pleno emprego, segurança alimentar, termos de troca eqüitativos e prosperidade local. O "livre comércio" não é tão livre assim. As regras do comércio global provocam a acumulação acelerada de riqueza e poder pelas corporações transnacionais, ao mesmo tempo que geram maior marginalização e empobrecimento de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras e empresas locais. Reclamamos dos governos que respeitem suas obrigações segundo os instrumentos internacionais sobre direitos humanos e os acordos ambientais multilaterais. Convocamos a apoiar as mobilizações contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma iniciativa que significa a recolonização da região e a destruição dos direitos humanos fundamentais sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O FMI, o Banco Mundial, os bancos regionais, a OMC, a OTAN e outras alianças militares são alguns dos agentes multilaterais da globalização transnacional. Exigimos o fim de sua interferência nas políticas nacionais. Essas instituições não têm legitimidade frente ao povo e vamos continuar protestando contra suas políticas.

A globalização neoliberal tem provocado a concentração da terra e promovido uma agricultura transnacionalizada, destrutiva em termos sociais e ambientais. Baseia-se na produção para a exportação que precisa de grandes plantações e da construção de represas – o que provoca a expulsão das pessoas de suas terras e a destruição de seus meios de vida, os quais devem ser restituídos. Demandamos uma reforma agrária democrática com o uso por parte do campesinato da terra, da água e das sementes. Promovemos processos agrícolas sustentáveis. As sementes e o material genético são patrimônio da humanidade. Exigimos a abolição do uso de transgênicos e patentes sobre a vida.

O militarismo e a globalização em mãos de corporações transnacionais se reforçam mutuamente para destruir as bases da democracia e da paz. Recusamo-nos firmemente a aceitar a guerra como caminho para resolver conflitos. Somos contra o armamentismo e o comércio de armas. Exigimos o fim da repressão e da criminalização dos protestos sociais. Condenamos a intervenção militar estrangeira em assuntos internos de nossos países. Exigimos o fim dos embargos e sanções que são utilizados como instrumentos de agressão e expressamos nossa solidariedade com os povos que sofrem suas conseqüências. Rechaçamos a intervenção militar norte-americana na América Latina por meio do Plano Colômbia.

Chamamos a reforçar nossa aliança sobre esses temas principais e a implementar ações comuns. Vamos seguir nos mobilizando em função deles até o próximo Fórum. Reconhecemos que contamos agora com uma melhor situação para desenvolver a luta por um mundo diferente, sem miséria, fome, discriminação ou violência; a favor de uma melhor qualidade de vida, com igualdade, respeito e paz.

Temos o compromisso de apoiar todas as lutas de nossa agenda coletiva que mobilizem a oposição ao neoliberalismo. Entre as prioridades para os próximos meses, vamos nos mobilizar globalmente contra:

- o Fórum Econômico Mundial em Cancún, México, em 26-27 de fevereiro;
- a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Buenos Aires, Argentina, em 6-7 de abril e em Quebec, Canadá, em 17-22 de abril;
- o Asian Development Bank, em maio em Honolulu;
- a cúpula do G-8 em Gênova, Itália, em 15-22 de julho;
- o FMI e o Banco Mundial, sua Assembléia anual em Washington DC, de 28 de setembro a 4 de outubro;
- a OMC, em 5-9 de novembro (Catar).

No dia 17 de abril, estaremos junto com a mobilização internacional contra as importações de produtos agrícolas baratos que geram *dumping* econômico e social e junto com a mobilização feminista em Gênova, contra a globalização. Apoiamos o chamado a um Dia Mundial de Ação contra a Dívida Externa, a se realizar este ano no dia 20 de julho, e a mobilização para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância (Durban, África do Sul, 31 de agosto a 7 de setembro de 2001).

Essas propostas formam parte das alternativas elaboradas pelos movimentos sociais do mundo todo. Baseiam-se no princípio de que os seres humanos e a vida não são mercadorias e no compromisso com o bem-estar e os direitos humanos de todos e todas.

Nossa participação no Fórum Social Mundial enriqueceu a compreensão de cada uma de nossas lutas e saímos fortalecidos. Chamamos todos os povos do mundo a se unirem a esta luta pela construção de um futuro melhor. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre é um caminho para a soberania de nossos povos e para um mundo justo.

Resistência ao neoliberalismo e militarismo: pela paz e justiça social *2002 – II FSM*

1. Em face da contínua deterioração das condições de vida do povo, nós, os movimentos sociais de todo o mundo, nos reunimos às dezenas de milhares no II Fórum Social em Porto Alegre. Estamos aqui apesar das tentativas de romper nossa solidariedade. Mais uma vez nos reunimos para continuar nossas lutas contra o neoliberalismo e a guerra, para confirmar os acordos do último Fórum e reafirmar que outro mundo é possível.

2. Somos diversificados – mulheres e homens, adultos e jovens, povos indígenas, rurais e urbanos, trabalhadores e desempregados, sem teto, idosos, estudantes, migrantes, profissionais, povos de todos os credos, cores e orientações sexuais. A expressão de nossa diversidade é nossa força e a base de nossa unidade. Somos um movimento global de solidariedade, unidos em nossa determinação de lutar contra a concentração de riqueza, a proliferação da pobreza e desigualdades, e a destruição de nossa terra. Estamos construindo uma aliança maior a partir de nossas lutas e resistência contra um sistema baseado no sexismo, racismo e violência, que privilegia os interesses do capital e do patriarcado sobre as necessidades e aspirações do povo.

3. Esse sistema produz um drama diário de mulheres, filhos e idosos que morrem de fome, de falta de assistência à saúde e de doenças evitáveis. Famílias são forçadas a deixar seus lares por causa das guerras, do impacto do “grande desenvolvimento”, da falta de terras e dos desastres ambientais, desemprego, ataques aos serviços públicos e a destruição de nossa solidariedade social.

4. O dia 11 de setembro marcou uma dramática alteração. Depois dos ataques terroristas, que condenamos absolutamente assim como condenamos todos os outros ataques a civis em outras partes do mundo, o governo dos Estados Unidos e seus aliados lançaram uma pesada operação militar. Em nome da “guerra ao terrorismo”, direitos políticos e civis estão sendo atacados em todo o mundo. A guerra contra o Afeganistão, em que se usaram métodos terroristas, estende-se agora a outras frentes. Assim vemos o início de uma guerra permanente para cimentar a dominação do governo dos Estados Unidos e de seus aliados. A guerra revela uma nova face do neoliberalismo, uma face brutal e inaceitável. O Islã está sendo demonizado, enquanto o racismo e a xenofobia são deliberadamente difundidos. Os meios de divulgação de massa estão assumindo parte ativa nessa campanha beligerante que divide o mundo entre “bons” e “maus”. A oposição à guerra está no âmago de nosso movimento.

5. A situação da guerra desestabilizou ainda mais o Oriente Médio, oferecendo um pretexto para mais repressão ao povo palestino. Uma tarefa urgente de nosso movimento é a mobilização da solidariedade ao povo da Palestina na sua luta pela autodeterminação no momento em que enfrentam a brutal ocupação pelo Estado de Israel. É uma tarefa vital para a segurança coletiva de todos os povos na região.

6. Outros acontecimentos confirmam a urgência de nossas lutas. Na Argentina, a crise econômica e financeira causada pelo ajuste estrutural imposto pelo FMI e pela dívida crescente precipitou uma crise social e política. Essa crise gerou protestos espontâneos das classes média e trabalhadora (cuja repressão causou numerosas mortes), queda de governos e novas alianças entre diferentes grupos sociais. Com a força dos “panelaços” e “piquetes”, mobilizações populares exigiram seus direitos básicos de alimentação, empregos e moradia. Rejeitamos a criminalização dos movimentos sociais na Argentina e os ataques contra os direitos e a liberdade democráticos. Condenamos também a ganância e a chantagem das empresas multinacionais apoiadas pelos governos dos países ricos.

7. O colapso da multinacional Enron é um exemplo da falência do cassino da economia e da corrupção de empresários e políticos, deixando os trabalhadores sem empregos e pensões. Nos países em de-

envolvimento essa multinacional se envolveu em atividades fraudulentas e seus projetos expulsaram pessoas de suas terras e levaram a violentos aumentos nos preços da água e da eletricidade.

8. O governo dos Estados Unidos, em seu esforço para proteger os interesses das grandes empresas, afastou-se arrogantemente das negociações sobre o aquecimento global, o tratado de mísseis antibalísticos, da Convenção sobre a Biodiversidade, da Conferência da ONU sobre o racismo e a intolerância e das conversações para reduzir a oferta de armas pequenas, provando mais uma vez que o unilateralismo dos Estados Unidos solapa todas as tentativas de encontrar soluções multilaterais para os problemas globais.

9. Em Gênova, o G-8 fracassou completamente na tarefa autoimposta de governo global. Diante da maciça mobilização e resistência, o grupo respondeu com violência e repressão, denunciando como criminosos os que ousavam protestar. Mas não conseguiram intimidar nosso movimento.

10. Tudo isso está ocorrendo no contexto de uma recessão global. O modelo econômico neoliberal está destruindo os direitos, condições de vida e meios de subsistência das pessoas. Ao usar todos os meios para proteger seu “valor por ação”, as companhias multinacionais demitem trabalhadores, cortam postos de trabalho e fecham fábricas, extraindo até o último dólar dos trabalhadores. Os governos, diante dessa crise econômica, respondem privatizando e cortando os gastos no setor social e reduzindo permanentemente os direitos dos trabalhadores. Essa recessão expõe o fato de que a promessa neoliberal de crescimento e prosperidade é uma mentira.

11. O movimento global pela justiça e solidariedade sociais enfrenta enormes desafios: sua luta pela paz e segurança coletiva implica o enfrentamento da pobreza, discriminações, dominações e a criação de uma sociedade sustentável alternativa. Os movimentos sociais condenam energicamente a violência e o militarismo como meio de solução de conflitos; a promoção de conflitos de baixa intensidade e de operações militares do Plano Colômbia como parte da iniciativa regional dos Andes, o plano Puebla Panama, o comércio de armas e o aumento dos orçamentos militares, os bloqueios econômicos contra povos e nações, movimentos sociais e ativistas. Apoiamos os sindicatos e as lutas do trabalhador do setor informal como essenciais para a manutenção das condições de trabalho e de vida, o autêntico direito de organização, de entrar em greve, de negociar acordos coletivos e de igualdade nos salários e nas condições de trabalho entre homens e mulheres. Rejeitamos a escravidão e a exploração de crianças. Apoiamos as lutas dos trabalhadores e dos sindicatos

contra a informalização e subcontratação do trabalho e as demissões, e exigimos novos direitos internacionais para os empregados de empresas multinacionais e suas filiadas, em particular o direito de se sindicalizar e espaço para negociação coletiva. Apoiamos também as lutas dos agricultores e das organizações populares pelo seu direito à subsistência, à terra, florestas e água.

12. As políticas neoliberais criam tremenda miséria e insegurança. Aumentaram dramaticamente o tráfico e a exploração sexual de mulheres e crianças. A pobreza e a insegurança criam milhões de migrantes que têm negados sua dignidade, sua liberdade e seus direitos. Exigimos, portanto, o direito de livre movimentação; o direito à integridade física e a condição legal de todos os migrantes. Apoiamos os direitos dos povos indígenas e o cumprimento do artigo 169 da OIT nas estruturas legais nacionais.

13. A dívida externa dos países do Sul já foi paga diversas vezes. A dívida ilegítima, injusta e fraudulenta funciona como instrumento de dominação, privando as pessoas de seus direitos humanos fundamentais com o único objetivo de aumentar a usura internacional. Exigimos o cancelamento incondicional da dívida e a reparação de dívidas históricas, sociais e ecológicas. Os países que exigem o repagamento das dívidas se engajaram na exploração dos recursos naturais e conhecimentos tradicionais do Sul.

14. Água, terra, alimentos, florestas, sementes, cultura e identidades nacionais são patrimônio da humanidade para as gerações atuais e futuras. É essencial preservar a biodiversidade. As pessoas têm direito a alimentação segura e permanente, livre de organismos geneticamente modificados. A soberania alimentar nos níveis local, regional e nacional é um direito humano básico; sob esse aspecto, reformas agrárias democráticas e o acesso dos camponeses à terra são requisitos fundamentais.

15. A reunião em Doha confirmou a ilegitimidade da OMC. A adoção da “agenda de desenvolvimento” só atende aos interesses das empresas. Ao lançar uma nova rodada, a OMC se aproxima de seu objetivo de converter tudo em mercadoria. Para nós, alimento, serviços públicos, agricultura, saúde e educação não devem estar à venda. Não se pode usar patentes como arma contra os países e povos pobres. Rejeitamos o patenteamento e o comércio de formas de vida. A agenda da OMC é perpetuada nos continentes por acordos regionais de livre comércio e investimentos. Ao organizar protestos como as grandes demonstrações e plebiscitos contra a ALCA, as pessoas rejeitaram esses acordos como representativos da recolonização e da destruição de direitos e valores sociais, econômicos, culturais e ambientais fundamentais.

16. Fortaleceremos nosso movimento por meio de ações e mobilizações comuns pela justiça social, pelo respeito aos direitos e liberdades, pela qualidade de vida, igualdade, dignidade e paz. Lutamos:

- pela democracia: as pessoas têm o direito de saber e criticar as decisões de seus governos, especialmente com relação a negociações com instituições internacionais. Os governos são os responsáveis últimos perante seus povos. Ainda que apoiemos o estabelecimento da democracia eleitoral e participativa em todo o mundo, enfatizamos a necessidade de democratização de estados e sociedades e da luta contra as ditaduras;

- pela abolição da dívida e reparações externas;
- contra as atividades especulativas: exigimos a criação de impostos tais como a Taxa Tobin e a abolição de paraísos fiscais;
- pelo direito à informação;
- pelos direitos da mulher de ser livre de violência, pobreza e exploração;

- contra a guerra e o militarismo, contra intervenções e bases militares no exterior e contra a escalada sistemática da violência. Preferimos privilegiar a negociação e a solução não-violenta de conflitos. Afirmamos o direito de todos a pedir mediação internacional, com a participação de atores independentes saídos da sociedade civil.

- pelos direitos dos jovens, seu acesso à educação pública gratuita e à autonomia social, e pela abolição do serviço militar obrigatório.

- pela autodeterminação de todos os povos, especialmente pelos direitos dos povos indígenas.

Nos próximos anos pretendemos organizar mobilizações coletivas. Em 2002:

- 8 de março: Dia Internacional da Mulher.
- 17 de abril: Dia Internacional da Luta Camponesa.
- 1º de maio: Dia do Trabalho.
- 7 de outubro: Dia Mundial dos Sem Teto.
- 12 de outubro: Grito dos Excluídos.
- 16 de outubro: Dia Mundial do Alimento.

Outras mobilizações globais terão lugar:

- 5 a 16 de março: Barcelona (Espanha), Cúpula da União Européia.
- 18 a 22 de março: Monterrey (México), Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento e Desenvolvimento.

- 17 a 18 de maio: Madrid (Espanha), Cúpula da América Latina, Caribe e Europa.

- 31 de maio: Dia Internacional de Ação contra o Militarismo e pela Paz.

- Fim de maio: “Quarta Reunião Preparatória da Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável”, Indonésia.
 - Junho: Roma (Itália), Cúpula Mundial sobre Alimentos.
 - 22 a 23 de junho: Cúpula da UE em Sevilha.
 - Julho: Campanha americana contra a Coca-Cola.
 - Setembro: Johannesburgo (África do Sul), Rio + 10.
 - Setembro: Copenhague, Reunião Ásia e Europa (ASEM).
 - Outubro: Quito (Equador), Fórum Social Continental “Uma Nova Integração é Possível”.
 - Novembro: Cuba, II Reunião Hemisférica contra a ALCA.
 - Dezembro: Copenhague (Dinamarca), Cúpula da UE.
- Em 2003:
- Abril: Buenos Aires (Argentina), Cúpula da ALCA.
 - Junho: Tessalônica, Cúpula da UE.
 - Junho: França, G-8

A OMC, o FMI e o Banco Mundial deverão se reunir em algum lugar, em alguma data, e estaremos lá!

Convocatória mundial dos movimentos sociais

2003 – III FSM

Estamos reunidos em Porto Alegre à sombra de uma crise global. As intenções beligerantes do governo dos Estados Unidos na sua determinação de lançar uma guerra contra o Iraque são uma grave ameaça para todos nós e uma manifestação dramática das ligações entre o militarismo e a dominação econômica.

Ao mesmo tempo, a globalização neoliberal por si própria está em crise: a ameaça de uma recessão global está sempre presente; escândalos de corrupção em corporações são notícias diárias e expõem a realidade do capitalismo.

As desigualdades sociais e econômicas estão crescendo, ameaçando as estruturas sociais e culturais de nossas sociedades, nossos direitos e nossas vidas.

Biodiversidade, ar, água, floresta, solo e mar são usados como mercadorias e estão à venda.

Tudo isso ameaça nosso futuro comum.

Nós nos opomos a isso!

PELO NOSSO FUTURO COMUM

Somos movimentos sociais que estamos lutando em todo o mundo contra a globalização neoliberal, a guerra, o racismo, as castas, o fanatismo religioso, a pobreza, o patriarcado e todas as formas de

discriminação e exclusão econômica, étnica, social, política, cultural e sexual. Lutamos por justiça social, cidadania, democracia participativa, direitos universais e pelo direito dos povos de decidirem seu próprio futuro.

Defendemos a paz e a cooperação mundiais, a sociedade sustentável, atendendo às necessidades de alimento, moradia, saúde, educação, informação, água, energia, transporte público e direitos humanos das pessoas.

Somos solidários/as com as mulheres engajadas contra a violência social e patriarcal. Apoiamos a luta de camponeses, trabalhadores, movimentos urbanos populares e todos aqueles que estão sendo ameaçados de serem privados de suas casas, de seus empregos, de suas terras e de seus direitos.

Temos sido milhões em inúmeras manifestações de rua dizendo que um outro mundo é possível

Isso nunca foi mais verdadeiro e mais urgente.

NÃO À GUERRA!

Os movimentos sociais são contra a militarização, o aumento de bases militares e a repressão de Estado que cria inúmeros refugiados e a criminalização dos movimentos sociais e de pessoas pobres.

Somos contra a guerra no Iraque, os ataques aos povos palestino, checheno e curdo, as guerras no Afeganistão, na Colômbia e na África e a crescente ameaça de guerra na Coreia. Nós nos opomos à agressão econômica e política contra a Venezuela e ao bloqueio político e econômico pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba. Somos contra todos os tipos de ações militares e econômicas projetadas para impor o modelo neoliberal e enfraquecer a soberania e a paz dos povos pelo mundo inteiro.

A guerra se tornou uma parte estrutural e permanente da dominação global, utilizando a força militar para controlar as pessoas e os recursos estratégicos, tais como o petróleo. O governo dos Estados Unidos e seus aliados estão impondo guerras como uma solução cada vez mais comum para seus conflitos. Nós também denunciaremos as tentativas deliberadas feitas pelos imperialistas de aumentar as tensões religiosas, étnicas, racistas, tribais, entre outras, e lutar pelo mundo todo perseguindo seus interesses egoístas. A maioria da opinião pública mundial se opõe à iminente guerra no Iraque. *Chamamos todos os movimentos sociais e forças progressivas a apoiar, participar e organizar protestos mundiais no dia 15 de fevereiro de 2003.* Esses protestos já estão planejados e coordenados por todos aqueles que se opõem à guerra em mais de 30 das maiores cidades do mundo.

DESCARRILAR A OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e uma proliferação de tratados de comércio regionais e bilaterais, tais como a Tratado Africano de Crescimento e Oportunidade (AGOA) e os tratados de livre comércio propostos na América Central, são utilizados por corporações multinacionais para promover seus próprios interesses, para dominar e controlar nossas economias e impor um modelo de desenvolvimento que empobrece nossas sociedades. Em nome da liberação do comércio qualquer aspecto da vida e da natureza está à venda e os direitos básicos das pessoas lhes são negados. Multinacionais agrárias tentam impor os transgênicos no mundo todo; pessoas que sofrem de AIDS e outras epidemias na África e outros locais não possuem acesso a medicamentos genéricos baratos. Além disso, países do Sul estão encurralados num ciclo de dívida sem fim, que os força a abrir seus mercados e exportar suas riquezas.

Neste ano, nossas campanhas contra os transgênicos, a ALCA e contra a liberação do comércio vão aumentar seu tamanho e a área atingida.

Faremos campanhas para interromper e reverter a liberalização da agricultura, da água, da energia, dos serviços públicos e dos investimentos e para reafirmar a soberania dos povos sobre suas sociedades, seus recursos, suas culturas, seu conhecimento e suas economias.

Somos solidários com os agricultores mexicanos que dizem “*el campo no aguanta mas*” (o campo não agüenta mais) e, no espírito de suas lutas, nos mobilizaremos localmente, nacionalmente e internacionalmente para deter a OMC e a ALCA. Apoiamos o movimento internacional que luta por soberania alimentar e contra os modelos agrícolas neoliberais de produção e distribuição de alimentos. *Vamos organizar protestos em massa pelo mundo todo durante o quinto encontro ministerial da OMC em Cancun, México, em setembro de 2003, e durante o encontro ministerial da ALCA em Miami, Estados Unidos, em outubro.*

CANCELAMENTO DA DÍVIDA

O cancelamento total e incondicional da dívida do Terceiro Mundo constitui um pré-requisito para o cumprimento dos direitos humanos mais básicos. Devemos apoiar qualquer país endividado que resolva interromper o pagamento de sua dívida externa e quebrar seus acordos com o FMI, especialmente os Programas de Ajuste Estruturais. Séculos de exploração dos povos do Terceiro Mundo, de seus recursos e de seu meio ambiente lhes dão o direito a compensa-

ções. Nós perguntamos: Quem pertence a quem? *Essas questões serão levantadas nas principais mobilizações que acontecerão em 2003: G-8 (Evian/Junho), OMC (Cancun/Setembro) e no encontro anual do FMI e do Banco Mundial (Washington/Setembro).*

OPOSIÇÃO AO G-8

Chamamos todos os movimentos sociais e forças progressistas a *fazer parte da mobilização para denunciar a ilegitimidade e também para rejeitar as políticas do G-8, que se reunirá em Evian, na França, de 1º a 3 de junho de 2003.* Esta mobilização também será organizada no mundo todo com uma reunião internacional em Evian que incluirá uma conferência alternativa, um acampamento alternativo e uma imensa demonstração internacional.

MULHERES: PROMOVEDO IGUALDADE

Somos parte das ações promovidas pelos movimentos das mulheres *no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher*, para lutar contra todas as formas de violência e patriarcalismo e por igualdades sociais e políticas.

SOLIDARIEDADE COM OS POVOS QUE LUTAM

Pedimos solidariedade a todos os movimentos, forças sociais e organizações ao redor do mundo para povos tais como o palestino, o venezuelano, o boliviano, o cubano (que luta contra o bloqueio norte-americano) e outros que estão enfrentando crises extremas e lutando contra a hegemonia imperialista neste exato momento.

NOSSA REDE INTERNACIONAL

No ano passado, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, adotamos uma declaração que define nossos objetivos, nossas lutas e as maneiras pelas quais construímos nossas alianças. O espírito desse texto ainda está vivo e irá inspirar nossas mobilizações futuras.

Desde então, o mundo tem mudado muito rapidamente e nós sentimos a necessidade de dar um novo passo nos nossos processos de tomada de decisões nas nossas coordenações e alianças: a necessidade de promover uma agenda ampla, radical, democrática, plural, internacionalista, feminista, antidiscriminatória e antiimperialista.

Nós agora queremos construir uma rede articulando nossas análises e nossos compromissos para nossas mobilizações. Isso requer a participação ativa de todos os movimentos, mantendo em mente que os movimentos sociais são independentes de governos e partidos políticos (como estabelecido na Carta de Princípios do FSM), e o res-

peito à sua autonomia. Essa rede seria reforçada por todos os diferentes atores sociais contribuindo e compartilhando suas experiências e práticas sociais concretas. Isso estaria de acordo com diferentes formas de expressão e de organização políticas dos movimentos sociais e com a diversidade de ideologias e culturas.

Nós sentimos a necessidade de construir uma rede de movimentos que dê respostas, flexível e sustentável, e, além disso, ampla e transparente. Suas responsabilidades seriam enriquecer e alimentar o processo, promover sua diversidade e assumir o grau necessário de coordenação. Os objetivos da rede serão melhorar o engajamento dos movimentos ao redor do mundo num debate político mais profundo para facilitar a ação comum e reforçar a iniciativa de atores concretos lutando por interesses sociais. Seu trabalho deverá ser horizontal e efetivo.

Para este fim, propomos construir um grupo de contato como um recurso e uma ferramenta para nossas mobilizações internacionais, incluindo preparar reuniões, promover debates e a democracia por meio da promoção de um *website* e de listas de discussão. Este grupo de contatos será estabelecido por um período de 6 a 12 meses e será organizado com base em experiências passadas dos que apoiaram a rede de movimentos sociais e populares baseados no Brasil.

Este acordo é transicional e criado para garantir continuidade. A principal tarefa deste grupo provisório é facilitar o debate, de modo que movimentos sociais ao redor do mundo definam procedimentos concretos para trabalhar juntos. É um processo em desenvolvimento. Uma primeira revisão do novo grupo de contrato será realizada em reuniões da rede de movimentos sociais durante mobilizações de massa contra a OMC em Cancun em setembro de 2003. Uma segunda revisão, novamente em assembléias da rede de movimentos sociais, ocorrerá durante o FSM que se espera que aconteça na Índia em 2004.

Entre outras coisas, as revisões irão considerar a efetividade da coordenação e buscar novos meios para melhorá-la. Irão, também, considerar como proceder de um ano para outro, e como incluir movimentos nacionais e regionais e campanhas temáticas. Enquanto isso, necessitamos de um grande debate entre organizações, campanhas e redes para articular as propostas por uma estrutura mais permanente e representativa.

Nos próximos meses teremos muitas ocasiões para experimentar, melhorar e construir este processo por meio de nossas campanhas e mobilizações.

Porto Alegre, Brasil, 27 de janeiro de 2003



Cronologia

Década de 1980: início da implementação das políticas neoliberais pelos governos de Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos).

Novembro de 1989: Queda do Muro de Berlim.

1991: Fim da URSS e formação da Comunidade de Estados Independentes.

1991/1992: Desintegração da Iugoslávia; Guerra dos Balcãs.

Janeiro/fevereiro de 1991: Primeira Guerra do Golfo contra o Iraque.

Janeiro de 1994: Levante popular organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional em Chiapas, México.

1994: Genocídio em Ruanda deixa 500 mil mortos.

27 de julho a 3 de agosto de 1996: I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo – Chiapas, México.

1997

Janeiro: Início da difusão dos primeiros esboços do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI).

14 de abril a 14 de junho: Realização da primeira Marcha Européia contra a precariedade e as exclusões, que termina em Amsterdã, Holanda, com aproximadamente 50 mil pessoas.

15 de maio: Formação da Aliança Social Continental na reunião da III Cúpula Sindical paralela à reunião ministerial da ALCA em Belo Horizonte, Brasil.

26 de junho a 3 de agosto: Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo em Barcelona, Espanha. Surge a proposta da Ação Global dos Povos, formada em fevereiro de 1998.

Setembro: Eclode a crise financeira na Ásia.

Outubro: Formação do Jubileu 2000, constituído por organizações cristãs e sociais que reivindicam o cancelamento da dívida externa.

1998

12 de fevereiro: Lançamento da campanha coordenada contra o Acordo Multilateral de Investimentos ao mesmo tempo que a OCDE oficializa publicamente a proposta do Acordo.

15 a 18 de abril: Realização da Cúpula dos Povos das Américas em paralelo à II Cúpula Presidencial das Américas, no âmbito das atividades da Aliança Social Continental.

27 de abril: Protesto contra a reunião da OCDE que trataria das negociações sobre o AMI em Paris, França. A partir daí a OCDE decide a aprovação da AMI.

16 a 18 de maio: Protestos e mobilizações por ocasião do II Encontro Anual do G-8 em Birmingham, Inglaterra, e do II Encontro Ministerial da OMC realizado em Genebra, Suíça.

3 de julho: Formação do ATTAC, em Paris, França.

29 a 20 de junho: I Encontro da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e do Conselho Consultivo Laboral Andino.

Outubro: Durante todo o mês são realizados protestos contra o AMI em diversos países. A OCDE terminou suspendendo as negociações sobre o acordo.

1999

27 a 31 de janeiro: Realização, em Zurique, Suíça, do encontro internacional “O outro Davos”, simultaneamente à reunião do Fórum Econômico Mundial.

Junho: Início dos bombardeios da OTAN a Kosovo.

18 de junho: Ocorrem protestos em vários centros financeiros do mundo.

24 a 26 de junho: Encontro Internacional “Um outro mundo possível”, em Paris. Foi organizado por ATTAC, CADTM, Fórum Mundial das Alternativas, entre outros.

12 de outubro: Primeiro Grito dos Excluídos Latino-Americano. Foi realizado sob o lema “Por Trabalho, Justiça e Vida”.

18 a 21 de novembro: Realização do Encontro Internacional pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo e da Cúpula Sul-Sul sobre a Dívida, em Johannesburgo, África do Sul.

30 de novembro: Milhares de pessoas protestam em Seattle contra a Rodada do Milênio da OMC, interrompendo as negociações no segundo dia da cúpula.

2000

29 de janeiro: Protestos em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça.

12 de fevereiro: Protestos e mobilizações em Bangcoc, Tailândia, por ocasião da 10ª Cúpula da UNCTAD.

8 de março: Início da Marcha Mundial de Mulheres 2000. Foram promovidas diversas atividades até o dia 17 de outubro, quando a marcha terminou com uma mobilização em frente à ONU.

16 de abril: Protestos e mobilizações em Washington, Estados Unidos, em oposição à reunião do Fundo Monetário Internacional.

1º de março: Mobilizações em todo o mundo pelo Dia Internacional do Trabalho, considerado o IV dia de Ação Global.

6 a 8 de maio: Milhares de ativistas protestam em Chiang Mai, Tailândia, em oposição à reunião anual do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).

4 de junho: Protestos em Windsor, Canadá, contra a reunião da Organização dos Estados Americanos.

12 a 15 de junho: Manifestação dos *tutte bianche* em Bolonha, Itália, por ocasião da reunião da OCDE.

22 a 25 de junho: Realização da Cúpula Alternativa à II Cúpula Social organizada pelas Nações Unidas em Genebra, Suíça.

30 de junho a 1º de julho: 30 mil pessoas mobilizam-se contra os processos de José Bové e de outros militantes da confederação de Millau, França, e acontece um Encontro Internacional contra a Mundialização Financeira.

21 a 23 de junho: Diversas manifestações foram realizadas em Okinawa, Japão, durante a reunião do G-7, reivindicando a anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo e a retirada das bases militares norte-americanas do Japão.

31 de julho a 3 de agosto: Cerca de 20 mil pessoas protestam durante convenção do Partido Republicano na Filadélfia, Estados Unidos, pelo direito ao aborto, contra a pena de morte, a brutalidade policial, a destruição do meio ambiente e a ocupação de Vieques. Participaram desta mobilização militantes da Organização Nacional para a Mulher (NOW) e do Black Bloc.

30 de agosto: Realização da II Reunião da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e do Conselho Consultivo Laboral Andino (CCLA) simultânea à Cúpula de Presidentes da América Latina em Brasília, Brasil.

6 de setembro: Realização da III Conferência Internacional da Via Campesina em Bangalore, Índia.

8 de setembro: Realizados protestos durante o Encontro do Milênio das Nações Unidas.

11 a 13 de setembro: Protestos em Melbourne, Austrália, contra o Fórum Econômico Mundial. Parte das delegações foi impedida de entrar na sede, que estava cercada por cerca de 30 mil manifestantes.

26 de setembro: Quinto Dia de Ação Global, por ocasião da reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Praga, República Checa. Mais de 15 mil pessoas participaram das manifestações, o que levou ao término antecipado da reunião. Foram feitas manifestações em mais de 40 países.

14 a 17 de outubro: Culminação da Marcha Mundial de Mulheres.

5 e 6 de dezembro: Mobilização e protestos em Nice, França, diante da Cúpula da União Européia.

12 a 17 de dezembro: Encontro Internacional Dacar 2000: das Resistências às Alternativas, com objetivos de anulação da dívida e abandono dos programas de ajuste no Terceiro Mundo.

2001

25 a 30 de janeiro: Realização do I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil.

26 e 27 de fevereiro: Protestos organizados pela F26, pela Aliança Social Continental e pela Coordenação de Desobediência Civil, entre outras organizações.

Janeiro: Levante indígena e popular no Equador.

15 a 17 de março: Manifestação de mais de 40 mil pessoas em Nápoles, Itália, em oposição ao terceiro encontro do Global Fórum sobre o tema da transformação do Estado e sobre a *e-governance*.

5 e 6 de abril: Mais de 12 mil manifestantes se reúnem em Buenos Aires contra a reunião da ALCA.

Abril: Milhares de pessoas se manifestam em Quebec, Canadá, contra a Cúpula das Américas, encontro dos presidentes das Américas, e são fortemente reprimidas. Também é realizada a Segunda Cúpula dos Povos das Américas.

22 a 25 de junho: Realização do Fórum Social Barcelona, que ocorreria simultaneamente à reunião do Banco Mundial, que foi cancelada.

Junho: Mais de 20 mil ativistas protestam por ocasião da reunião dos chefes de Estado da União Européia e da visita do presidente dos Estados Unidos George W. Bush à cúpula de Gotemburgo, Suécia.

Julho: Três dias de protestos contra a reunião do G-8 em Gênova, Itália. Os manifestantes foram violentamente reprimidos. Um manifestante, Carlo Giuliani, foi assassinado pela polícia italiana.

31 de agosto a 7 de setembro: Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância, realizada em Durban, África do Sul.

11 de setembro: Atentado terrorista às Torres Gêmeas e ao Pentágono.

28 de setembro a 4 de outubro: Manifestação em Washington, Estados Unidos, por ocasião da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

9 a 14 de novembro: IV Conferência Ministerial da OMC realizada em Doha, Catar. O local da conferência dificultou as manifestações.

14 e 15 de dezembro: protesto de 25 mil pessoas durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Européia de Laeken em Bruxelas, Bélgica. Participaram da organização das manifestações a Confederação Européia de Sindicatos, a ATTAC e a rede D-14, entre outros.

2002

25 a 27 de janeiro: I Fórum Social Pan-Amazônico em Belém, Pará.

31 de janeiro a 5 de fevereiro: II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil.

Fevereiro de 2002: Protestos em Nova York contra o Fórum Econômico de Davos e o FMI.

15 e 16 de março: Realização de manifestações, oficinas e seminários organizados pela Campanha contra a Europa do Capital e da Guer-

ra, em Barcelona, Espanha, por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Européia

18 a 22 de março: Fórum Global realizado em Monterrey, México, em oposição à Conferência Internacional sobre Financiamento e Desenvolvimento no marco da Organização das Nações Unidas.

19 a 22 de abril: Reunião e manifestação em Washington DC, Estados Unidos, dos movimentos contra a globalização capitalista, contra a guerra, pela solidariedade à Palestina, junta os movimentos contra o corte de gastos estatais e a perda de liberdades civis. Foi realizada, no dia 20, uma grande marcha em Washington com aproximadamente 200 mil manifestantes.

17 e 18 de maio: Manifestações em Madri, Espanha, por ocasião da II Cúpula União Européia – América Latina e Caribe. No período de 13 a 19 de maio foi realizado também o I Fórum Social Transatlântico.

21 e 22 junho: Realização do Fórum Social Sevilha em oposição à reunião de chefes de Estado e de governo da União Européia em Sevilha, Espanha.

22 a 25 de agosto: Fórum Social Temático Argentina, Buenos Aires.

27 de outubro a 1º de novembro: Campanha contra a ALCA e Jornada Continental de Resistência contra a ALCA, em Quito, Equador.

6 a 10 de novembro: I Fórum Social Europeu, em Florença, Itália.

27 a 30 de dezembro: Fórum Social Temático Palestina realizado em Ramallah, Palestina.

2003

2 a 7 de janeiro: Fórum Social Asiático realizado em Hyderabad, Índia.

5 a 9 de janeiro: II Fórum Social Africano realizado em Adis-Abeba, Etiópia.

16 a 19 de janeiro: II Fórum Social Pan-Amazônico, em Belém, Brasil.

23 a 28 de janeiro: III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil

15 de fevereiro: Manifestação internacional contra a guerra.

20 de março: Início do ataque dos Estados Unidos ao Iraque.



Organizações e entidades envolvidas no movimento global

50 YEARS IS ENOUGH!

Coalizão de 200 organizações norte-americanas que lutam para a transformação do FMI e do Banco Mundial. Suas demandas foram formuladas após uma consulta de 15 meses com representantes de organizações de 13 países da Ásia, da África, da América Latina e do Caribe.

Contato: 50years@50years.org

Site: www.50years.org

ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS

Criada em 1991 como representação coletiva das ONGs junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil. Tem como objetivo principal promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista e na

expansão dos direitos sociais e da democracia. Atualmente tem 251 associadas.

Contato: abong@uol.com.br

Site: www.abong.org.br

**AFL-CIO – AMERICAN FEDERATION OF
LABOR-CONGRESS OF INDUSTRIAL ORGANIZATIONS**

Principal federação sindical dos Estados Unidos, conta com 65 sindicatos nacionais e internacionais, representando atualmente 13 milhões de associados.

Contato: feedback@aflcio.org

Site: www.aflcio.org/home.htm

AIDC – ALTERNATIVE INFORMATION ON DEVELOPMENT CENTER

ONG que trabalha no contexto da globalização junto com organizações populares e movimentos sociais da África do Sul e região, buscando justiça econômica e transformação social. Principais áreas de atuação: dívida externa, comércio internacional, finanças e políticas macroeconômicas.

Contato: aidc@iafrica.com

Site: <http://aidc.org.za>

ALAI – AGENCIA LATINOAMERICANA DE INFORMACIÓN

Órgão voltado para a democratização da comunicação, a vigência dos direitos humanos e a participação dos movimentos sociais no desenvolvimento da América Latina.

Contato: info@alainet.org

Site: www.alainet.org

ALTERNATIVE INFORMATION CENTER

Organização palestino-israelense que trabalha com divulgação de informação, pesquisa e análise política das duas sociedades, assim como sobre o conflito Israel-Palestina. Promove a cooperação entre palestinos e israelenses baseada nos valores de justiça social, solidariedade e envolvimento comunitário.

Contato: sergio@alt-info.org

Site: www.alternativenews.org

ALTERNATIVES

Organização que visa a solidariedade, a justiça e a igualdade entre indivíduos e comunidades do Norte e do Sul. Está presente em mais

de 35 países. Apóia iniciativas de movimentos comunitários pelo respeito aos direitos econômicos, sociais e políticos.

Contato: alternatives@alternatives.ca

Site: www.alternatives.ca

AMIGOS DA TERRA

Rede fundada em 1971 por quatro organizações de França, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos, atualmente está presente em 68 países. Seu objetivo é proteger o meio ambiente e estabelecer sociedades sustentáveis, além de promover campanhas sobre temas candentes como energia nuclear e pesca de baleias.

Contato: foe@foe.org

Site: www.foei.org

ANISTIA INTERNACIONAL

Movimento mundial independente de governos, ideologia política, interesses econômicos ou religiosos, que visa o reconhecimento internacional dos direitos humanos. Possui 1,5 milhão de membros em 150 países.

Contato: AMasci@amnesty.org

Site: www.amnesty.org

APC – ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS COMUNICAÇÕES

Oficialmente fundada em 1990, com o intuito de conectar organizações da sociedade civil com os mesmos objetivos mas que não se comunicavam. Estabeleceu-se como rede internacional que dá assistência e colabora para o *empoderamento* de grupos e particulares que trabalham por paz, direitos humanos, desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

Contato: webeditor@apc.org

Site: www.apc.org

ARAB NGO NETWORK FOR DEVELOPMENT

Rede ativa nos campos de desenvolvimento social, direitos humanos, gênero e meio ambiente, presente em 12 países árabes. Seu objetivo é *empoderar* a sociedade árabe e fortalecer os conceitos de democracia, sociedade civil, desenvolvimento humano sustentável e justiça social, baseados na solidariedade e na cooperação e em oposição à violência.

Contato: annd@cyberia.net.lb

Site: www.annd.org

ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCO SUR

Formada a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing +5) por organizações do Uruguai, Brasil, Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru, em setembro de 2000. Visa fortalecer os espaços de articulação entre os movimentos sociais e incidir, a partir da presença feminista nestas áreas, sobre toda a sociedade.

Contato: mujeresdelsur@mujersur.org.uy

Site: www.mujeresdelsur.org.uy

ASC – ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL

Fórum de organizações e movimentos sociais progressistas das Américas, criado em 1999 com o objetivo de intercambiar informações, definir estratégias e promover ações conjuntas para um desenvolvimento alternativo e democrático.

Contato: sri_cut@uol.com.br

Site: www.asc-hsa.org

ATTAC – ASSOCIAÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO DAS

TRANSAÇÕES FINANCEIRAS EM APOIO AOS CIDADÃOS

Fundada em junho 1998 na França, luta pela implementação de impostos sobre todas as transações financeiras, contra os paraísos fiscais e as políticas anti-sociais de organismos como FMI, Banco Mundial, OMC e OCDE, pela desmistificação dos fundos de pensão e pela criação de novos instrumentos de regulação e de controle das finanças no plano nacional e internacional. Atualmente está em 31 países da Europa, da África e da América Latina.

Contato: attacbr@portoalegre2003.org

Site: www.attac.org

CADTM – COMITÊ PELA ANULAÇÃO DA DÍVIDA

DO TERCEIRO MUNDO

Fundado em 1990 na Bélgica, está presente em diversos países da África e da Europa. Combina análises sobre o problema da dívida e mobilizações cidadãs, coordenando movimentos nacionais que trabalham o tema da dívida externa. Impulsiona a campanha “Abolir a dívida para liberar o desenvolvimento”.

Contato: cadtm@skynet.be

Site: <http://users.skynet.be/cadtm>

CARITAS INTERNACIONALIS

A primeira Caritas nasceu em Friburgo, Alemanha, em 1897. Em dezembro de 1951 formou-se a Assembléia-Geral constituinte da

Caritas Internationalis. Atualmente é uma confederação de 154 organizações católicas de assistência, desenvolvimento e serviço social, que trabalha na construção de um mundo melhor para os pobres e oprimidos.

Contato: caritas.internationalis@caritas.va

Site: www.caritas.org

CBJP – COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ

A CBJP tem como origem a Comissão criada em Roma após o Concílio Vaticano II. Em 1967 Paulo VI criou a “Comissão Pontifícia Justiça e Paz”, com representantes de todos os continentes. Em outubro de 1969 foi instalada a Comissão no Brasil, que teria como norte a concretização de princípios enunciados na encíclica *Populorum progressio*.

Contato: intercom@cidadanet.org.br

Site: www.cbjp.org.br

CEAAL – CONSELHO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA AMÉRICA LATINA

Criado em 1982, conta com 195 organizações em 21 países de América Latina e Caribe, desenvolvendo ações que privilegiam as temáticas de Educação Popular entre Mulheres, Educação e Poder Local, Educação para a Paz e para os Direitos Humanos, Alfabetização e Educação Básica.

Contato: ceaal@laneta.apc.org

Site: www.ceaal.org

CTA – Central dos Trabalhadores Argentinos

Central sindical criada em novembro de 1992, está fundamentada na afiliação direta, na democracia plena e na autonomia política. Tem como objetivo instrumentalizar um novo modelo sindical que contribua para mudar a sociedade argentina.

Contato: cta@rcc.com.ar

Site: www.cta.org.ar

CES – CONFEDERAÇÃO EUROPÉIA DE SINDICATOS

Criada em 1973 com o intuito de oferecer um contrapeso às forças econômicas da integração européia. Depois das mudanças da Europa do Leste, um número grande de novos sindicatos se uniu à central. Atualmente tem 78 centrais nacionais de 34 países europeus, com um total de 60 milhões de membros.

Contato: etuc@etuc.org

Site: www.etuc.org

CIDSE – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA
O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Estabelecida em 1967, a CIDSE surgiu no Congresso Eucarístico de Munique e coordena agências de financiamento católicas, que trabalham em campanhas e apóiam iniciativas para o desenvolvimento de países do Sul.

Contato: postmaster@cidse.org

Site: www.cidse.org

CIVES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
EMPRESÁRIOS PELA CIDADANIA

Surgida no final da década de 1980 a partir de um grupo de empresários comprometidos com a questão social no Brasil, tem como objetivos principais incentivar e promover a participação dos empresários na política; estabelecer uma ponte entre os partidos progressistas, especialmente o PT, e a classe empresarial; promover uma relação democrática, participativa e transparente entre Estado e sociedade; e construir e promover uma nova ética na relação entre capital e trabalho.

Contato: cives@cives.com.br

Site: www.cives.org.br

CLACSO

Fundada em 1967 por cientistas sociais latino-americanos, é uma rede que agrupa cerca de 5 mil pesquisadores espalhados em 122 centros membros na América Latina e no Caribe. Tem o objetivo de promover pesquisa, discussão e difusão acadêmica em diversos campos das ciências sociais.

Contato: clacso@clacso.edu.ar

Site: www.clacso.org

CLC – CANADIAN LABOUR CONGRESS

Coletivo de sindicatos do Canadá representando 2,5 milhões de trabalhadores organizados no país.

Contato: sbenedict@clc-ctc.ca

Site: www.clc-ctc.ca

CMT – CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO

Criada em 1920 com o nome de Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos, se inspirou nos valores do humanismo cristão. Nos últimos anos, a CMT adotou uma postura crítica ao neoliberalismo, defendendo um desenvolvimento social que vá

além do respeito dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e da eliminação da pobreza, defendendo um papel de regulação do Estado e a distribuição equitativa dos bens e meios de produção.

Contato: info@cmt-wcl.org

Site: www.cmt-wcl.org

CONAIE – CONFEDERAÇÃO DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DO EQUADOR

Organização autônoma que luta pelos direitos dos povos indígenas do Equador de construir um Estado plurinacional. Também luta pelos direitos específicos das comunidades e contra políticas governamentais contrárias aos direitos dos povos indígenas.

Contato: info@conaie.org

Site: http://conaie.org

CONGRESSO NACIONAL INDÍGENA DO MÉXICO

Espaço de participação ativa das autoridades, comunidades, povos e organizações indígenas que tem como objetivo a busca de uma nova relação com o Estado mexicano e com a sociedade nacional para construir uma paz com justiça e dignidade.

Contato: ceatl@laneta.apc.org

Site: www.laneta.apc.org/cni/

COORDENADORA DE CENTRAIS SINDICAIS DO CONE SUL

Criada em Buenos Aires, em 1986, coordena e articula centrais do Cone Sul. Seus primeiros objetivos eram defender a democracia e os direitos humanos, lutar contra os regimes autoritários que ainda subsistiam na região (Chile e Paraguai) e articular uma ação conjunta contra a dívida externa e seus efeitos sobre as economias dos países do Cone Sul. Em 1990, passa a acompanhar o processo de integração do Mercosul.

Contato: eduardof@aebu.org.uy

Site: www.sindicatomercosul.com.br

CORPWATCH

Baseada em São Francisco, Estados Unidos, trabalha a educação e a mobilização por uma globalização voltada para os direitos humanos e a justiça ambiental. Teve um importante papel na pressão contra a Nike e nos protestos de Seattle.

Contato: corpwatch@corpwatch.org

Site: www.corpwatch.org

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Fundada em agosto de 1983, foi fruto de um amplo movimento de luta pela democracia e pela cidadania pelos trabalhadores brasileiros. Surgiu a partir da oposição à prática e à estrutura sindical corporativa e assistencialista e se caracterizou pela busca de novas formas de relação e participação dos trabalhadores no cotidiano dos sindicatos.

Contato: sri-cut@uol.com.br

Site: www.cut.org.br

ENDA

Fundada em 1972, em Dacar, como um programa conjunto do Programa das Nações Unidas, do Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e de Planificação e da Organização Suédoise para o Desenvolvimento Internacional. A partir de 1978 a ENDA se constituiu como organização internacional composta por entidades autônomas e uma secretaria executiva responsável pela coordenação de seu trabalho.

Contato: taoufik@enda.sn

Site: www.enda.sn

FIDH – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Criada em 1922, foi perseguida pelo nazismo e teve um papel de destaque na elaboração da Declaração dos Direitos Humanos. Atualmente é uma rede integrada por 115 organizações de direitos humanos de 90 países.

Contato: rsanchez@fidh.org

Site: www.fidh.org

FOCUS ON THE GLOBAL SOUTH

Dedica-se ao estudo do impacto da globalização neoliberal na região da Ásia-Pacífico. Suas propostas são marcadas pelas idéias de desglobalização e subsidiariedade e a formação de sistemas de economias locais centrados nas necessidades básicas dos mais pobres. Assessora projetos de desenvolvimento local na Tailândia, nas Filipinas, na Índia e em Bangladesh e impulsiona programas regionais sobre democracia e desenvolvimento, respostas culturais à globalização e modelos de uma nova industrialização. Especializou-se também na análise de instituições internacionais.

Contato: admin@focusweb.org

Site: http://focusweb.org

FORUM MONDIAL DES ALTERNATIVES

Criado em 1997 em Lovaine, na Bélgica, agrupa as organizações CETRI (Bélgica), Foro do Terceiro Mundo (Senegal), FUNDE (El Salvador), Focus on the Global South (Tailândia), Alternatives (Canadá), CEDETIM (França) e Punto Rosso (Itália). A rede tem como objetivos pensar alternativas à globalização numa perspectiva pós-capitalista e fazer um inventário analítico dos movimentos sociais do Sul. Publica as revistas *Alternatives Sud* e o anuário “O mundo visto por seus povos”.

Contato: ftm@syfed.refer.sn;

Site: www.alternatives-action.org/fma

GREENPEACE

Constituiu-se internacionalmente em 1978. Seu método de ação consiste na ação direta e em campanhas, mas também se dedica à elaboração de informes, à pressão política e às pesquisas de meios de energias alternativos. Atualmente presente em 40 países, tem aumentado sua atuação nas questões ecológicas Norte-Sul.

Contato: greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org

Site: www.greepeace.org.br

GRITO DOS EXCLUÍDOS

Nasceu no Brasil em 1995 como continuidade da Campanha da Fraternidade. Inicialmente era organizado pelas pastorais sociais, mas aos poucos movimentos sociais, sindicatos e ONGs juntaram-se ao processo. Expandiu-se para a América Latina em 1999 e para as Américas em 2000. O Grito demanda reforma agrária, mudanças nas políticas econômicas, demarcação e proteção das terras indígenas, respeito ao meio ambiente, fim da dependência e cancelamento das dívidas externas.

Contato: gritoexcluidos@uol.com.br

Site: www.movimientos.org

HABITAT INTERNATIONAL COALITION

Movimento internacional que congrega 400 organizações e indivíduos que trabalham na área de assentamentos humanos. Seus objetivos são o reconhecimento e a defesa de um ambiente digno e pacífico para viver e do direito humano à habitação.

Contato: pad48@padovanet.it

Site: www.hic-mena.org

IBASE

Fundado em 1982 por Herbert de Souza, é um instituto voltado para análises e pesquisas sobre a realidade brasileira. Tem como objetivos dar visibilidade à demanda de setores pobres e excluídos; desenvolver ações que permitam incidir em políticas públicas para priorizar a equidade e o desenvolvimento humano; valorizar e fortalecer a participação cidadã dos pobres; e lutar pela erradicação da pobreza.

Contato: ibase@ibase.br

Site: www.ibase.br

ICAE – CONSELHO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Estabelecido em 1973, é uma associação de educandos, educadores de adultos e de organizações que promovem o uso da aprendizagem de adultos como ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a participação cidadã.

Contato: icae@icae.ca

Site: www.web.net/icae

IFG – INTERNATIONAL FORUM ON GLOBALIZATION

Aliança formada por ativistas, estudantes, economistas, pesquisadores e escritores, presente em 25 países, com o objetivo de estimular um novo pensamento, atividades conjuntas e educação como resposta à globalização econômica.

Contato: ifg@ifg.org

Site: www.ifg.org

IPS – INTER PRESS SERVICE

Fundada em 1964, é uma associação de jornalistas e profissionais de comunicação que atua como agência de notícias e desenvolve um sistema de comunicação intercultural. Promove a participação democrática nas esferas social, política e econômica, e o pleno envolvimento dos países do Sul na definição de políticas internacionais e no *empoderamento* das mulheres no desenvolvimento.

Contato: kosi@ips.org

Site: www.ips.org

JOBS WITH JUSTICE

Criado em 1987 com a missão de melhorar o nível de vida dos trabalhadores, lutar pela segurança do trabalho e proteger o direito dos trabalhadores de formar sindicatos. Para o JwJ, as lutas

pelos direitos dos trabalhadores devem acontecer no âmbito de uma campanha ampla por justiça social e econômica.

Contato: info@jwj.org

Site: www.jwj.org

JUBILEU SUL

Formado por movimentos sociais dos três continentes do Sul, no primeiro encontro do Jubileu Sul em Gauteng, África do Sul, em novembro de 1999. Estiveram presentes mais de 130 delegados de 33 países que representavam as campanhas nacionais e regionais pelo cancelamento da dívida. Compartilham a idéia do “Novo Começo” simbolizado pelo Jubileu no que se refere a sua luta contra o neoliberalismo e a dívida.

Contato: keeneba@wamani.apc.org

Site: www.jubileesouth.org

KCTU – KOREAN CONFEDERATION OF TRADE UNIONS

Criada em 1990 tendo como base inicial os trabalhadores industriais. É a maior confederação de sindicatos da Coreia.

Contato: inter@kctu.org

Site: www.kctu.org

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

Criada em 1971 por um grupo de jovens médicos e jornalistas que trabalharam como voluntários em Biafra e na Nigéria no final dos anos 1960. Seu primeiro objetivo foi levar cuidados de saúde para quem mais precisa. No ano seguinte, MSF fez sua primeira intervenção, na Nicarágua, após um terremoto que devastou o país. Atualmente, mais de 10 mil profissionais trabalham na organização em cerca de 90 países.

Site: www.msf.org

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Fundado em 1984, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se organizou nacionalmente e promoveu, em 1985, o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. Visa construir uma sociedade sem exploradores, em que o trabalho tem supremacia sobre o capital; ter a terra como bem de todos, a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, renda e riquezas; buscar justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; combater todas as

formas de discriminação social; e buscar a participação igualitária da mulher.

Contato: srimst@uol.com.br

Site: www.mst.org.br

NARMADA

Friends of the River Narmada (Amigos do Rio Narmada) é uma coalizão de indivíduos e organizações envolvidos na luta contra a construção de grandes barragens no rio Narmada (Índia), mas também empenhados na luta global pela justiça social e pelo meio ambiente.

Contato: subbu@narmada.org

Site: www.narmada.org

NIGD – NETWORK INSTITUTE FOR GLOBAL DEMOCRATIZATION

Think-tank fundado em 1997 na Finlândia, pretende promover a democratização em nível global por meio da produção e do desenvolvimento do conhecimento emancipatório. Enfatiza o diálogo entre culturas, considerado tanto fundamento filosófico como base de propostas concretas. Os projetos da NIGD são normalmente com parceiros do Sul.

Contato: katarina@nigd.u-net.com

Site: www.nigd.u-net.com

NORTH-SOUTH CENTRE

Estabelecido em 1989 pelo Conselho Europeu com o objetivo de encorajar a cooperação e solidariedade entre Norte e Sul, visando a melhoria na educação e na informação.

Contato: Fifi.BENABOUD@coe.int

Site: http://www.coe.int/T/E/North-South_Centre

OCLAE – ORGANIZAÇÃO CONTINENTAL

LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE ESTUDANTES

A OCLAE surge no bojo de diversas manifestações estudantis do início do século XX. A organização tem como objetivos promover e desenvolver a solidariedade entre os estudantes latino-americanos e caribenhos, defender a autonomia universitária, lutar contra o analfabetismo e pela universidade pública e gratuita.

Contato: oclae@jcce.org.cu

Site: www.oclae.org

ORIT – ORGANIZAÇÃO REGIONAL INTERAMERICANA DE TRABALHADORES

Fundada em 1951 no México, congrega hoje 33 confederações e centrais sindicais em 29 países da região americana. Tem como

um de seus objetivos promover o fortalecimento das centrais sindicais independentes, autônomas, democráticas e éticas que lutam por uma democracia política, social e econômica.

Contato: info@cioslorit.org

Site: www.cioslorit.org

OXFAM INTERNACIONAL

Constituiu-se como organização internacional em 1995 e conta com 1,5 milhão de sócios. É uma rede formada por 12 ONGs de países ricos que compartilham a mesma denominação e os mesmos objetivos e métodos de trabalho. Seus membros atuam em 80 países do Sul junto a 3 mil organizações populares. Suas áreas de atuação são projetos de desenvolvimento, ajuda de emergência, comércio justo, pressão política, pesquisa de alternativas de desenvolvimento, educação e sensibilização.

Contato: information@oxfaminternational.org

Site: www.oxfam.org

PLATAFORMA INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Fundada em 1992, na Colômbia, é uma associação plural, convergente e autônoma de organizações diversas da sociedade civil da América Latina e do Caribe. Visa promover informação, intercâmbio, formação e elaboração de propostas de exigibilidade e vigilância dos direitos humanos, além dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Contato: cdh.ni@ig.com.br

Site: www.pidhdd.org.

PUBLIC CITIZEN

Fundada em 1971 por Ralph Nader, é uma organização norte-americana cujo objetivo é representar o interesse dos consumidores no Congresso, no Executivo e nas cortes. Luta pela abertura e pela transparência no governo, pelos direitos dos consumidores, por fontes limpas, seguras e sustentáveis de energia, pela justiça social e econômica em políticas comerciais, saúde, meio ambiente, remédios e por serviço de saúde acessível.

Contato: tgeron@citizen.org

Site: www.citizen.org

REDE DAWN DE MULHERES

Rede lançada em 1984 quando um grupo de feministas do Sul organizou *workshops* no fórum das ONGs paralelo à Conferência

Mundial sobre Mulheres da ONU em Nairóbi, debatendo temas macroeconômicos vinculados à agenda do movimento de mulheres. Desde então participa em debates sobre desenvolvimento, oferecendo análises a partir da perspectiva feminista do Sul.

Contato: dawn@is.com.fj

Site: www.dawn.org.fj

REDE PALESTINA DE ONGS

Rede para apoio, consolidação e fortalecimento da sociedade civil palestina, que se baseia na democracia, na justiça social e no desenvolvimento sustentável. Surgiu em 1993, quando um grupo de ONGs palestinas viu a necessidade de reconsiderar o papel e as atividades das ONGs no contexto político da região.

Contato: bisanrd@palnet.com

Site: www.pngo.net

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Criada em 2002, visando formular petições e requerer a submissão de casos a organismos nacionais e internacionais; participar em delegações emergenciais em áreas e situações de conflito; observar julgamentos; empreender campanhas contra a impunidade; realizar atividades de capacitação sobre mecanismos jurídicos de defesa dos direitos humanos; promover publicações e intervenções na mídia.

Contatos: rede@social.org.br

Site: www.social.org.br

SOCIAL WATCH

Fundada em 1995, fruto dos fóruns da sociedade civil paralelos às cúpulas da ONU sobre o desenvolvimento mundial e da mulher. A rede, cuja coordenação está a cargo do Instituto do Terceiro Mundo de Montevidéu, acompanha as políticas para o cumprimento dos acordos assinados nas duas cúpulas. A cada ano avalia as políticas públicas dos governos, publica o informe *Controle Cidadão* e faz propostas para o avanço do desenvolvimento social no Sul.

Contato: socwatch@chasque.net

Site: www.socialwatch.org

SOLIDAR

Aliança independente de ONGs envolvidas em cooperação social, trabalhos de cooperação internacional e assistência humanitária.

Estabelecida na Alemanha em 1951, com o nome de International Workers Aid, em 1995 mudou-se para Bruxelas e foi renomeada como Solidar.

Contato: solidar@skynet.be

Site: www.solidar.org

TNI – TRANSNATIONAL INSTITUTE

Fundado em 1974 como o primeiro instituto transnacional em nome, composição, orientação e foco. Promove a cooperação internacional e busca possíveis soluções para problemas globais como militarismo e conflitos, marginalização e pobreza, injustiça social e degradação do meio ambiente.

Contato: tni@tni.org

Site: www.tni.org

TWN – THIRD WORLD NETWORK

Fundada em 1984 em Penang, Malásia, tem também sedes em Gana e no Uruguai. Seus objetivos são investigar os problemas sociais dos países pobres, propor plataformas de ação, incidir nos governos do Sul e elaborar informes, documentos, livros etc. Nos últimos anos tem se dedicado aos temas da OMC e do meio ambiente. Sua rede latino-americana coordena o Social Watch.

Contato: twn@igc.apc.org

Site: www.twinside.org.sg

VIA CAMPESINA

Criada em 1993, tem como seus principais fundadores o Movimento dos Sem Terra e a Confederação Campesina da França. É constituída por organizações de pequenos e médios agricultores, sindicatos de trabalhadores agrícolas sem terra e por associações camponesas de mulheres e indígenas. O trabalho internacional da rede está baseado em cinco eixos: Agricultura Ecológica, Mulher Camponesa e Indígena, Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Biodiversidade, Biossegurança e Recursos Genéticos.

Contato: viacam@gbm.hn

Site: http://ns.rds.org.hn/via/

WORLD MARCH OF WOMEN

A Marcha Mundial de Mulheres nasceu em 1995 no fórum paralelo à Cúpula de Pequim. Foi impulsionada pela Federação de Mu-

lheres de Quebec e atualmente é formada por 5.500 movimentos de mulheres, em 163 países. Seu método de ação baseia-se em marchas e seus temas principais são a pobreza e a violência. A primeira marcha se realizou no Canadá, e no período de 1995 a 2000 foram realizadas marchas nacionais, coordenadas internacionalmente, que culminaram em uma concentração na ONU, em Nova York.

Contato: dmatte@ffq.qc.ca

Site: www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html

Créditos das imagens

As fotos das páginas de abertura e de encerramento deste livro mostram imagens dos três Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre, entre 2001 e 2003, além de manifestações ocorridas na Itália e na França em 2003.

As imagens de Porto Alegre são das fotógrafas Cristina Lima e Fabrícia Osanai, da agência gaúcha Veraz Comunicação. As imagens das manifestações européias são do fotógrafo italiano Simone Bruno, a quem agradecemos pela cessão gratuita destas fotografias.

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo

A Bolsa ou a Vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos

Eric Toussaint

“Tudo o que é preciso saber” sobre a mundialização, a ofensiva neoliberal e a crise da dívida do Sul (Bernard Cassen, *Le Monde Diplomatique*). Um dos estudos mais completos do processo político-econômico mundial dos últimos 20 anos, destacando as novas formas de resistência e as alternativas que devem ser apresentadas. 416 páginas – R\$ 35,00

ALCA – Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas

Kjeld A. Jakobsen e Renato Martins

A formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) interessa ao Brasil? Os autores respondem a essa questão mostrando a estrutura e o funcionamento sugeridos para o acordo e um panorama histórico da integração continental, associada ao desejo de hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente, além das principais propostas alternativas à ALCA e as conseqüências econômicas, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais do Acordo. 72 páginas – R\$ 10,00

Lula, o filho do Brasil

Denise Paraná

Esta biografia do presidente Lula é o mais completo levantamento sobre a trajetória do maior líder popular do Brasil. No livro, Lula fala sobre si mesmo como nunca falou. Abrindo as janelas da memória, retoma as primeiras lembranças da infância, conta dos sonhos e conquistas, sem esquecer as derrotas e os sofrimentos.

2ª edição – revista e ampliada / 528 páginas – R\$ 35,00

Introdução à Economia Solidária

Paul Singer

O autor descreve as origens históricas e os princípios da economia solidária – em que a solidariedade se sobrepõe à competição – e defende a idéia de que ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas uma vida melhor, com solidariedade e igualdade. Apresentação de Lula.

128 páginas – R\$ 13,00

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo

Padrões de manipulação na grande imprensa

Um ensaio inédito de Perseu Abramo

Posfácio de Aloysio Biondi

“Estes dois grandes mestres – Perseu Abramo e Aloysio Biondi – demonstram detalhadamente que a ‘grande mídia’ constitui, hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições –, uma coluna de sustentação do poder.” (Da apresentação de José Arbex Jr.)

64 páginas – R\$ 12,00

Renda de cidadania – A saída é pela porta

Eduardo Matarazzo Suplicy

O senador petista apresenta os fundamentos políticos, filosóficos e econômicos da proposta de Renda de Cidadania – uma alternativa para o combate à pobreza e à exclusão social, que assegura a toda pessoa uma renda em dinheiro. A obra ainda expõe como os princípios desta idéia acompanham a própria história da humanidade. Co-edição com a Cortez Editora.

368 páginas – R\$ 35,00

A armadilha da dívida – Como a dívida interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social

Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar

Um estudo detalhado da dívida pública interna, reunindo e sintetizando as informações disponíveis sobre a questão desde 1850. Os autores investigam a origem da dívida, sua composição e quem são seus beneficiários, destacando o salto brutal que ela deu nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

80 páginas – R\$ 10,00

Exclusão digital – A miséria na era da informação

Sérgio Amadeu da Silveira

Esta obra traz um histórico da Revolução Digital e debate uma questão central sobre o atual uso das tecnologias: a exclusão digital, que, além de ser um veto cognitivo e um rompimento com a mais liberal das idéias de igualdade formal e de direito de oportunidade, impede a redução da exclusão social.

48 páginas – R\$ 9,00

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Na Internet: <http://www.fpa.org.br>

Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política foi impresso na cidade de São Paulo em setembro de 2003 pela Bartira Gráfica. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Georgia no corpo 10/13,7. Os fotolitos da capa e os *laserfilms* foram executados pela Graphbox. A capa foi impressa em papel Duodesign 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.